



**AUDITORIA DE VALOR JUSTO EM INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS:
a percepção dos auditores na mensuração dos instrumentos financeiros**

PAULO CÉSAR DE MELO MENDES

**BRASÍLIA – DF
2014**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)
Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis

PAULO CÉSAR DE MELO MENDES

**AUDITORIA DE VALOR JUSTO EM INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS:
a percepção dos auditores na mensuração dos instrumentos financeiros**

Tese submetida ao Programa de Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama

Área de Concentração: Mensuração Contábil
Linha de Pesquisa: Contabilidade e Mercado Financeiro

BRASÍLIA – DF
2014

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UnB / Biblioteca Central

Mendes, Paulo C. de M.

Auditoria de Valor Justo em Instituições Financeiras: A Percepção dos Auditores na Mensuração dos Instrumentos Financeiros / Paulo César de Melo Mendes. – Brasília. DF. 2014.

193 f.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais. – FACE. Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN).

1. Fair Value Accounting 2. Fair Value Measurement 3. Auditoria de Instrumentos Financeiros 4. Derivativos 5. *Crise Financeira 2008* I. NIYAMA, Jorge Katsumi. II. Universidade de Brasília. III. Universidade Federal da Paraíba. IV. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. V. Contabilidade Internacional.

PAULO CÉSAR DE MELO MENDES

**AUDITORIA DE VALOR JUSTO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:
a percepção dos auditores na mensuração dos instrumentos financeiros**

Tese submetida à apreciação da banca examinadora do Programa de Doutorado Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama
Universidade de Brasília – UnB
Presidente e Orientador

Prof. Dr. Antonio Lopo Martinez
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em
Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE/ES
Membro externo

Prof. Dr. Lucio Rodrigues Capelletto
Banco Central do Brasil
Membro externo

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva
Universidade de Brasília – UnB
Membro interno

Prof. Dr. José Alves Dantas
Universidade de Brasília – UnB
Membro interno

Brasília, 02 de junho de 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

Reitor:

Prof. Dr. Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitor:

Prof. Dra. Sonia Bão

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação:

Profa. Dr. Jaime Martins de Santana

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da
Informação e Documentação (FACE):**

Prof. Dr. Roberto de Goes Ellery Júnior

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA):

Prof. Mestre Wagner Rodrigues dos Santos

**Coordenador-Geral do Programa Multi-Institucional e Inter-regional de Pós-
Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN:**

Prof. Dr. Rodrigo de Sousa Gonçalves

DEDICATÓRIA

*Dedico à Deus, Digno de toda Honra, Glória e Louvor –
A razão das minhas vitórias.*

AGRADECIMENTOS

À Deus sobre todas as coisas e por me fortalecer nos momentos difíceis.

Ao Professor Dr. Jorge Katsumi Niyama, orientador, amigo e parceiro nessa jornada, por acreditar no projeto e pesquisa. O meu profundo respeito e admiração – não tenho como agradecer ao senhor!

Ao Professor Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, orientador no mestrado e orientador na docência, minha admiração profunda. Também não tenho como agradecer os ensinamentos.

Aos Estimados Professores do Programa Dr. Edilson Paulo, Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva, Prof. Dr. José Matias Pereira, Prof. Dr. Otávio de Medeiros, Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa, pelos ensinamentos, pelo respeito, pela confiança.

Aos Professores: Dr. Antônio Lopo Martinez, Prof. Dr. Lucio Rodrigues Capelletto; Dr. José Alves Dantas e a Prof^a Dra. Sonia Alfinito, pelas orientações e aprendizado proporcionado para realização dessa pesquisa.

Aos colegas e amigos da 3^a turma de doutorado, Dr. Orleans Silva Martins, Dra. Diana Vaz de Lima, Dra Clésia Camilo Pereira, Edzana Roberta Ferreira da Cunha, Clayton Levy Lima de Melo, Antônio Maria Henri Byle e LÍlian Perobon Mazer, pelo companheirismo, oportunidade dos debates e troca de experiências, que engrandeceram a todos nós. Que nossa amizade seja para sempre.

Aos colegas Dr. Eduardo Tadeu Vieira e Dr. Jomar Miranda Rodrigues e ao Diretor da KPMG Alexandre Dias Fernandes;

À Coordenação Geral do Programa, na pessoa do Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves.

Aos servidores da Coordenação do Programa, em especial a Inez e Rodolfo, pela presteza, paciência e respeito que sempre dispensaram.

À minha esposa e companheira, Hilda Maria Neto Gonçalves da Silva, pela garantia do suporte familiar, pelo companheirismo, cumplicidade, carinho e amor, fundamentais para o equilíbrio imprescindível ao sucesso da jornada.

Aos meus filhos, João Paulo, Bruna Luiza, Maria Isabel e Ana Paula, fontes de inspiração e de renovação de energia.

Aos meus Pais, Vilson Dutra Mendes e Maria Nelsa Melo Mendes,

Aos meus amigos, pelas palavras de incentivo e confiança.

A todos vocês, **muito obrigado!**

RESUMO

A mudança do critério de avaliação contábil é um assunto que vem sendo discutido há quase quarenta anos no FASB. Defensores do Fair Value Accounting acreditam que essa é a melhor representação da posição financeira por fornecer maior transparência e relevância das informações. Os opositores apontam maior complexidade e falta de confiabilidade em um processo subjetivo, o que facilitaria a ocorrência de fraudes. O tema Fair Value Accounting é controverso, tanto para os contadores como para os auditores. Em uma pesquisa pelo PCAOB (2012), os auditores independentes estariam passando por deficiências crescentes em relação ao Fair Value Measurement, especificamente aos instrumentos financeiros. Identificadas as deficiências, busca-se saber: Qual a percepção dos auditores frente aos desafios e dificuldades existentes sobre o *fair value measurement* dos instrumentos financeiros complexos? O objetivo geral da pesquisa é analisar a percepção dos auditores em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3 em instituições financeiras nos aspectos de relevância e avaliação do risco de auditoria. Foi aplicado um questionário onde foi obtido uma amostra de 62 respondentes na pesquisa entre sócios, gerentes e auditores seniores. A maioria encontra-se na faixa etária de 26 a 35 anos de idade, com 80% com graduação completa. A subjetividade foi uma característica implícita no processo onde os auditores se mantiveram conservadores em relação às questões. A maioria concordou com fraquezas de controle interno, implantação de controles mais eficazes nos instrumentos financeiros, dificuldade na implantação de inputs não observáveis e uma dificuldade nas projeções das demonstrações financeira devido às condições futuras ou eventos cujo resultado é incerto. Sob a questão de classificação e hierarquia do Fair Value os auditores identificaram como relevante. Sobre os maiores riscos, foi apontada a questão da abordagem pro ativa, análise do comportamento futuro de preços e taxas, seguida da alavancagem financeira. Nesse processo quanto à avaliação, foram identificadas divergências de valores que resultaram em questões imateriais. Como sugestão de melhoria nos processos de auditoria, foi identificada uma formação acadêmica mais robusta e a inclusão de um especialista em finanças. As opiniões se divergem quanto aos sócios e gerentes em escalas, onde os sócios apontaram maior concordância com as questões que os gerentes.

Palavras-chave: 1. Contabilidade a Valor Justo; 2. Mensuração a Valor Justo; 3. Auditoria de Instrumentos Financeiros; 4. Derivativos; 5. Crise Financeira.

ABSTRACT

The discussion about the change in the accounting valuation is an issue that has been discussed for almost forty years in the FASB. Proponents of Fair Value Accounting believe this is the best representation of the financial position to provide greater transparency and relevance of information. Opponents point to greater complexity and unreliability a subjective process, which would facilitate the fraud. Fair Value Accounting the topic is controversial, both as counters for auditors. In a survey by the PCAOB (2012), the independent auditors would be going through growing deficiencies regarding the Fair Value Measurement, specifically to financial instruments. Identified the deficiencies we seek to know: What is the perception of the auditors to the challenges and difficulties over the fair value measurement of complex financial instruments? The overall research goal is to analyze the perceptions of auditors regarding measurement of fair value of complex financial instruments in level 3 financial institutions on aspects of relevance and evaluation of audit risk. A questionnaire which was obtained a sample of 62 respondents in the survey among members, senior managers and auditors was applied. The majority are aged 26-35 years old, with 80 % complete with graduation. Subjectivity has been an implicit feature of the process where auditors have remained conservative on the issues. Most agreed with weaknesses in internal control, implement more effective controls on financial instruments, difficulty in deploying unobservable inputs and a difficulty in projections of financial statements due to future conditions or events whose outcome is uncertain. In the matter of classification and fair value hierarchy auditors have identified as relevant. Under the highest risk, was identified the issue of proactive approach, analysis of the future behavior of prices and rates, followed by financial leverage. This process as the assessment was identified differences in values that resulted in immaterial matters. As a suggestion for improving the audit process, we identified a more robust academic training and the inclusion of a financial expert. Opinions differ on whether the partners and managers at scales where the partners showed greater concordance with the issues that managers.

Key Words: Fair Value Accounting; 2. Fair Value Measurement; 3. Audit of Financial Instruments; 4.. Derivatives; 5.*Financial Crisi.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos participantes da pesquisa	121
Gráfico 2 – Grau de instrução dos participantes da pesquisa	122
Gráfico 3 – Qualificação como Auditor	123
Gráfico 4 – Experiência dos participantes da pesquisa	124
Gráfico 5 – Características da Mensuração a <i>Fair Value</i>	125
Gráfico 6 – Risco de Controle dos Instrumentos Financeiros Derivativos	133
Gráfico 7 – Dificuldade em Projeções Financeiras	134
Gráfico 8 – Risco Inerente no processo de avaliação de Derivativos	137
Gráfico 9 – Divergência de Estimativas Contábeis	138
Gráfico 10 – Causa da Divergência de Estimativas Contábeis	139
Gráfico 11 – Melhorias nos procedimentos de auditoria	140
Gráfico 12 – Idade Gênero Feminino	175
Gráfico 13 – Formação Acadêmica – Gênero Feminino	176
Gráfico 14 – Qualificação como Auditor Gênero Feminino	176
Gráfico 15 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por idade	177
Gráfico 16 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por grau de instrução	178
Gráfico 17 – Quantidade respondentes do gênero feminino por formação acadêmica	178
Gráfico 18 – Qualificação como Auditor	179
Gráfico 19 – Experiência como Auditor feminino	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Construto da pesquisa	105
Quadro 2: Critérios de validação do Construto	106
Quadro 3 – Representação Gráfica da <i>Survey</i>	115
Quadro 4 – Representação gráfica da metodologia	118
Quadro 5 – Alfa de CRONBACH'S	182
Quadro 6 – Resultado análise correspondência	183
Quadro 7 – Análise de correspondência questão 1	183
Quadro 8 – Resumo da análise correspondência	183
Quadro 9 – Análise de correspondência questão	184
Quadro 10 – Análise de correspondência questão	184
Quadro 11 – Análise de correspondência questão	184
Quadro 12 – Resultado da análise de correspondência	185
Quadro 13 – Análise de correspondência questão	185
Quadro 14 – Resultado da análise de correspondência	185
Quadro 15 – Análise de correspondência questão 5	186
Quadro 16 – Resultado da análise de correspondência	186
Quadro 17 – Análise de correspondência questão	186
Quadro 18 – Resultado da análise de correspondência	187
Quadro 19 – Análise de correspondência questão	187
Quadro 20 – Resultado da análise de correspondência	187

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Pontuação das questões	111
Tabela 2 – Gênero dos participantes da pesquisa	120
Tabela 3 – Frequência e percentual por idade	121
Tabela 4 – Formação acadêmica dos participantes da pesquisa	122
Tabela 5 – Qualificação dos participantes da pesquisa	124
Tabela 6 – Características de Mensuração do Fair Value	126
Tabela 7 – Controle Gerencial	129
Tabela 8 – Dificuldade em Projeções Financeiras	133
Tabela 9 – Classificação do Fair Value	135
Tabela 10 – Risco Inerente no processo de avaliação de Derivativo	136
Tabela 11 – Principal Fator de Risco de Derivativos	137
Tabela 12 – Divergência de Estimativas Contábeis	139
Tabela 13 – Causa da Divergência de Estimativas Contábeis	139
Tabela 14 – Melhorias no Processo de Auditoria	143
Tabela 15 – Quantidade de respondentes do gênero feminino	177
Tabela 16 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por idade	177
Tabela 17 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por grau de instrução	178
Tabela 18 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por formação acadêmica	179
Tabela 19 – Qualificação do Auditor do gênero feminino	179
Tabela 20 – Experiência do Auditor do gênero feminino	180
Tabela 21 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino	180
Tabela 22 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino	180
Tabela 23 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino	181
Tabela 24 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino	181
Tabela 25 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino	181

LISTA DE SIGLAS

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants
APB – Accounting Research Board
ARB – Accounting Research Bulletin
BIS – Bank for International Settlements
EITF – Emerging Issues Task Force
FASB – Financial Accounting Standards Board
FV – Fair Value
FVA – Fair Value Accounting
FVM – Fair Value Measurement
GAAP – Generally Accepted Accounting Principles
GAAS – Generally Accepted Auditing Standards
IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board
IAS – International Accounting Standard
IASB – International Accounting Standards Board
IFAC – International Federation of Accounting
IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee
IFRS – International Financial Reporting Standards (Issued by IASB)
ISA – International Standards on Auditing (Issued by IAASB)
OTTI – Other Than Temporary Impairment
PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board
SAS – Statement on Auditing Standards (Issued by AICPA)
SEC – Securities and Exchange Commission
SFAC – Statement of Financial Accounting Concepts (Issued by FASB)
SFAS – Statement of Financial Accounting Standards (Issued by FASB)
SIC – Standing Interpretations Committee

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE TABELA.....	12
LISTA DE SIGLAS.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	17
1.2 JUSTIFICATIVA.....	19
1.2.1 A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	21
1.2.2 O COMPORTAMENTO DOS AUDITORES E A QUALIDADE DA AUDITORIA.....	22
1.2.3 OS CRITÉRIOS DE ESTIMATIVA CONTÁBIL	23
1.2.4 AVALIAÇÃO DO RISCO DE AUDITORIA.....	24
1.2.5 PROBLEMAS RELACIONADOS COM A AUDITORIA DE <i>FAIR VALUE MEASUREMENT</i>	25
1.3 RELEVÂNCIA DA PESQUISA	28
1.4 PROBLEMA E QUESTÃO DA PESQUISA.....	30
1.5 OBJETIVO GERAL DA PESQUISA	31
1.6 HIPÓTESES DA PESQUISA.....	32
1.6.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	33
1.6.2 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	34
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	36
2.1 NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL: PRINCÍPIOS <i>VERSUS</i> REGRAS.....	36
2.1.1 SISTEMA BASEADO EM PRINCÍPIOS	36
2.1.2 SISTEMA CONTÁBIL BASEADO EM REGRAS	37
2.1.3 O USO DO <i>FAIR VALUE</i> NOS RELATÓRIOS FINANCEIROS.....	38
2.1.4 O AUDITOR NO PROCESSO DE PADRÕES CONTÁBEIS BASEADOS EM PRINCÍPIOS <i>VERSUS</i> REGRAS.....	39
2.2 <i>FAIR VALUE ACCOUNTING</i>	40
2.2.1 DEFINIÇÃO DE <i>FAIR VALUE</i>	40
2.2.2 MÉTODOS PARA DETERMINAR O <i>FAIR VALUE</i>	47
2.2.3 ABORDAGEM DE MERCADO.....	49
2.2.4 ABORDAGEM DE RENDA	50
2.2.5 ABORDAGEM DE CUSTO.....	54
2.2.6 AVALIAÇÕES DESENVOLVIDAS INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE	55
2.2.7 INPUTS PARA OS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO	55
2.2.8 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO FV NOS RELATÓRIOS FINANCEIROS NOS EUA.....	58
2.2.9 TENDÊNCIA EM DIREÇÃO À UMA MENSURAÇÃO A FV	59
2.2.10 ADOÇÃO DO <i>FAIR VALUE</i> COMO BASE DE MENSURAÇÃO AOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	60
2.2.11 CRISE FINANCEIRA E O <i>FAIR VALUE</i>	61
2.3 OS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS À MENSURAÇÃO DO <i>FAIR VALUE</i>	63
2.3.1 AUDITORIA DE ESTIMATIVAS EM MENSURAÇÃO A <i>FAIR VALUE</i>	65
2.3.2 TESTANDO OS PRESSUPOSTOS DA ADMINISTRAÇÃO, O MODELO DE AVALIAÇÃO E ENTENDENDO AS INFORMAÇÕES.....	66
2.3.3 CLASSIFICAÇÃO NA HIERARQUIA DE <i>FAIR VALUE</i> DE ACORDO COM SFA N 157.....	67
2.3.4 ANÁLISE DA CONFIABILIDADE DAS PREMISSAS DA ADMINISTRAÇÃO	68
2.3.5 TESTANDO O <i>FAIR VALUE MEASUREMENTS</i> DA ADMINISTRAÇÃO	71
2.3.6 USANDO O TRABALHO DE ESPECIALISTAS DE AVALIAÇÃO	73
2.3.7 A UTILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE PRECIFICAÇÃO	74

2.3.8	QUANDO O AUDITOR DEVE CONTRATAR UM ESPECIALISTA NA AVALIAÇÃO?	75
2.3.9	MEDIÇÕES DE AUDITORIA DO <i>FAIR VALUE</i>	75
2.3.10	DEFICIÊNCIAS DE UMA AUDITORIA DE <i>FAIR VALUE MEASUREMENT</i> LEVANTADAS PELO PCAOB	76
2.4	PRINCIPAIS PRONUNCIAMENTOS DOS ÓRGÃOS REGULADORES	80
2.4.1	ORIGEM DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	80
2.4.2	US GAAP <i>VERSUS</i> IFRS	81
2.4.3	STATEMENT OF FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS Nº. 157 <i>FAIR VALUE MEASUREMENTS</i>	82
2.4.4	<i>FAIR VALUE OPTION</i> ADICIONADO PELO US GAAP	84
2.4.5	ORIENTAÇÕES EM IFRS SOBRE <i>FAIR VALUE</i>	85
2.4.6	IAS 39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS: RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO	87
2.4.7	IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	88
2.4.8	IFRS 13 <i>FAIR VALUE MEASUREMENT</i>	90
2.4.9	A ORIENTAÇÃO PCAOB AU SECTION 328 (SAS 101) <i>AUDITING FAIR VALUE MEASUREMENTS AND DISCLOSURES</i>	92
2.4.10	ALERTA PARA A PRÁTICA DE EQUIPES DE AUDITORIA, QUESTÕES RELACIONADAS À AUDITORIA DE MENSURAÇÃO DO <i>FAIR VALUE</i> DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DO USO DE ESPECIALISTAS - PCAOB	93
2.4.11	ORIENTAÇÃO DE AUDITORIA DA SEC	94
2.4.12	ORIENTAÇÕES NÃO MANDATÁRIAS	94
2.5	RESUMO DE PESQUISAS ANTERIORES SOBRE AUDITORIA DE <i>FAIR VALUE MEASUREMENT</i>	95
2.5.1	PANORAMA GERAL DAS PESQUISAS	95
2.5.2	PESQUISAS INTERNACIONAIS SOBRE <i>FAIR VALUE</i>	95
2.5.3	PESQUISAS NACIONAIS SOBRE AUDITORIA	99

3 METODOLOGIA..... 101

3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	101
3.2	ESTRATÉGIA DE PESQUISA	101
3.3	DELINEAMENTO DA PESQUISA	102
3.3.1	POPULAÇÃO E AMOSTRA	103
3.3.2	CONSTRUTO	104
3.3.3	INSTRUMENTO DE PESQUISA	108
3.3.4	ANÁLISE SEMÂNTICA DOS ITENS	109
3.3.5	ANÁLISE DOS JUÍZES	109
3.3.6	COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	110
3.3.7	INSTRUMENTO DE PESQUISA – <i>SURVEY</i>	111
3.3.8	DISTRIBUIÇÃO DA PESQUISA – <i>SURVEY</i>	116
3.4	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	118
3.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	118

4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS..... 120

4.1	ANÁLISE DESCRITIVA	120
4.1.1	ANÁLISE DESCRITIVA DO PERFIL DO RESPONDENTE	120
4.1.2	ANÁLISE DESCRITIVA DAS QUESTÕES SOBRE A RELEVÂNCIA, ESTIMATIVA CONTÁBEIS E RISCO DE AUDITORIA SOBRE O VALOR JUSTO	125
4.1.3	ANÁLISE DESCRITIVA DO RISCO DE AUDITORIA	143
4.2	ANÁLISE INFERENCIAL	144
4.2.1	ANÁLISE NÃO PARAMÉTRICA	144

5 CONCLUSÃO 151

REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE 1 - CARTA DE ENCAMINHAMENTO DO QUESTIONÁRIO.....	169
APÊNDICE 2 – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	170
APÊNDICE 3 – ANÁLISE DESCRITIVA DO QUADRO FUNCIONAL DOS AUDITORES.....	174
APÊNDICE 4 – ANÁLISE DESCRITIVA DO GÊNERO FEMININO	175
APÊNDICE 5 – ALFA DE CRONBACH’S	182
APÊNDICE 6 – ANÁLISE CORRESPONDÊNCIA	183
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO.....	188

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O *fair value*, ou valor justo, tem sido, há quase quarenta anos, um padrão de avaliação de ativos e passivos nos relatórios financeiros nas normas emitidas pelo Financial Accounting Standard Board (FASB) em mais de trinta pronunciamentos como mensuração de valor. Dentre esses pronunciamentos, o FASB, em setembro de 2006 e fevereiro de 2007, emitiu duas normas de contabilidade de valor justo (SFAS 157 e SFAS 159), que orientam a mensuração por meio de uma hierarquia de classificação, ampliando os requisitos de divulgação e aplicação do FVA – Fair Value Accounting .

O SFAS (Statement of Financial Accounting Standards) 157 – Fair Value Measurements resultou na aplicação de avaliação em um novo mercado, e passou a permitir que o FVA (Fair Value Accounting), nesses casos, fosse apurado por meio de técnicas de avaliação como se não existisse mercado. Essa exceção permitiu a emissão dos balanços revertendo as perdas antes reconhecidas e restabelecendo o preço de suas ações no mercado acionário.

Outra novidade foi estabelecer uma hierarquia de técnicas de avaliação que varia de acordo com a disponibilidade de informações do mercado observável:

a) Nível 1 *INPUTS* são dados observáveis de mercado – como o preço cotado para um estoque identificável ou vínculo em um mercado ativo;

b) Nível 2 *INPUTS* são dados observáveis de outros mercados – como preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos; preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados inativos; taxa de juros, uma curva de juros de dados semelhantes que são observáveis em intervalos frequentemente citados;

c) Nível 3 *INPUTS* são estimativas da empresa não observáveis que incluem uma análise da própria entidade que relata os dados econômicos subjacentes em que os participantes do mercado avaliam o preço do ativo ou passivo por meio de modelos matemáticos de avaliação: *mark-to-model*.

No SFAS 159 – *The Fair Value Option For Financial Assets and Liabilities*, a norma amplia a utilização do FVA em outras classes de ativos e passivos que anteriormente não eram permitidos pelo FASB – Financial Accounting Standards Board.

No entanto, a crise financeira de 2008 trouxe maior escrutínio em estimativas derivadas sob FVA. Por conseguinte, um holofote foi colocado na atividade de auditoria, para verificar a eficácia da capacidade de um auditor para testar estimativas derivadas sob FVA. Assim, algumas questões têm sido levantadas devido às várias empresas que se aproximaram do colapso em meio à crise de liquidez.

Defensores do FVA (ASHTON (1992); BARTH (1994)(2006); BARTH e LANDSMAN, (2010); PEYTCHEVA e WRIGHT, (2010); GLAVAN (2010)) acreditam que essa é a melhor representação da posição financeira de uma entidade por fornecer maior transparência e relevância das informações para seus usuários. Opositores (SCHIPPER, (2003); BESTON, BROMWICH e WAGENHOFER, (2006); ALEXANDRE e JERMAKOWICZ, (2006)), por outro lado, apontam maior complexidade e um julgamento inerente ao processo com subjetividade, o que facilitaria a ocorrência de fraudes.

Associados ao tema, há os escândalos corporativos ocorridos na Enron, na WorldCom, na Tyco e outras, que ainda repercutem como fatos causados pela influência de registros contábeis não transparentes, e que devem ser exemplos a serem evitados.

Benston (2006) afirma que no caso da Enron os registros contábeis apontaram para um uso excessivo de mensuração a *fair value* no nível 3, e prevê que a descrição desses ativos avaliados a *fair value* fornecem alguns *insights* sobre os problemas que os usuários e os auditores podem enfrentar.

Esses “problemas”, a que o mesmo autor se refere, correspondem à subjetividade inerente ao processo, ao excesso de alavancagem de ativos, às estimativas de mensuração e ao efeito nas demonstrações contábeis.

Essa subjetividade se concentra, em grande parte, na avaliação de grupos patrimoniais ou ativos isolados como nos instrumentos financeiros, combinação de negócios, e *impairment* de ativos, que eram mensurados conforme as regras de uma contabilização e avaliação que não retratavam as situações de alto índice de risco corporativo.

Barth e Landsman (2010) comentam que o SFAS 157 – Fair Value Measurement – FVM (FASB, 2006) especifica como estimar valores de mercado, limitando assim o alcance da capacidade da administração para manipular essas estimativas. Críticos, porém, ainda sustentam que para os ativos avaliados no nível 3 de complexidade, o FVA não reflete as dimensões adequadas dos valores e que a administração possui informações privadas que podem interferir nessa avaliação.

Apesar dos auditores seguirem os normativos sobre estimativas, para a dúvida se realmente os ativos e passivos estão sendo avaliados adequadamente, em consonância com

uma visão verdadeira e justa. Será que o conceito de essência sobre a forma prevalece nas mensurações contidas nas demonstrações financeiras no Brasil?

O tema FVA é controverso, tanto para os contadores que são responsáveis pela sua mensuração como para os auditores que o examinam, e podem trazer efeitos relevantes às demonstrações financeiras, com reflexo direto na qualidade da informação contábil, além do seu ambiente e aos seus usuários.

Esses reflexos surgem como deficiências na qualidade da informação e são atribuíveis à mensuração do valor justo (FVM), e os procedimentos de auditoria e de imparidade repercutem em certas deficiências de avaliação, conforme consta nos últimos relatórios de inspeção emitidos pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB).

O aumento nessas deficiências de auditoria, relacionados com o FVM, corresponde a mais da metade de todas as deficiências de auditoria recentes publicadas, e é um resultado provável de incerteza criada pela crise econômica (PCAOB, 2012).

Auditoria das estimativas, premissas subjacentes ao FVM e imparidades aumentaram o ceticismo profissional. Essas áreas exigem um julgamento profissional e são suscetíveis à tendenciosidade da administração, particularmente em tempos de dificuldades econômicas. (ZYLA, 2010).

Nesse sentido, esta pesquisa busca evidenciar a percepção dos auditores em relação ao tema Fair Value Measurement (FVM), seus efeitos, seu risco de mensuração e, assim, espera-se contribuir para uma melhor compreensão das causas fundamentais do FVM e suas deficiências de avaliação, beneficiando não só as entidades, contadores, seus auditores, mas, por extensão e, principalmente, a exploração de novos estudos na Academia.

1.2 Justificativa

Algumas medidas do Fair Value Measurement são inerentemente mais complexas e envolvem incertezas sobre a ocorrência de eventos futuros ou seus resultados e, portanto, os pressupostos que podem envolver o uso de julgamento precisam ser elaborados como parte do processo de medição (PCOAB, Seção 38).

Mensuração do *fair value* para os ativos que não possuem parâmetros no mercado são subjetivos e podem ser imprecisos. Isso porque essas mensurações podem ser baseadas em suposições sobre as condições futuras, transações ou eventos cujos resultados são incertos e, portanto, sujeito as mudanças ao longo do tempo.

Além disso, as premissas utilizadas na mensuração do *fair value* são de natureza semelhante às exigidas no desenvolvimento de outras estimativas contábeis. No entanto, se os preços de mercado observáveis não estão disponíveis, os métodos de avaliação podem incorporar premissas que nem sempre podem retratar a realidade dos fatos com fidelidade.

Para esses casos, a mensuração do *fair value* pode ser mais complexa, necessitando de métodos de estimativas de valor como, por exemplo, Fluxo de Caixa Descontado, modelo de avaliação Black-Scholes,¹ e outros modelos matemáticos. O auditor, dessa forma, pode adotar uma premissa de avaliação e a entidade outra, não necessariamente convergindo para o mesmo valor. Qual dos dois estaria mais correto? Pela norma, os dois!

Algumas pesquisas têm identificado essas diferenças como fatores irrelevantes ao processo, e outras como acomodação dos auditores por acordo entre as partes (NELSON; ELLIOTT; TARPLEY, 2002).

O auditor usa seu conhecimento, sua experiência e entendimento do processo da entidade, incluindo a sua complexidade, e os controles para avaliar o risco de distorção material. Com base nessa avaliação de riscos, o auditor determina a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria.

Contudo, com base em uma pesquisa solicitada pela Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) em 2012, foi evidenciado que os auditores independentes estão passando por deficiências crescentes em relação ao FVM² devido a algumas variáveis que compõem a mensuração de ativos, entre elas problemas de estimativas de preços de ativos e falhas em procedimentos de auditoria.

Nos procedimentos de auditoria, o risco de distorção relevante pode aumentar à medida que a contabilização e a mensuração do FV³ se tornam mais complexos.

Outro problema é quanto ao reconhecimento do método de avaliação, que depende da abordagem em que o FV está associado, a qual pode ser uma abordagem de mercado, de renda ou uma abordagem pelo custo. Na abordagem pelo mercado, o método de avaliação pode ser aplicado por modelos múltiplos, com base nos preços de mercado, associado ao nível 2 ou 3 de *inputs*. Na abordagem de renda, o método de avaliação pode ser aplicado por meio do Fluxo de Caixa Descontado, associado ao nível 3 de *inputs*. Na abordagem pelo custo, o método de avaliação é uma comparação do ativo em um mercado corrente de acordo com a capacidade do ativo, associado ao nível 1. (ZACK, 2009; ZYLA, 2010 e GLAVAN, 2010)

¹ Fischer Black e Myron Scholes inicialmente apresentaram a fórmula de Black-Scholes em um artigo de 1973, *The Pricing of Options and Corporate Liabilities*.

² A partir desse ponto será adotada a abreviação FVM – Fair Value Measurement.

³ A partir desse ponto será adotada a abreviação FV – Fair Value.

De maneira geral, o método de avaliação pode até ser apropriado em relação ao negócio, ao meio ambiente e a estrutura que a entidade opera. Contudo a gestão pode influenciar tais métodos de avaliação, resultando em uma variedade de diferentes valores significativos. Em tais casos, o auditor avalia como a entidade investigou as razões para estas diferenças na criação de suas medições de FV. (ZACK, 2009)

Portanto, analisar a percepção do auditor nesse novo e confuso processo de mensuração, com avaliações subjetivas que podem distorcer o resultado contábil, torna-se relevante à medida que esse profissional emite uma opinião sobre a fidedignidade da informação contábil, bem como seus efeitos à sociedade e ao usuário final. A busca pela primazia da informação contábil é motivo de estudo que pode ser corroborado com a opinião do profissional de auditoria.

Em uma pesquisa realizada no final de 2012, pelo *Acuitas, inc.'s survey of fair value audit deficiencies*, solicitada pelo PCAOB, referente aos anos de 2008, 2009 e 2010, foi identificado um aumento crescente de deficiências em processos de auditoria de FVM atribuídos aos instrumentos financeiros. Os principais pontos de divergências foram: a) precificação; b) procedimentos de auditoria; c) *disclosure*; d) avaliação do risco; e) erros de avaliação projetada das informações financeiras, e f) OTTI – falhas de controle de classificação de títulos e valores mobiliários.

Ainda para justificar esta pesquisa, apresenta-se a seguir 5 fatores relevantes a serem considerados: 1) a qualidade da informação contábil, objeto de estudo permanente em Ciência Contábeis e considerada uma variável na mensuração do FV; 2) o comportamento dos auditores frente às novas perspectivas e escândalos ocorridos; 3) o problema das estimativas contábeis com efeito ao FV; 4) a avaliação do risco de auditoria; e, por fim, 5) os problemas inerentes ao tema.

1.2.1 A qualidade da informação contábil

Em relação à informação contábil, Carqueja (2007) afirma que tem sido objeto de muita discussão sob o enfoque teórico a formalização de um critério para avaliação e utilização da informação, e eleger a informação desejável tem sido assunto constante nas pesquisas de Teoria da Contabilidade.

Christensen e Demski (2003: XII) esclarecem que a perspectiva da informação baseia-se em três pontos:

Há três chaves para a abstração. A primeira é identificar a razão substantiva para “fazer a contabilidade”. A nosso ver, a contabilidade visa comunicar informação, seria uma espécie de fonte de informação. Denominamos como perspectiva do conteúdo de informação. A segunda chave é reconhecer a estrutura que a contabilidade dá à informação que comunica: reconhecimento limitado ao capital próprio e ao rendimento como alteração. A base da Teoria é observar a situação. O recurso à informação implica reconhecimento de incerteza. A terceira, a existência de informação pressupõe alguém interessado em utilizá-la. (CHRISTENSEN & DEMSKI, 2003).

Scott (2009) comenta que a principal razão para a complexidade da informação em relatórios contábeis e financeiros é a ausência de verdadeiros conceitos de padrões contábeis, que resultam em usuários com objetivos específicos que buscam, na informação contábil, atingir objetivos específicos e individuais.

Como exemplo, compara um investidor que prefere a avaliação de certos ativos e passivos a valor em uso que ajudará a prever o futuro da performance da empresa a outro investidor que pode preferir o *fair value accounting* como motivo de melhor se reportar à administração.

Niyama e Silva (2011) comentam que a presença do usuário no processo contábil traz a necessidade de que as informações evidenciadas sejam comparáveis.

A busca pela qualidade e, conseqüentemente, pelos profissionais que zelam pela informação retrata a função primordial das pesquisas. O auditor e o gestor contribuem fortemente para esse ponto.

Dessa forma, a informação aos usuários contábeis, principalmente ao investidor, é de fundamental importância para as tomadas de decisões. Deve-se, assim, estabelecer parâmetros de uma informação de qualidade.

1.2.2 O comportamento dos auditores e a qualidade da auditoria

Haring Jr⁴ (1979) tentou mostrar a existência de uma relação estatística entre a posição de uma empresa de auditoria e a posição final do organismo normalizador da contabilidade norte-americana, o Financial Accounting Standards Board – FASB. O trabalho aponta que a posição das empresas de auditoria não é fator importante na criação de regras pelo órgão normalizador.

⁴ Niyama e Silva (2008) esclarecem que, nessa pesquisa, Hering Jr utilizou o termo associação e não correlação, devido à existência da teoria associada à correlação que não foi empregada.

Farhi e Cintra (2002) associam a predominância quase que absoluta do sistema financeiro baseado nos mercados que impõe uma necessidade de analisar e avaliar os mecanismos de acesso dos investidores às informações essenciais para sua tomada de decisão, evitando consequências como as ocorridas no processo de desvalorização das bolsas de valores americanas.

Nesse sentido, percebe-se a importância de se discutir a posição da informação contábil como efeito de mensuração e evidenciação aos seus usuários para a tomada de decisões. A relevância de uma avaliação adequada dos instrumentos financeiros verifica-se nas inúmeras consequências acarretadas quando não observados os critérios básicos dessa avaliação e a posição dos auditores diante das mensurações e evidenciação desses instrumentos, como ocorrido na Enron.

Observa-se, ainda, em vários estudos que apesar da existência de normas a respeito, alguns procedimentos de auditoria não são examinados em sua magnitude, em um campo de trabalho. Como exemplo, Otley e Pierce (1996) apontam evidências de comportamentos indesejados em resposta aos procedimentos de controle. Alderman e Deitrick (1982) alertam para comportamentos disfuncionais do auditor. Coran et al. (2003) relatam a existência de uma linha de pesquisa nos Estados Unidos da América, denominada de Reduced Audit Quality – RAQ, onde revelam que o trabalho desenvolvido pelos auditores não apresenta um padrão apropriado de auditoria (ARAÚJO et al., 2011).

Nesse cenário surge a preocupação se realmente os procedimentos adotados, em sua essência, alcançam uma eficiência total nos testes subjetivos relacionados.

1.2.3 Os critérios de estimativa contábil

Alguns itens das demonstrações contábeis não podem ser mensurados com precisão, como é o caso de: a) instrumentos financeiros complexos que não são negociados em mercado ativo e pagamentos baseados em ações; b) imobilizado destinado à venda; c) ativos ou passivos adquiridos em combinação de negócio, incluindo ágio; e d) ativos intangíveis e transações envolvendo permuta de ativos ou passivos entre as partes independentes, sem pagamento em dinheiro. (ZACK, 2009)

Devido à complexidade de avaliação dos instrumentos financeiros, é necessária uma avaliação concisa e precisa diante do mercado. Nesse sentido, é indispensável ao meio acadêmico descrever os motivos que contribuem para o estudo crítico e científico por meio

das evidências de alterações nos modelos contábeis geradas pelas escolhas incertas de mensuração.

Quando não auditadas plenamente, podem envolver estimativas de valores nos resultados que, conseqüentemente, podem afetar a estrutura da empresa, seu meio social, e inclusive a economia do país, sendo objeto até mesmo de fraudes como os escândalos de *sub-prime*.

A estimativa contábil pode variar significativamente em decorrência da natureza e da confiabilidade das informações disponíveis. Dessa forma, o grau de incerteza de estimativas afeta os riscos de distorção relevante dessas estimativas, incluindo mais uma vez o gerenciamento de resultados. (GLAVAN, 2010)

A estrutura do relatório financeiro é um fator importante para a mensuração de estimativas. Dessa forma, um estudo que aponte, na opinião dos auditores, o melhor critério de mensuração dos instrumentos financeiros é fundamental para aperfeiçoar cada vez mais os modelos de avaliação e mitigar os erros materiais.

Assim, o auditor também deve observar que as demonstrações financeiras não devem ser vistas apenas no uso retrospectivo e que as estimativas contábeis podem ser objeto de erro devido a acontecimentos imprevistos. Uma estimativa incorreta pode não ser evidência de uma avaliação ineficiente. (RICH, 2006).

1.2.4 Avaliação do risco de auditoria

As estimativas contábeis a serem analisadas pela auditoria a FV surgem da diferença entre o desfecho da estimativa contábil e o valor originalmente reconhecido ou divulgado nas demonstrações contábeis, que atualmente se faz necessário a uma contabilidade baseada em princípios. Essa estimativa é afetada por eventos ou condições posteriores à data em que a mensuração é realizada.

Assim, o auditor tem de obter evidências que corroborem suficientemente as estimativas contábeis, principalmente se estão registradas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, e se as respectivas estimativas estão adequadas no contexto da estrutura de relatório financeiro aplicável.

Para esse objetivo, o auditor deve seguir a norma sobre estimativa que direciona os requisitos a serem observados, e aplicar os procedimentos para a identificação e avaliação dos riscos de distorção.

O risco de distorção é maior nesse sentido. Akgun et al. (2011) apontam as áreas de maior risco para os auditores:

- a) testar os pressupostos utilizados no cálculo do FV;
- b) avaliação da conformidade da adequação do modelo de cálculo do FV, e com padrões internacionais de avaliação;
- c) testar os *inputs* como fluxos de caixa, a taxa de desconto e estimativas de época;
- d) avaliação das flutuações do mercado e eventos após a data do balanço;
- e) avaliação da adequação dos *disclosures* das demonstrações financeiras.

Diante da implantação de uma contabilidade baseada em princípios, os riscos de auditoria aumentaram significativamente, e o fato de levar a informação com valores que podem ser alterados traz um aumento significativo no risco de auditoria, que pode comprometer o mercado e os usuários.

1.2.5 Problemas relacionados com a auditoria de *fair value measurement*

Há duas áreas problemáticas em auditoria de estimativas de FV, segundo Akgun et al. (2011):

- a) O processo de estimativa de FV é complexo e implica conhecimento e perícia específica, devido:
 - 1. ao tipo de abordagem usado, no FV (custo, mercado, ou renda);
 - 2. aos riscos associados que surgem da possibilidade de utilização de dados irrelevantes e o uso da subjetividade, decorrente do julgamento, aumentando, assim, o risco devido às manipulações.
- b) O segundo problema é o fato de que não importa quão elaborada é feita a estimativa, quando o mercado flutua, especialmente durante a crise, é muito provável que o FV não reflita a realidade. (AKGUN et al., 2011).

O primeiro problema está relacionado com o auditor e pode ser superado pela qualificação profissional. O segundo problema é independente do auditor, mas ele deve ter cuidado sobre como as estimativas de FV são afetadas a partir de alterações após a data do balanço: o efeito preditivo inerente ao FV. (BARTH, 2006).

Barth (2006) corrobora com a questão identificando três fontes principais de volatilidade associadas ao FV:

- a) a primeira fonte de volatilidade é a verdadeira volatilidade econômica subjacente, refletida em mudanças de ativos e passivos a “valores justos”. A autora considera uma "boa" volatilidade, necessária para ganhos e de ser um bom informativo para os investidores;
- b) a segunda fonte de volatilidade é induzida, e resulta do uso de um modelo de contabilidade de medição misto (medição de alguns ativos e passivos a valor justo e os outros ao custo histórico modificado). No entanto, a autora afirma que nas últimas versões dos padrões, esta fonte de volatilidade artificial não é problemática, porque não é importante, desde que os organismos de normalização permitam que todos os instrumentos financeiros sejam reconhecidos pelo seu valor justo;
- c) em terceiro lugar, a volatilidade pode surgir de erros de medição nas estimativas de variações de justo valor. Barth (1994) fornece evidência disso em títulos investimentos dos bancos. A autora enfatiza que esta última fonte de volatilidade também existe em qualquer medição de contabilidade que dependem de estimativas, incluindo aquelas baseadas no custo modificado. Consequentemente, para Barth (2004) a crítica à informação de que o valor justo torna ganhos "muito voláteis" é infundada.

Os auditores devem conhecer as técnicas utilizadas nos cálculos do FV e, adicionalmente, serem capazes de avaliar a validade das suposições básicas. Devem coletar dados de fontes independentes que não sejam os dados fornecidos pelos *insiders*, por causa dos riscos de erro e fraude. Johnson (2007) comentam que o FVM acrescenta incerteza e subjetividade aos relatórios financeiros e representa um risco acrescido de distorções materialmente relevantes.

Os auditores precisam entender o processo de gestão para o desenvolvimento de suas estimativas e testar essas afirmações, como parte de sua auditoria de controles internos sobre os relatórios financeiros (JOHNSON 2007). Contudo, a maioria das empresas não possui controles internos estabelecidos de como surgiram às estimativas contábeis.

Rich (2006) alertou que o nível de conhecimento técnico de avaliação entre os auditores é um tanto escasso e difícil de manter diante dos novos modelos de instrumentos financeiros que são criados. O autor observa que os auditores devem ter o cuidado para não procurar simplesmente por evidências que corroborem apenas as afirmações da administração.

Olson (2007) demonstra uma preocupação na preparação técnica dos auditores: “O aumento da utilização de contabilidade a FV representa um desafio para os auditores”.

Pannese e Delfavero (2010) apontam os principais problemas que podem ser enfrentados pelos auditores em avaliação de valor de mercado ou de estimativas contábeis:

- a) dificuldade em confirmar os valores atualizados nas tabelas financeiras refletindo a realidade econômica;
- b) limitação da fonte de dados confiáveis;
- c) a validade das estimativas de FV;
- d) a evolução dos dados financeiros, que pode levar a desvios das condições reais;
- e) a administração pode manipular os cálculos de FV, dificultando a percepção;
- f) os treinamentos fornecidos aos auditores podem ser inadequados devido ao ritmo de mudança de ambiente.

Portanto, presume-se que a contribuição pretendida é relevante à medida que se observa os efeitos do reconhecimento contábil frente às complexas e subjetivas modificações contábeis.

Mediante a convergência de normas internacionais de contabilidade, onde se adota o FV como um novo conceito de base de mensuração, aumenta a responsabilidade de um reconhecimento mais acurado dos auditores e contadores.

Questões relativas à qualidade da informação, motivo recorrente de estudos e pesquisas, o efeito de estudar o comportamento e qualidade da auditoria, os critérios de estimativa contábil e avaliação do risco na opinião do profissional, é um fator provocante e que corrobora com o aprimoramento acadêmico, social e profissional.

Assim, espera-se, como contribuição da pesquisa junto às teorias expostas frente à mensuração dos instrumentos financeiros a FV, a identificação das maiores dificuldades técnicas e culturais de avaliação dos instrumentos financeiros a FV na percepção dos auditores independentes do Brasil, e buscar o aperfeiçoamento da avaliação desses instrumentos no meio acadêmico e profissional.

1.3 Relevância da pesquisa

A pesquisa é relevante e oportuna no atual cenário mundial de reconhecimento contábil, frente à convergência das normas internacionais de contabilidade e auditoria, pois envolve conhecimentos contábeis e financeiros, não suscetíveis de definição por normas detalhadas, e sim por questões subjetivas, implicando em maiores responsabilidades dos auditores independentes, partilhando, assim, de uma compreensão comum dos propósitos da informação financeira.

Como preocupação pertinente dos órgãos normalizadores internacionais, o IASB publicou em dezembro de 2012 o IFRS 13 – *Fair Value Measurement*, ilustrando situações de avaliação de instrumentos de capital não previsto no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

O FASB publicou o SFAS 157 – *Fair Value Measurement*, e SFAS 159 – *The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities*.⁵ Tais publicações demonstram a preocupação internacional dos órgãos na mensuração e *disclosure* sobre o assunto.

Na área social, é relevante saber como o auditor contribui para a comunidade, refletindo uma opinião sobre determinado aspecto, onde os usuários dependem de seu relatório de auditoria para realizar seus investimentos, transações financeiras e avaliar suas melhores alternativas.

Apontar a percepção dos auditores frente às dificuldades de estimativas contábeis e aos problemas enfrentados junto à avaliação de ativos mensurados ao nível 3 de dificuldade é relevante à qualidade das informações, e útil aos seus usuários. Apontar os riscos envolvidos e os principais pontos de dificuldades em avaliação desses ativos pode contribuir para o aprimoramento da técnica de mensuração e auditoria.

Apontar as causas na opinião dos auditores de uma questão polêmica, controversa como a questão de mensuração, é identificar possíveis falhas no processo, e apontar as correções ou melhorias para a identificação de valores mais acurados e com isso minimizar o efeito da subjetividade.

Estudar as variações dos instrumentos financeiros derivativos é relevante não pela sua rubrica ou registro no balanço, mas sim pela potencialização de sua volatilidade que é representada nas demonstrações financeiras.

Outra contribuição relevante esperada é a expansão do conhecimento sobre o pensamento do profissional auditor e como reage sob o cenário FVM, bem como as maiores

⁵ As Normas do FASB foram brevemente comentadas na introdução do trabalho. Em capítulo específico desse trabalho serão apresentados maiores detalhes das normas internacionais do FASB e do IASB.

dificuldades que enfrenta. A opinião desse profissional sobre a formação mais adequada, e quais são os riscos e as maiores dificuldades enfrentados nesse cenário são questões inéditas não exploradas até a presente data por nenhuma pesquisa acadêmica.

Dessa forma, busca-se, na literatura como fundamento da pesquisa, informações sobre as causas específicas de FVM e deficiência de auditoria. Há um substancial corpo teórico sobre a contabilidade específica na grande área de pesquisa sobre a avaliação do auditor externo (DESAI et al., 2010).

Busca-se, ainda, contribuir com uma análise do comportamento do auditor e associar parâmetros de escala ou perfis, a fim de buscar uma melhor formação acadêmica, mitigação de riscos operacionais com vieses cognitivos, identificação antecipada de comportamentos indesejados, classificação de processo e sugestões de controle no planejamento de auditoria de instrumentos financeiros a FV.

O tema é controverso e sua operacionalização é relativamente nova sob as estimativas contábeis com suas causas e efeitos. A opinião do profissional é de fundamental importância para o aprimoramento dos procedimentos, da qualificação acadêmica, de mitigação dos riscos, de apontamento dos conflitos existentes na mensuração a FV.

Pesquisas relacionadas à percepção do auditor frente às dificuldades existentes é um assunto inédito no País, com poucos estudos sobre o tema *fair value measurement*. Além disso, nenhuma delas retrata a opinião do profissional que verifica e emite seu relatório de auditoria sobre os valores informados nas demonstrações contábeis.

As pesquisas sobre a opinião dos auditores na literatura estrangeira são escassas: Pannese e DelFavero (2011); Peytcheva e Wright (2010); Cohen et al. (2011); Kumarasiri e Fisher (2011),⁶ Cohen, Krishnamoorthy, Peytcheva e Wright (2011). Sob o enfoque de risco de auditoria, qualidade da auditoria, seu campo de pesquisa aumenta: Nelson, Elliott e Tarpley (2002), Autore (2009), Bauwhede et al. (2011), Becker et al. (1998), Bedard et al. (2004), Behn et al. (2008), Besacier et al. (2011), Bonner et al. (1998), dentre outros.⁷

No Brasil são poucas as pesquisas: Carvalho (1996), Antunes (1998), Almeida e Almeida (2009); Almeida e Colomina (2009), Braunbeck (2010), Martinez (2008, 2009), e Dantas (2012) dentre outros, contudo, os trabalhos se concentram mais na pesquisa sob os rodízios de auditoria e o tamanho da firma de auditoria (*big four*).

⁶ O trabalho *Auditor's perceptions of Fair-Value Accounting: Developing Country Evidence* serviu como base da pesquisa para formulação de quesitos, contudo seu enfoque destina-se a opinião do auditor sob o tem em países de desenvolvimento.

⁷ Essas pesquisas serão objeto de capítulo específico no final do trabalho sob o tema Resumo das Pesquisas Anteriores.

Com base nas informações coletadas junto a essa literatura sob o enfoque dos aspectos de relevância da mensuração, avaliação dos procedimentos de auditoria, avaliação dos riscos inerentes ao processo de FV, avaliação dos aspectos de estimativas contábeis frente à subjetividade e apontamentos das possíveis divergências entre os valores dos ativos, busca-se adquirir um conjunto de informações que possam identificar um perfil profissional mais adequado na mensuração do *fair value*, busca-se identificar uma escala das maiores dificuldades inerentes ao processo de FVM, na opinião dos profissionais de auditoria no Brasil, contribuindo na busca de aperfeiçoamento técnico e científico sobre o tema, aliadas às dificuldades apontadas no exterior.

1.4 Problema e questão da pesquisa

O problema de pesquisa refere-se à percepção do auditor na evidenciação e mensuração dos instrumentos financeiros classificados como complexo no nível 3 em FV, tendo em vista as deficiências apontadas pelos órgãos externos de auditoria, frente às dificuldades inerentes ao processo de avaliação a FVM.

Anteriormente, o processo de avaliação de ativos era mais objetivo, com regras de avaliação pré-determinadas, por meio do custo histórico, que nem sempre retratava a realidade, e que não refletia a transparências nos registros, pois registrava-se o derivativo a custo histórico, próximo de zero e sua volatilidade, que pode ser muito elevada, não era registrada, não refletindo o risco do ativo.

Atualmente, o processo tornou-se bastante subjetivo e totalmente com base na intenção da empresa ou em sua estrutura contábil. As responsabilidades do auditor aumentaram e seus procedimentos de auditoria precisam ser refeitos e adaptados de uma forma a mitigar o erro material, expondo os efeitos reais da operação.

A Norma NBC TA 540 – Auditoria de estimativas contábeis, inclusive do valor justo e divulgações relacionadas, reflete os procedimentos a serem adotados em estimativas contábeis do FV, juntamente com a avaliação dos riscos de auditoria sob eventuais distorções.

Contempla ainda o procedimento analítico a ser realizado na identificação das distorções de estimativas contábeis e indicadores de possíveis tendências da administração frente à subjetividade inerente ao processo. Contudo, diferente da aplicação de uma norma, a pesquisa busca a concepção do profissional de auditoria.

- Qual a percepção dos auditores frente aos desafios e dificuldades existentes sobre o *fair value measurement* dos instrumentos financeiros complexos?

A questão surgiu da observação da importância de mitigar os riscos inerentes de auditoria das instituições financeiras, por meio da complexidade de avaliação, mensuração e divulgação dos títulos de investimentos complexos, pois busca analisar a importância do tema frente aos procedimentos analíticos existentes de auditoria.

1.5 Objetivo geral da pesquisa

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a percepção do auditor em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3, em instituições financeiras, nos aspectos de relevância, mensuração e estimativas contábeis, avaliação do risco de auditoria.

Como objetivos específicos, busca-se:

1. mapear um perfil dos auditores independentes no Brasil, identificando suas expectativas e conhecimento pessoal sobre assunto;
2. identificar, na opinião do auditor, os principais desafios e deficiências frente à uma contabilidade a FV dos instrumentos financeiros derivativos;
3. analisar os motivos de maior risco de auditoria e os efeitos de mitigação desses riscos associados aos procedimentos de auditoria em FV;
4. apontar as causas e efeitos às possíveis divergências entre mensuração a FV dos instrumentos financeiros entre auditores e administração;
5. Apontar melhorias no processo de estimativas contábeis na opinião dos auditores independentes;

Para atingir os objetivos, geral e específicos, há necessidade da formulação de 4 hipóteses que poderão ser confirmadas ou refutadas na pesquisa. Essas hipóteses formam a estrutura que a pesquisa adota no processo investigativo. Assim, relacionado à justificativa do trabalho, a presente pesquisa aponta as seguintes hipóteses de estudo:

1.6 Hipóteses da pesquisa

Com base nos objetivos, as hipóteses formuladas para o encadeamento científico deste trabalho são:

H1. Sob o aspecto da relevância da métrica *fair value measurement*, a subjetividade inerente ao processo de avaliação é um fator determinante.

Devido a vários fatores internos e externos, há uma suspeita que não existe uma linha de pensamento uniforme sobre os efeitos de mensuração a FVA, colocando em risco o investidor e o captador de recursos, como apresentado em trabalhos que indicam falhas de governança corporativa junto às instituições financeiras e pesquisas estadunidenses replicadas no País, que os procedimentos de auditoria não são aplicados em sua totalidade (ARAÚJO et al., 2011; ACUITAS PCAOB, 2012).

H2. Os procedimentos de auditoria contidos nos normativos acerca das estimativas contábeis contribuem para a mitigação do risco de auditoria em sua essência, contudo não afastam por completo as divergências existentes no processo de verificação, possuindo deficiências de avaliação.

Os procedimentos com base em *check-list* podem prevalecer nessa nova forma, contudo, devido à subjetividade inerente ao processo de avaliação de ativos, precisa-se de um limite estabelecido e verificado pela estrutura da governança corporativa existente. Por meio de uma estrutura centrada e organizada, a instituição deve adotar mecanismos de controle e salvaguarda para um bom e fiel registro dos instrumentos financeiros, a fim que se registre fielmente o seu valor.

Algumas pesquisas⁸ demonstram a existência de uma relação estatística crescente de risco de auditoria e as mensurações a FV, devido à subjetividade inerente à avaliação. Os procedimentos contidos na avaliação de estimativas contábeis objetivam a mitigação desses riscos e da subjetividade inerente.

⁸ AL-KHADASH et al., 2009; AUTORE et al., 2009; BENSTON et al., 2006; CUPERTINO et al., 2008; e outros.

H3. Presume-se a existência de conflitos em avaliações de ativos entre os valores atribuídos pelos administradores e o auditor. Suas causas são, basicamente, devido à estrutura das empresas e critérios de estimativas contábeis.

Pesquisas indicam que os administradores são mais propensos às tentativas de *earnings management*, e os auditores são menos propensos a esses ajustes (NELSON et al., 2002).

Busca-se identificar a posição dos auditores no País e estabelecer uma comparação com as pesquisas externas.

H4. As normas contribuem de uma forma geral para a minimização dos riscos e dos efeitos em relação à subjetividade inerente do processo.

A norma estabelece que para mitigação do risco seja refletido em notas explicativas o critério de avaliação e as variáveis ou insumos que contribuíram para essa avaliação. A norma internacional exige transparência na divulgação, assim como a norma interna, CVM, BACEN.

Contudo, é fato que as notas explicativas não contemplam todos os aspectos de avaliação. Pesquisas demonstram que o *disclosure* nesse sentido ainda é precário, e particularmente no Brasil não há tanta preocupação com aspectos de divulgação, por ser um processo oneroso.

Elaborada as hipóteses de pesquisa, apresenta-se, na próxima seção, a metodologia de pesquisa, como foi estruturado o questionário e como foram tratados os dados coletados.

1.6.1 Delimitação da pesquisa

Para realização da pesquisa utilizou-se como base principal as respostas obtidas dos auditores independentes no Brasil, as quais foram testadas em uma escala de categoria a fim de evitar os vieses cognitivos.

Como obstáculo a um maior aprofundamento deste estudo está a limitação da análise dos papéis de trabalho dos auditores, fator inconcebível devido o sigilo profissional e cultural, para buscar maiores afirmações. Assim, a pesquisa não aprofunda nos procedimentos realizados de auditoria, e não cumpre os requisitos de uma pesquisa de campo quanto à

verificação de taxa observada ou a qualidade e classificação dos *inputs* observados, ou mesmo de pontos levantados pela pesquisa solicitada pelo PCAOB.

A pesquisa busca somente a percepção dos auditores quanto a temas envolvendo o FVM, sua relevância, seus critérios de avaliação e sua métrica.

Vale ressaltar que a pesquisa retrata a situação paralela de 4 temas relacionados intrinsecamente, como:

- conceito e modalidade de *fair value*;
- dificuldades inerentes ao processo de *Fair Value Measurement*;
- eficácia nos procedimentos de auditoria sobre o assunto de *fair value*; e
- complexidade de avaliação de derivativos.

Outra delimitação imposta é quanto à ausência de comentários mais específicos sobre a classificação e o funcionamento dos instrumentos financeiros derivativos. O tema, por ser de grande complexidade e com várias inovações, merece um tratamento específico e particular.

O escopo da pesquisa foi com referência ao FVM em instrumentos financeiros. Dessa forma, não foi objeto dessa pesquisa instruções normativas ou qualquer outro documento não associado com o *fair value*. Contudo, outras normas associadas aos instrumentos financeiros foram observadas.

1.6.2 Estrutura da pesquisa

A estrutura da pesquisa está dividida em 5 partes. A primeira, como sendo a introdução geral da pesquisa, envolve um breve histórico e importância da auditoria de *fair value*, sua justificativa, relevância, objetivo e metodologia, elementos estruturais da pesquisa.

A segunda parte, o referencial teórico, está subdividida em 5 seções. A primeira apresenta a normatização, iniciando a mudança de um sistema baseado em regras para um sistema baseado em princípios, onde forma-se a base conceitual para aplicação do *fair value*. Na segunda seção descreve-se o conceito, a estrutura, a hierarquia de avaliação, os critérios de avaliação de ativos e passivos a *fair value* e a classificação de *inputs* sobre a nova métrica implantada. Na terceira, expõe-se os procedimentos de auditoria aplicados ao FVM, dificuldades, críticas e problemas relacionados em pesquisas aos procedimentos de auditoria a FV. Na quarta seção abordam-se as principais normas de auditoria no exterior, os principais organismos internacionais de contabilidade, com ênfase nos pronunciamentos sobre

mensuração de *fair value* do FASB e IASB. Na quinta, há um referencial das pesquisas realizadas sobre auditoria de *fair value* no Brasil e no exterior.

Na terceira parte, por meio da aplicação do questionário, focando os principais problemas apresentados sobre estimativa contábil de *fair value measurement*, apresentados pela literatura, verifica-se se há ou não conhecimento por parte dos auditores no Brasil das dificuldades do tema, além de apresentar uma comparação da percepção dos auditores com os problemas relacionados nas pesquisas divulgadas.

A quarta parte descreve os resultados coletados e os testes estatísticos que evidenciam o comportamento, a percepção e o julgamento técnico do profissional. A quinta parte apresenta a conclusão da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Normatização contábil: princípios *versus* regras

2.1.1 Sistema baseado em princípios

A normatização contábil baseada em princípios, e não em regras, demanda maior capacidade de julgamento e avaliação da essência sobre a forma, pois quando baseada em regras havia maior objetividade na auditoria.

A principal referência ao considerar as normas contábeis como baseadas em princípios é o fato de serem guiadas pela estrutura conceitual, garantindo que a divulgação financeira seja relevante para os investidores, e que os requisitos de reconhecimento e de mensuração sejam baseados nas características qualitativas da informação contábil (SCHIPPER, 2003).

Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006) ressaltam que embora a estrutura conceitual tenha como base a observância aos princípios contábeis geralmente aceitos, estes são mais apontados por meio de regras contábeis, que propriamente pelos princípios, devido à quantidade de tratamentos específicos que contemplam.

Dessa forma, pode-se definir o sistema contábil baseado em princípios quando as normas que dão sustentação à atuação profissional têm por base uma estrutura conceitual e não estabelecem critérios específicos para o tratamento de situações particulares (DANTAS et al., 2010).

Alexandre e Jermakowicz (2006) conceituam o sistema baseado em princípios como o conjunto de noções, convenções ou forma de pensar que são consistentemente aplicadas para situações familiares e não familiares. Os autores consideram como base do sistema baseado em princípios referência considerada no julgamento profissional, sendo pressuposto que as normas baseadas em princípios não determinam como fazer, mas sim como decidir o que necessita ser feito.

Em vez de especificar claramente como promover a classificação, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação de cada evento econômico, oferecem diretrizes para o julgamento profissional de cada situação particular (DANTAS et al., 2010) .

Ao invés de especificar como promover o registro, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação de cada evento econômico, apontam para o julgamento profissional de cada situação particular, com base na estrutura contábil aplicada e nas políticas existentes da empresa.

Segundo Niyama e Silva (2011), e Lopes, Galdi e Lima (2009), o IASB tem adotado como diretriz as normas baseadas em princípios, por serem concebidas dentro de uma tradição jurídica consuetudinária (*common law*), oferecendo princípios gerais de orientação e não regras detalhadas, de forma a retratar a essência econômica de como as operações são evidenciadas.

2.1.2 Sistema contábil baseado em regras

Segundo Schipper (2003), e Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006), o sistema contábil baseado em regras apresenta normas detalhadas de como fazer, ou seja, com métodos específicos para o tratamento de todos os problemas e situações, como um manual de procedimentos a ser utilizado. Alexandre e Jermakowicz (2006) comentam que as normas norte-americanas, apesar de se enquadrarem como “princípios contábeis geralmente aceitos”, compreendem convenções, regras e procedimentos necessários, definindo as práticas contábeis que devem ser observadas pela profissão.

Dantas et al. (2010), corroboram que a palavra “princípio” não tem, portanto, um sentido estrito. Apesar da estrutura conceitual, as normas emitidas pelo FASB possuem orientações ou guias de implementação e de interpretação muito detalhadas, indicando como uma transação deve ser registrada e mensurada.

Schipper (2003) acrescenta que as normas, apesar de emitidas com base na estrutura conceitual, estão repletas de orientações que admitem exceções de escopo e de tratamentos, limitando muitas vezes a volatilidade dos resultados divulgados ou permitindo o atendimento a demandas específicas de segmentos.

Como exemplos de exceção de escopo, a autora cita: os contratos de seguros, que podem ser excluídos de normas aplicáveis a determinados tipos de empresas; os acordos de benefícios a empregados, que são excluídos do alcance das normas relativas a instrumentos financeiros; as exceções listadas na *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) 133 para definição de um derivativo que, segundo Schipper (2003), podem ter a intenção de reduzir custos para os preparadores das demonstrações. A autora afirma que para as exceções de tratamento são listados o SFAS 115, que prevê três categorias de títulos de mercado, cada uma com tratamento contábil específico; a SFAS 143, que permite desvios em relação à mensuração do *fair value*, explicitamente para reduzir a volatilidade dos resultados; a SFAS

140, que permite a utilização de sociedades de propósitos específicos para o tratamento de desreconhecimento em certos contratos envolvendo ativos financeiros.

Com base na exposição das características de um sistema contábil baseado em princípios ou regras, sua mecanização, e como foi tratada na literatura, pode-se perceber como esse sistema interfere na questão FVM para valoração dos ativos e passivos.

2.1.3 O uso do *fair value* nos relatórios financeiros

Argumentos a favor e contra da contabilidade a *fair value* estão em curso há muitos anos. O principal argumento, a favor da avaliação de todos os ativos e passivos a *fair value*, é que a métrica fornece maior informação para o investidor, maior transparência e maior utilidade dos relatórios de auditoria, ou seja, o FVA pode fornecer um retrato mais realista da posição financeira do que o custo histórico.

O argumento a favor dos relatórios a custo histórico é que não possui subjetividade. Ao contrário do *fair value*, que pode exigir extensivo uso de julgamento, e frequentemente exige especialista de avaliação, o custo histórico é geralmente mais objetivo. Com isso é mais fácil se comprovar a avaliação e facilita o trabalho do auditor.

Em dezembro de 2008, o *Report and Recommendations Pursuant to Section 133 of the Emergency Economic Stabilization Act of 2008: Study on Mark-to Market Accounting*, da SEC – *Securities and Exchange Commission* não só encorajou a continuidade do uso do FVA como recomendou sua expansão. Esse estudo foi enviado ao Congresso em conexão com a Lei⁹ que visa trazer estabilidade ao setor das instituições financeiras atingidas pela crise econômica. A Lei exige que a SEC estudasse as disposições de FVA descritas no SFAS 157 e outros padrões, examinando seis questões:

- 1) o efeito da norma FVA sobre os relatórios financeiros dos bancos;
- 2) o impacto desse padrão contábil sobre a falência dos bancos em 2008;
- 3) o impacto desse padrão contábil na qualidade da informação disponível para os investidores;
- 4) o processo usado pelo FASB no desenvolvimento da norma;
- 5) a oportunidade e a viabilidade de modificações de cada norma;

⁹ Lei de Emergência de Estabilização Econômica de 2008 – EESA OU ACT, assinada em 3 de outubro de 2008 – Seção 133.

- 6) alternativas a normas contábeis aos descritos no SFAS 157 e outras normas de contabilidade a valor justo.

No seu endosso à contabilidade a valor justo, a SEC notou que as normas contábeis vigentes foram sujeitas a um longo processo de avaliação. A suspensão rápida de contabilidade de valor justo (o que foi sugerido por alguns membros do Congresso) seria contornar este processo e poderia resultar em uma maior incerteza sobre as demonstrações financeiras por investidores e outros.

Em vez disso, em seu relatório, a SEC recomendou que fossem feitos os esclarecimentos e modificações para cumprir o SFAS 157 e algumas outras normas com requisitos de FVA. A Comissão também afirmou a necessidade de uma orientação mais prática e útil sobre as melhores práticas.

Embora a análise da utilização FVA tivesse sido limitada a um grupo de instituições financeiras específicas, as conclusões da SEC claramente foram destinadas para todas as entidades sujeitas ao US GAAP.

Com base na utilidade dos relatórios, deve-se analisar mais especificamente o papel do auditor frente ao sistema contábil baseado em regras ou princípios.

2.1.4 O Auditor no processo de padrões contábeis baseados em princípios *versus* regras

A profissão de auditoria e os mecanismos de governança corporativa têm trabalhado para melhorar a qualidade do processo de informação financeira. Os auditores manifestaram apoio a um regime de contabilidade baseado em princípios que permitissem um maior julgamento sobre a representação das demonstrações financeiras sob a realidade econômica (DiPiazza et al., 2008; AICPA, 2007). O aumento da responsabilidade dos auditores é susceptível à medida que percebem que há uma maior cobrança pela qualidade de seu julgamento e na tomada de decisão (PEYTCHEVA; WRIGHT, 2010).

A Teoria Contábil recomenda que o aumento de responsabilidade em um processo utilizado para alcançar uma decisão, em oposição à responsabilidade do resultado em si, melhora a qualidade do julgamento (TETLOCK, 1983; SIEGEL-JACOBS & YATES, 1996; LERNER & TETLOCK, 1999). Em auditoria, maiores níveis de responsabilidade no processo têm sido mostrados para aumentar o esforço em melhorar a precisão no julgamento (ASHTON, 1992; KENNEDY, 1995).

O principal argumento é que normas baseadas em princípios induzem um alto nível de qualidade no processo de prestação de contas por parte dos auditores (PEYTCHEVA & WRIGHT, 2010).

É importante considerar que os efeitos da aplicação do regime regulatório sob os esforços do auditor restringem os relatórios agressivos sobre uma contabilidade baseada em princípios mais do que uma contabilidade baseada em regras.

Também é relevante notar que um relatório agressivo¹⁰ pode ocorrer em diferentes formas, como, por exemplo, a gestão pode cometer fraudes, ou pode estruturar operações contabilísticas para que a transação atenda a "regra", mas não ao "espírito" da norma (NELSON, 2003; NELSON et al., 2002).

Dessa forma, Cohen et al. (2011) apontaram que os auditores são propensos a restringirem os relatórios agressivos sobre as normas baseadas em princípios que sobre as normas baseadas em regras. O estudo contribui com uma melhor qualidade da informação dos relatórios financeiros.

2.2 *Fair Value Accounting*

2.2.1 Definição de *fair value*

O SFAS 157 – *Fair Value Measurements* define *fair value* como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração (*The price that would be received to sell an asset or paid to transfer a liability in an orderly transaction between market participants at the measurement date.*).¹¹

O termo participante do mercado exclui as partes relacionadas (ZACK, 2009).

O IFRS definiu *fair value* como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado entre partes conhecedoras e dispostas no cumprimento de uma transação (*The amount for which an asset could be exchanged between knowledgeable, willing parties in an arm's length transaction.*).¹²

¹⁰ Relatório agressivo refere-se a um relatório mais minucioso, mais detalhado, mais exigente, em decorrência de demonstrações financeiras mais arrojadas.

¹¹ Tradução livre do autor da pesquisa.

¹² Tradução livre do autor da pesquisa.

Segundo Zack (2009) a definição e a explicação do valor justo no IFRS são disseminadas entre vários padrões, mas não no US GAAP. Contudo, em dezembro de 2012, o IASB publicou uma orientação sobre FVM com exemplos ilustrativos de avaliação de instrumentos de capital fora do escopo de instrumentos financeiros.

O mesmo autor comenta que o FV é usado em uma sequência de vários ativos e passivos e elenca: a) um ativo específico; b) um grupo de ativos; c) um passivo específico; d) um grupo de passivos; e) uma consideração líquida de um ou mais ativos menos um ou mais passivos relacionados; f) um segmento ou uma divisão de uma entidade; g) a localização peculiar ou região de uma entidade; h) uma entidade inteira.

A orientação sobre questões de FV no SFAS é bastante extensa em comparação com o IFRS. Zack (2009) aponta quatro elementos da definição US GAAP de FV que têm significado especial:

- 1) Transações Ordenadas – segundo o mesmo autor, o conceito assume que o FV é baseado em uma transação ordenada. Isso pressupõe que a exposição ao mercado por um período de tempo antes da data de medição pode permitir a realização das atividades de marketing, como feito em operações similares. Como uma compra ordenada não pode ser forçada, uma venda ordenada também não pode ser forçada, devido à liquidação ou aflição.

Sinais de transação forçada podem incluir, segundo Zack (2009):

- a) tempo insuficiente para um ativo ser alienado corretamente, causado por uma urgente necessidade para dispor do ativo;
- b) existência de um único comprador potencial ou muitos grupos limitados de compradores;
- c) exigência legal para vender um ativo, devido a previsão contratual ou por leis ou regulamentos.

Determinando se a transação é ordenada e, portanto, potencialmente confiável, a fonte de informação exige julgamento (ZACK, 2009). Como resultado, isso poderia ser potencialmente uma área de falsas informações intencionais, ou não, ou, ainda, ocultamento de informações pela administração ligadas ao *fair value measurement*.

O FASB forneceu uma orientação adicional determinando se a venda é ordenada em FSP FAZ 157-4 – *Determining Fair Value When the Volume and Level of Activity for the Asset or Liability Have Significantly Decreased and Identifying Transactions That Are Not Orderly*.

Um ponto a ser observado pelo auditor é se o FVM está sendo baseado em outras transações conhecidas, quando as operações citadas não são "ordenadas".

- 2) Mercado Principal ou mais vantajoso – o conceito de FV, pelo SFAS 157, assume que a transação hipotética para vender um ativo ou transferência de um passivo ocorreria em um mercado principal para tais transações, ou seja, o mercado com maior volume de atividade para o ativo ou passivo em questão. Se não existe tal mercado principal, então o mercado mais vantajoso deve ser considerado. Este seria o mercado que maximiza o valor que seria recebido na venda do ativo ou que minimiza o valor que seria pago para transferir a responsabilidade em questão.
- 3) Custos de transação x transações de custo – FV deveria ser determinado sem levar em consideração o custo de transação, o aumento direto do custo associado com a venda do ativo. Por exemplo, comissão sobre venda, ou transferência do passivo. Contudo, se transportar um ativo para um mercado principal ou um mercado mais vantajoso resultar em um lucro líquido maior, o custo de transportar o ativo, de um mercado para outro, deve ser considerado na determinação do FV. Por exemplo, os custos de transporte devem ser subtraídos do preço de venda bruto, enquanto que os custos de transação, não.
- 4) Maior e melhor uso dos ativos – como SFAS 157 se aplica à determinação dos valores justos de um ativo, o maior e melhor uso do ativo devem ser usado na avaliação do FV. Avaliado pelo titular, esse uso pode ser diferente do uso atual do ativo. *Maior e melhor meio de uso em que é fisicamente possível, legalmente admissível e financeiramente viável*.¹³ Ele é baseado no maior e melhor uso do bem por parte dos participantes de mercado, ou seja, aqueles que potencialmente podem comprar o ativo.

Determinar o que é maior e melhor uso de um ativo também pode exigir julgamento, o que significa que essa avaliação poderia ser outro fator sujeito à manipulação pela administração.

¹³ Grifo próprio. Chama-se atenção para as qualidades do ativo.

O auditor dever observar se não há distorção no melhor uso de um ativo, a fim de inflar seu FVM.

Zack (2009) comenta que embora a terminologia básica utilizada no US GAAP e definições no IFRS de FVA sejam semelhantes, resultam em três distinções sutis, assim resumidas:

- 1) a definição do SFAS 157 é explicitamente um preço de saída, enquanto que no IFRS não está claro se é um preço de saída ou um preço de entrada;
- 2) SFAS 157 refere-se explicitamente e define os participantes do mercado a termo, enquanto IFRS utiliza as mais amplas terminologias conhecidas e participantes dispostos no cumprimento de uma transação;
- 3) com relação ao FVM dos passivos, o SFAS 157 é baseado na transferência da responsabilidade assumida (ou seja, a responsabilidade continua, mas agora é a responsabilidade de uma contraparte de uma operação em que foi transferido), enquanto que a definição do IFRS é baseada no montante pelo qual um passivo poderia ser resolvido, o que poderia incluir um acordo com a parte (ou seja, um fornecedor, credor etc.), além de transferir a responsabilidade a terceiros.

Zack (2009) finaliza expondo que os conceitos são semelhantes na maior parte e que possuem pequenas diferenças. Contudo, o processo de convergência e aperfeiçoamento das normas é um processo longo de harmonização.

O SFAS 159 – *The Fair Value Option* é um exemplo do produto do processo de convergência das normas, que é um processo que permite ajustar as muitas diferenças nas normas de contabilidade no mundo e facilita a comparação das demonstrações financeiras. O FASB e IASB têm trabalhado juntos nesse campo de padrões contábeis.

O FV é definido como o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes, com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. FV não pode ser confundido com o valor que a entidade receberia ou pagaria em uma transação forçada.

O *fair value* é definido pela norma: (International Accounting Standards 40 *Investment Property*, p. 6)

The amount for which an asset could be exchanged between knowledgeable, willing parties in an arm's length transaction". IAS 40 "This definition is similar to the definition of "market value" given by the International Valuation Standards Committee (IVSC). IVSC define market value as: "The

estimated amount for which a property should exchange on the date of valuation between a willing buyer and a willing seller in an arm's length transaction after proper marketing wherein the parties had each acted knowledgeably, prudently, and without compulsion.

"A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado entre partes conhecedoras e interessadas em um cumprimento de transação". (IAS 40)

O *International Valuation Standards Committee* (IVSC) define o valor de mercado como:

O montante estimado em que uma propriedade pode ser trocada na data da avaliação entre um comprador disposto e um vendedor interessado numa transação imparcial após a devida comercialização em que as partes tenham interesse e conhecimento, prudência e sem contrangimento. (IVSC Annual Report, 2008/2009)

De acordo com as normas internacionais de contabilidade, o conceito de *fair value* deve ser aplicado a um conjunto de itens e transações, como:

- a) combinações de negócios;
- b) todos os derivativos, ativos financeiros e passivos financeiros em que haja a intenção de negociação e todos os ativos financeiros que forem classificados como disponíveis para venda;
- c) na contabilização de planos de previdência;
- d) ativos biológicos devem ser mensurados pelo FV deduzidos dos custos para venda.

O FV conforme os pronunciamentos do FASB e IASB é a melhor medida de mensuração de instrumentos financeiros e a única medida possível para avaliação dos derivativos. É decorrente da necessidade de evidenciação, mensuração e reconhecimento de ativos e instrumentos financeiros – incluindo as operações *of balance sheet* – tendo em vista as consequências das crises financeiras no cenário internacional.

Lustosa (2010) afirma que a desejada justiça da medida de valor não pode estar na sua exatidão, mas na utilização dos conceitos corretos para mensurar os elementos contábeis.

...parece inadequada a utilização pela contabilidade do adjetivo “justo” agregado ao substantivo “valor” para referir-se a quanto vale determinados elementos patrimoniais, pois o conceito de valor, em termos econômicos, será sempre direcionado para o futuro incerto. Desse modo, a imprecisão, e não a acurácia ou a justeza da medida, é o que predomina quando se mensuram expectativas futuras em termos monetários. Por essa razão, a justiça de uma medida de valor está mais na capacidade de ela expressar os

conceitos corretos de mensuração do que na exatidão da medida (LUSTOSA, 2010, p. 2).

Segundo o mesmo autor, os trabalhos empíricos tendem a apresentar evidências de que a informação de valor é mais relevante, na perspectiva dos usuários, do que a informação de custo, e talvez isto explique porque o conceito e mensuração a *fair value* tem sido cada vez mais difundido, em nível mundial, nos pronunciamentos contábeis.

Whittington (2008, p. 155, *apud* LUSTOSA, 2010), critica a deliberada opção do IASB – International Accounting Standards Board pelo *fair value*, em que a discussão agora não é mais a antiga dicotomia custo ou valor na contabilidade, mas se a representação deste último é a preços de entrada ou de saída.

Barth et al. (2010) comentam que a contabilidade a *fair value* tem sido muito criticada, mais especificamente como um fator importante que contribui para a ocorrência da crise financeira. A crítica geral do *fair value* é sobre a falta de atributo que melhor atenda às tomadas de informações úteis aos usuários dos relatórios financeiros.

Penman (2007) afirma que outras medidas, como, por exemplo, o custo histórico modificado, são mais úteis na tomada de decisões. As críticas recaem sobre a comparação da relevância de várias medidas de valor corrente para as de medidas de custo histórico. Ele afirma que se não houver preços observáveis, no qual se baseiam as estimativas de *fair value*, não há uma utilidade na decisão, tornando fácil a uma gestão manipular as estimativas para atender seus próprios objetivos.

No entanto, SFAS – 157 *fair value Measurements* (FASB, 2006) especifica como estimar valores de mercado, limitando o alcance da capacidade da administração para manipular as estimativas. Ainda assim há uma corrente que sustenta que, mesmo com preços observáveis, o FV não reflete as dimensões de valores dos ativos que podem ser administráveis.

O SFAS – 157 estabelece que se o momento for de dificuldade financeira, os preços de mercado não servirão de base, ou se o ativo não refletir as características das estimativas da administração, o valor do ativo a *fair value* necessitará de ajustes que reflitam melhor o valor do ativo.

A gestão é necessária para ajustar os preços observados e refletir atributos específicos para seu bem. O teor geral das críticas ao *fair value* é que a informação do *fair value*, particularmente no contexto da crise financeira, não tem qualidade suficiente para ser

informado aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras. O ponto crucial é: quando o valor é relevante?

Valor relevante é uma referência particularmente aplicável para abordar a relevância e a confiabilidade das informações contábeis. Com isso, a gestão é necessária e suficientemente confiável para ser refletida nos preços das ações. BARTH et al., (2010).

Landsman (2007) fornece um estudo de investigação existente de valor relevante à contabilidade de *fair value*. A literatura a *fair value*, incluindo os estudos que se concentram em bancos, fornecem evidências substanciais de que uma vez reconhecidas e divulgadas as transações a *fair value*, estas são relevantes para os investidores e confiáveis o suficiente para refletir os preços das ações.

Contudo, críticos da qualidade da informação do *fair value* alegam que, incluindo os ganhos e perdas não realizados nos lucros, resulta em valores mais voláteis. Barth (2004) fez uma observação de que existem três fontes primárias de volatilidade extra-associadas ao *fair value*, baseadas em valores contábeis, em relação àqueles determinados utilizando o custo histórico modificado.

A primeira é a verdadeira volatilidade subjacente da economia que se reflete em mudanças em ativos e passivos a *fair value*. Cita como exemplo os ganhos informados para os investidores que necessitam dessa informação, refletindo essa volatilidade. A segunda decorre do uso de um modelo contábil misto de medição (decorrente da volatilidade do *fair value* e o custo histórico modificado). Essa segunda volatilidade praticamente desaparece, pois os bancos medem todos os instrumentos financeiros derivativos a FV, conforme IAS 39 e SFAS 159. A terceira volatilidade é a indução por erro de medição nas estimativas de mudança do FV (BARTH, (2004),(2010)).

Contudo, é importante notar que esta fonte de volatilidade existe para todas as medidas de contabilidade que dependem de estimativas, incluindo aquelas baseadas em custo histórico modificado. BARTH et al (2010).

A mesma autora comenta que a importância da pesquisa sobre volatilidade decorre, incluindo ganhos e perdas de FV nos lucros dependente dos benefícios decorrentes, da relevância da informação a FV contra quaisquer custos decorrentes dessa fonte de volatilidade. Evidências na literatura sobre valor relevante indicam que os benefícios do FV superam seus custos.

Barth et al.(2010) afirma que embora os valores possam ser relevantes a FV em tempos de relativa estabilidade no mercado, eles não têm a mesma relevância e a confiabilidade durante os tempos de relativa instabilidade. Algumas pesquisas acadêmicas

abordaram a relevância do FV durante este período de instabilidade do mercado e apontaram que o FV pouco contribuiu para o surgimento ou agravamento da crise (BARRETO, 2009).

Segundo Martins Silva (2008), a avaliação a FV permite comparações de instrumentos financeiros que tenham substancialmente as mesmas características econômicas, independentemente das suas finalidades, de quando e do porque foram emitidos ou adquiridos. O FV proporciona uma base neutra de avaliação da condução da gestão ao indicar os efeitos das decisões de comprar, vender ou deter ativos financeiros ou de incorrer um ativo financeiro ou passivo financeiro pelo seu FV.

Assim, independentemente de discutir se a crise financeira será ou não agravada importa defender os princípios de contabilidade e lembrar que quando o *fair value* não seja praticável, por restrições de tempestividade ou custo esse fato deve ser divulgado juntamente com a informação acerca das características principais do instrumento financeiro subjacente que sejam pertinentes ao seu *fair value* (MARTINS SILVA, 2008).

Martins Silva (2008) ainda esclarece que quando um instrumento é negociado em um mercado ativo e líquido, o seu preço de mercado cotado proporciona a melhor prova do FV. Diferente em um ambiente com poucos compradores ou quando o mercado está em crise, pois não existe um *spread* entre o preço de compra e venda, indicando uma transação forçada.

Na seção seguinte abre-se uma discussão sobre as regras de contabilidade a FV, envolvendo os princípios-chave na sua determinação.

2.2.2 Métodos para determinar o *fair value*

Aqui são apresentadas as abordagens para determinar o FV. Cada abordagem tem as variáveis utilizadas na métrica de avaliação. Zack (2009) comenta que os relatórios financeiros fraudulentos podem envolver má aplicação de uma regra de contabilidade, má aplicação de uma metodologia de avaliação, ou uma combinação de ambos. Para um FVM deve-se utilizar uma das três abordagens:

- 1) Abordagem de Mercado;
- 2) Abordagem de Receita;
- 3) Abordagem de Custo.

Essa pesquisa apresenta um panorama geral do entendimento dos modelos de cada abordagem.

O parágrafo 18 do SFAS 157 fornece uma descrição da sequência das três categorias dos modelos de FVM:

- 1) Abordagem de Mercado – usa preços e outras informações relevantes por meio do mercado de transações envolvendo um ativo ou passivo idêntico ou um comparável, como técnicas de avaliação de múltiplos de um conjunto de valores comparáveis derivados de mercado, consistentes com a abordagem e usadas frequentemente.

Múltiplos podem conter intervalos diferentes para cada ativo comparável. A seleção adequada dos fatores específicos (qualitativos e quantitativos) para medição requer julgamento profissional adequado. Técnicas de avaliação consistentes com a abordagem de mercado incluem uma matriz de preço.¹⁴

- 2) Abordagem de Renda – usa uma técnica de avaliação para converter valores futuros, como fluxo de caixa ou ganhos, ou para valor presente descontado. A mensuração é baseada no valor indicado pela expectativa do mercado corrente sobre esses valores futuros. Essa técnica de avaliação inclui o valor presente, modelos de opção de preço, como o Black-Scholes e modelo binomial, que incorporam as técnicas de valor presente e de vários períodos como método do excesso de lucros.¹⁵ Pode ser usado para FVM de certos ativos intangíveis.
- 3) Abordagem de Custo – é baseada no valor corrente que seria exigido na troca de um ativo com a mesma capacidade de serviços e benefícios. É frequentemente usado no custo de reposição. Do ponto de vista do mercado participante (vendedores), o preço que seria recebido por um ativo é determinado com base no

¹⁴ Matriz de preço é uma técnica matemática usada principalmente para títulos de dívida, sem realizar exclusivamente uma cotação de preços para um título específico, mas realizando uma cotação para uma relação de títulos específicos com outros títulos de referência.

¹⁵ Corresponde a um tipo da abordagem do lucro, segundo Hitchner, que o denomina como Excess Cash Flow. Já Pratt, Reilly e Schweihs tratam como uma abordagem específica em razão de usar conceitos da abordagem do ativo (ou do custo). Disponível em:

<http://contabilidadefinanceira.blogspot.com.br/2012/05/abordagem-do-excesso-de-lucro.html>

custo do mercado participante (comprador), para aquisição ou construção de um ativo substituto ou de utilidade comparada, ajustado por obsolescência.¹⁶

Mais especificamente o presente estudo detalha as três abordagens para efeitos de FVM.

2.2.3 Abordagem de Mercado

A Abordagem de Mercado usa preços e outras informações dadas pelo mercado de transações envolvendo idêntico e comparável ativo e passivo. Como notado no SFAS 157, o uso dessa abordagem às vezes envolve estimativas dentro de um intervalo de múltiplos ou outros *inputs* adequados ou um múltiplo de entrada. Isso exige um julgamento, e todos os fatores que são específicos devem ser considerados para mensuração desse ativo ou passivo. Alguns desses fatores podem ser quantitativos, mas existe uma frequência para fatores qualitativos.

Um dos maiores benefícios dessa abordagem é que sua base primária é sob dados atuais (ZACK, 2009). Os dados são frequentemente apresentados em uma forma bem documentada, os preços registrados no mercado são públicos e estão disponíveis, como na bolsa de valores.

Outros dados usados na Abordagem de Mercado podem não ser como no mercado de ações, mas são objetivos e úteis. Como o preço em cada entidade especifica linhas de negócios, divisão de operações, ou alugueis que são vendidos.

O auditor deve ser cauteloso com o “desenho” conclusivo inapropriado sobre um FVM baseado em considerações de variedade de preços ou outros *inputs* disponíveis nas transações de um mercado.

Zack (2009) comenta que uma desvantagem importante para a abordagem de mercado é que muitas vezes ou não existe mercado de ativos para um determinado item ou é muito complexa a comparação do item em questão com as operações conhecidas no mercado. E, muitas vezes, há transações conhecidas no mercado, mas nenhuma é idêntica para os valores dos ativos ou passivos que são necessários. O processo de elaboração dessa comparação pode ser extremamente complexo.

¹⁶ Obsolescência engloba deterioração física, obsolescência (Tecnológico) funcional, e obsolescência (externo) econômica é mais ampla do que a depreciação para fins de demonstrações contábeis (uma alocação de custo histórico) ou para fins fiscais (com base na vida de serviços especificados).

2.2.4 Abordagem de Renda

A Abordagem de Renda, usada nas técnicas de avaliação para converter valores futuros para o valor presente (fluxo de caixa ou ganhos), é mais comumente usada em valores futuros em fórmulas de fluxo de caixa, ganhos, ou algum componente de ganho (EBIT).¹⁷ É considerada de valor futuro, que pode estender para muitos ou a poucos períodos, e exige muita avaliação profissional. Em alguns casos, as indústrias ou certos ativos têm um período específico que se tornam padrão, mas, em muitos casos, o número de períodos futuros é objeto de avaliação profissional.

FVM usado na Abordagem de Renda varia de acordo com três fatores principais:

- 1) valor do fluxo de caixa – o maior fluxo de caixa corresponde ao maior valor do ativo;
- 2) prazo dos fluxos de caixa – o mais curto fluxo de caixa corresponde ao maior valor do ativo;
- 3) risco associado com o fluxo de caixa – o menor risco corresponde ao maior valor do ativo.

Cada um desses três fatores pode ser objeto de erro de representação e determinação de um erro ou fraude FVM sobre a Abordagem de Receita.

Dentro dessa abordagem, especialistas em avaliação de ativos frequentemente utilizam três métodos distintos para avaliação de negócios ou ativos:

- 1) desconto do fluxo de caixa;
- 2) capitalização do fluxo de caixa;
- 3) excesso do fluxo de caixa.

O auditor deve estar atento à má aplicação da Abordagem de Renda pelo uso de quantidades inadequadas de fluxos de caixa, manipulando o tempo de fluxos de caixa futuros, ou utilizando uma taxa de desconto inadequada, resultando em um valor presente inexato.

¹⁷ EBIT – Earnings Before Taxes and Interest – também chamado de lucro operacional, é uma medida de lucro de uma empresa que exclui juros e despesas de imposto de renda. É a diferença entre as receitas operacionais e despesas operacionais.

2.2.4.1 Método do desconto do fluxo de caixa

O método do desconto do fluxo de caixa é o mais comumente usado e sua aplicação é com base na Abordagem da Renda. Esse método é aplicado para calcular o valor presente estimado de fluxos de caixa futuro. Pode ser aplicado para um único ativo, para um grupo de ativos, para uma divisão, região ou a companhia toda. O fluxo de caixa pode ser estimado para muitos períodos curtos de tempos ou muitos períodos longos de tempo, como para o infinito – perpetuidade.

A taxa de desconto usada nessa abordagem representa uma taxa de retorno que um investidor pretende. Essa taxa considera três elementos:

- 1) a taxa básica de retorno sem qualquer consideração com o risco, ou quanto de retorno um investidor deseja em troca do uso do seu investimento;
- 2) antecipação da taxa de inflação, que corresponde à depreciação esperada do poder de compra, enquanto os fundos são investidos;
- 3) o risco associado com a incerteza de resgate de um valor ou tempo de estimativa do fluxo de caixa futuro.

Cada um desses três elementos exige uso de julgamento e estimativa, tornando-os propensos à manipulação potencial na perpetração de uma fraude contábil do valor justo.

2.2.4.2 Método de capitalização pelo fluxo de caixa

O método de capitalização pelo fluxo de caixa é uma versão de atalho do método do fluxo de caixa descontado. Ao contrário do método do fluxo de caixa descontado, sobre o modelo de capitalização do fluxo de caixa, a taxa de desconto e a taxa de crescimento do fluxo de caixa são assumidas a permanecer constante na perpetuidade.

Sob o modelo de fluxo de caixa descontado, as projeções de fluxo de caixa separadas podem ser desenvolvidas para cada período futuro, ao invés de assumir uma taxa de crescimento ao longo de um período de tempo especial.

Em seguida, se necessário, diferentes taxas de desconto podem ser aplicadas a cada período futuro de fluxo de caixa, como, por exemplo, diferentes taxas de desconto podem ser utilizadas para obter um fator de maior incerteza nos fluxos de caixa, que são para um futuro mais distante do que aqueles que estão em um futuro muito próximo.

2.2.4.3 Método do excesso do fluxo de caixa

O método do excesso do fluxo de caixa, também conhecido como o método do excesso de lucros, é às vezes usado para avaliar ativos intangíveis negociados ao avaliar uma empresa. O valor é obtido somando o valor justo do ativo (ou grupo de ativos) ao valor presente do excesso de lucro gerado pelo ativo.¹⁸

Excesso de lucro corresponde, de certa forma, ao conceito de lucro supranormal da economia ou de lucro econômico ou valor econômico agregado. O excesso de lucro é o valor que é obtido por um conjunto de ativos além da taxa de retorno normal.

É referenciado no Despacho da Receita Federal dos Estados Unidos para aplicação de avaliação de ativos intangíveis. Segundo Zack (2009) também conhecido como método do tesouro, já que foi usado durante a Lei Seca pelo fisco dos Estados Unidos.

Como o objetivo geralmente é estimar o valor em continuidade, em geral não se faz nenhum ajuste para reconhecer os efeitos tributários.

Os passos básicos envolvidos na abordagem do excesso de fluxo de caixa são:¹⁹

- 1) estimativa do ativo tangível de um negócio ou de um ativo. Neste grupo de ativo tangível pode-se, eventualmente, incluir também os ativos intangíveis identificáveis, como patentes. O mais comum é restringir somente aos tangíveis. Isto inclui bancos, terrenos, máquinas etc.
- 2) estimativa do lucro que será obtido para o ativo ou grupo de ativo;
- 3) estimativa de uma taxa de retorno “justa” para os ativos;
- 4) a taxa estimada no passo anterior será multiplicada pelo valor dos ativos calculados no passo (1) para obter o lucro econômico referente aos ativos tangíveis;
- 5) o valor obtido será confrontado com o lucro estimado no passo (2). A diferença corresponde ao excesso de lucro, ou seja, o lucro acima do retorno “justo” dos ativos tangíveis da entidade;
- 6) a partir de uma taxa de desconto, obtêm-se o valor presente do excesso de lucro obtido no passo anterior;
- 7) e, por fim, adicionar o valor encontrado no item (4) ao valor obtido no item (1).

¹⁸ Disponível em: <http://contabilidadefinanceira.blogspot.com.br/2012/05/abordagem-do-excesso-de-lucro.html>

¹⁹ Exemplo disponível em: <http://contabilidadefinanceira.blogspot.com.br/2012/05/abordagem-do-excesso-de-lucro.htm>

Um exemplo numérico esclarece a aplicação do método (seguindo os mesmos passos apresentados acima)

- 1) estimou-se o valor de um ativo como sendo igual a R\$10 mil;
- 2) o lucro esperado pelo ativo é de R\$ 3mil;
- 3) a taxa de retorno estimada é de 10%;
- 4) a remuneração do ativo é de R\$1mil ou 10%, que é a taxa de desconto, vezes R\$10 mil;
- 5) assim, o excesso de lucro é de R\$ 2 mil;
- 6) trazendo a valor presente (usando a mesma taxa de 10% e supondo perpetuidade), tem-se um valor presente de excesso de lucro de R\$ 20 mil;
- 7) assim, o valor do ativo é de R\$ 30 mil, que corresponde a soma de R\$ 20 mil mais R\$ 10 mil.

Para aplicar corretamente a Abordagem de Renda, Zack (2009) comenta que os fluxos de caixa futuros devem ser normalizados, ou seja, deve-se fazer projeções de fluxos de caixa futuros mais representativos do que se pode esperar do futuro. Em outras palavras, alguns itens que, historicamente, impactaram os fluxos de caixa e que podem ser considerados nas estimativas de fluxos de caixa futuros podem ser eliminados de forma a obter um quadro verdadeiro de como serão os fluxos de caixa futuros. Por exemplo, um dos ajustes mais comuns necessários para normalizar o fluxo de caixa é para itens não recorrentes, como os itens gastos pelo tempo.

Geralmente, há muitas outras considerações adicionais ao normalizar os fluxos de caixa para avaliar um negócio inteiro do que haveria em um único ativo. Para avaliar toda uma empresa, os ajustes podem ser necessários para uma variedade de itens como a propriedade, a capitalização, a dívida, o imposto de renda e outros fatores que podem não ser necessários ao avaliar um único ativo.

2.2.4.4 *Expectativa do fluxo de caixa*

A quarta possível abordagem para determinar o valor presente do fluxo de caixa futuro leva a uma abordagem diferente de avaliar o risco. Esse método é descrito no SFAS 7, *Using*

*Cash Flow Information and Present Value in Accounting Measurements*²⁰ e refere-se à abordagem fluxo de caixa esperado.

Os vários riscos associados com o fluxo de caixa futuro, considerados no desenvolvimento simples do desconto da taxa que é aplicada, são explicados nos três métodos de aplicação da Abordagem de Renda.

Sob uma expectativa de abordagem do fluxo de caixa, o risco é tratado de maneira diferente: em vez de integrar na taxa de desconto, que é tratado pela determinação das expectativas múltiplas de fluxos de caixa futuros e atribuição de probabilidades para cada um, o elemento de risco é removido a partir da taxa de desconto, deixando uma taxa de desconto mais confiável, baseada principalmente em uma taxa esperada de retorno.

Sob a abordagem esperada de fluxo de caixa, uma média ponderada dos vários valores atuais é calculada, com base nas probabilidades atribuídas a cada cálculo.

2.2.5 Abordagem de Custo

A Abordagem de Custo para determinar o FV é baseada na avaliação do custo para substituir um ativo, ou a capacidade do serviço de um ativo, e após fazer ajustes de obsolescência.

O auditor deve observar que usando uma substituição inapropriada da estimativa do custo ou fazendo ajustes imprecisos por obsolescência, a determinação do FVM a abordagem de custo não vai retratar financeiramente a situação.

O risco associado com a abordagem de custo concentra no custo de substituição estimado, no ajuste por obsolescência e qualquer outro fator relevante. Estimativa de custo de substituição pode em alguns casos ser bastante fácil, assim como em casos em que um ativo foi comprado recentemente e algum modelo desse ativo ainda é vendido. Estimativa de custo de substituição de ativos incomuns ou de desenho personalizado ou de ativo construído torna-se muito mais complicada e pode exigir ajuda externa.

Ajuste por obsolescência pode também ser muito fácil ou ser muito difícil. Mas esses ajustes, como os outros ajustes iniciais de custo de substituição, são objetos fáceis de manipulação e devem ser bem avaliados.

²⁰ Usando informações do Fluxo de Caixa e Valor Presente em Avaliações Contábeis.

2.2.6 Avaliações desenvolvidas internamente e externamente

O FVM pode ser determinado internamente ou externamente. Quando há determinação interna, a gestão deve certificar-se que o pessoal envolvido no processo tem a experiência adequada para as questões de avaliação específicas envolvidas.

Avaliações desenvolvidas externamente devem ser preparadas por peritos avaliadores independentes, com experiência na avaliação de tipos específicos de ativos, passivos, ou empresas em questões. A gestão deve determinar que os especialistas de avaliação externa são devidamente credenciados e experientes nos tipos específicos de avaliações necessárias. As referências devem ser verificadas e as licenças e certificações verificadas.

O auditor deve ter o cuidado com a obtenção de um laudo de avaliação contaminado em apoio de uma medição do FVM fraudulenta, usada nas demonstrações financeiras, contendo qualquer uma das cinco falhas:

- avaliação com suborno;
- conflito de interesse;
- cúmplice involuntário;
- especialista em uma avaliação falsa;
- relatório alterado

2.2.7 Inputs para os métodos de avaliação

O SFAS 157 estabeleceu uma hierarquia de *inputs* que pode ser usada na determinação do FVM. *Inputs* são informações utilizadas no FVM, em alguns casos apenas um simples *input* é necessário, em outros, há necessidade de vários.

Os *inputs* podem ser classificados como observáveis e não observáveis. Os *inputs* observáveis são entradas que refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, desenvolvido com base em dados de mercado obtidos de fontes independentes da entidade, por exemplo:

- 1) preço de mercado a partir de um mercado ativo para títulos identificáveis (fundos mútuos, ações de capital aberto);
- 2) preços de mercado para ativos ou passivos similares;

- 3) histórico da taxa de juros;
- 4) histórico da taxa de inflação;
- 5) taxas de inadimplência;
- 6) avaliação múltipla de negócios utilizados nas vendas registradas de outras empresas;
- 7) estado real do preço de mercado baseado no metro quadrado e localização.

Inputs não observáveis são refletidos nos relatórios internos da entidade sob os pressupostos que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo com base nas melhores informações disponíveis nas circunstâncias, por exemplo:

- 1) projeção futura do fluxo de caixa, receitas, despesas, ganhos, volume de produção etc.;
- 2) auto avaliação dos fatores de risco – (risco de inadimplência) que são aplicados em conexão com a valorização de determinados itens, como: a valorização de uma dívida própria;
- 3) outras extrapolações históricas ou informações verificáveis, como a taxa de crescimento.

Alguns *inputs* podem cair em qualquer categoria, o observável ou não observável, dependendo da probabilidade dos participantes do mercado ter acesso à informação. Por exemplo, termos de licenças, contratos e outros acordos podem ou não estar disponíveis publicamente para os participantes do mercado. Disponibilidade da informação para os participantes do mercado afeta a classificação da entrada.

O SFAS 157 exige a classificação de todos os *inputs* usados na determinação do FV dentro de um dos três níveis hierárquicos de *inputs* e devem ser mencionados em *disclosures* dos relatórios financeiros.

2.2.7.1 Hierarquia dos *inputs*

Os parágrafos 24, 28 e 30 do SFAS 157 fornecem uma sequência de explicações sobre os três níveis de hierarquia dos *inputs* usados na determinação do FVM:

1) Nível 1 *inputs* – são preços cotados (sem ajustes) no mercado ativo devido a identificação de ativos e passivos idênticos que a entidade declara que possui capacidade de acessar na data da mensuração. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre os preços em uma base contínua. Um preço cotado em um mercado ativo fornece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser usado para mensurar o valor justo sempre que disponível.

O SFAS 157 observa que as entradas no nível 1 não devem ser utilizadas quando os preços cotados não são representativos do FV.

2) Nível 2 *inputs* – os *inputs* são outros insumos diretos ou indiretos que são observáveis no nível 1 com prazo específico (contratual) e incluem os seguintes itens:

- a) preços cotados em um mercado ativo por um ativo ou passivo similar;
- b) preços cotados em um mercado não ativo²¹ por um ativo ou passivo idêntico ou similar;
- c) outros *inputs* que os preços cotados, observáveis para o ativo ou passivo (como: taxas de juros e curvas de rendimento com observação de intervalos frequentemente citados, volatilidades, velocidades de pré-pagamento, com a severidade da perda, os riscos de crédito e taxas de inadimplência);
- d) *inputs* que são derivados principalmente de mercados observáveis por meio de correlação ou outros meios estatísticos.

3) Nível 3 *inputs* – são *inputs* não observáveis para ativos e passivos e devem ser utilizados para FVM na medida em que dados, observáveis ou não, estão disponíveis para situações de pouca ou inexistência de atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

No entanto, o objetivo FVM permanece o mesmo – que é um preço de saída a partir da perspectiva de um participante de mercado que detém o ativo ou o passivo. Portanto, os *inputs* não observáveis demonstram refletir pressupostos próprios da entidade que relata sobre as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo (incluindo hipóteses acerca de riscos).

²¹ Mercado em que há poucas transações para os ativos e passivos, o preço não são correntes ou as cotações de preços variam substancialmente, por exemplo: alguns mercados de corretagem.

Os *inputs* não observáveis devem ser desenvolvidos com base nas melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que incluem os dados da própria entidade. No desenvolvimento de *inputs* não observáveis, a entidade não precisa empreender todos os esforços possíveis para obter as informações de mercado, mas não deve ignorá-las.

2.2.8 Trajetória histórica do FV nos relatórios financeiros nos EUA

Embora tenha eclodido o tema com a convergência das normas internacionais, o *fair value* tem sido um padrão de mensuração nos relatórios financeiros há algum tempo, particularmente em mensurações de ativos e passivos financeiros. Um dos primeiros padrões contábeis a usar a métrica de avaliação foi o APB 18, (*Accounting Principles Board*), emitido no início dos anos 1970.

APB *Opinion* 18 introduziu o método de equivalência patrimonial nos relatórios contábeis para investimentos permanentes e descreveu o tratamento e mensuração de investimentos com perdas consideradas não temporárias, exigindo o reconhecimento pelo valor justo do investimento, caso seu valor de mercado atingisse um valor abaixo do valor contábil.

O APB *Opinion* 29, *Accounting for Nonmonetary Transactions*, no início de 1973, exigiu formas de mensurar o FV nas transações não financeiras.

Em 1976 (SFAS 13) integrou o FV na mensuração das operações de *leasing*. O *Financial Accounting Standard* 15 (FAS 15) no final dos anos 1970 definiu o FV com característica de comprador e vendedor dispostos a realizar uma transação comercial e descreveu o valor de mercado e os fluxos de caixa descontados em contabilidade em situações problemáticas.

O *fair value measurements* foi exigido em contabilidade atuarial em norma dupla nos anos 1990: em 1991 (FAS 107), o *Disclosures about fair value in Financial Instruments* e (FAS 115), o *Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*.

O FAS 115 exigiu que o FV fosse o padrão de mensuração em muitos tipos de títulos e valores mobiliários. Em 2000, o FASB introduziu o FAS 133, *Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*, que exigiu o FV como métrica de mensuração de instrumentos derivativos.

O SFAS 159, *The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities* – incluindo a alteração do FASB *Statement* nº 115, permitiu que certas entidades adotassem o

FV como forma de mensuração de ativos e passivos selecionados, o que foi implementado pelo FASB em 2007.

Embora, por um longo tempo, muitos pronunciamentos contábeis fizessem referência ao FV como parte integrante dos relatórios financeiros, o conceito do que exatamente se entende por valor de mercado tornou-se mais proeminente em combinações de negócios (ZYLA, 2010).

O FASB, segundo Zyla (2010), observou durante a década de 1990 que muitas fusões e aquisições foram efetivadas onde a maioria do valor econômico foi criada por meio da tecnologia e de outros ativos intangíveis da empresa adquirida. No entanto, sob a contabilidade na época (APB *Opinion* 16), a maior parte do valor da operação mostrou-se como ágio no balanço.

A conclusão do projeto do FASB foi que o resultado do APB *Opinion* 16 não representava adequadamente a essência econômica dessas combinações de negócios e identificou que o valor dos ativos intangíveis em combinações de negócios tinham aumentado dramaticamente, sobretudo quando comparado com o valor dos ativos tangíveis. No entanto, estes resultados não estavam sendo adequadamente apresentados.

Assim, o Board concluiu que, por meio do antigo APB *Opinion* 16, as empresas estavam reportando o valor de aquisição dos ativos intangíveis por meio de uma “manobra”. Segundo as regras contábeis antigas, a maior parte do valor na alocação do preço de compra estava sendo registrado como ágio, o que poderia, então, ser amortizado em até 40 anos.

2.2.9 Tendência em direção à uma mensuração a FV

A primeira tendência é a mudança no ambiente econômico geral que impactou a relevância de medidas de contabilidade em certas transações. Segundo Zyla (2010), nos últimos 25 anos, o valor global das empresas é composto por capital intelectual e outros ativos intangíveis que não tinham sido efetivamente avaliados sob a tradição GAAP.

Além disso, toda a economia global tornou-se muito mais interligada. Antes do advento da Internet apenas por meio do Fortune 1000²² era possível realizar negócios internacionalmente, mas como o cenário mudou, foi permitido que empresas de qualquer tamanho pudessem estabelecer uma presença internacional (ZYLA, 2010).

²² Fortune 1000 é lista mantida pela *American Business* revista *Fortune*, das 1.000 maiores empresas americanas, classificadas por receitas.

A globalização da economia é um fator importante na tendência de avaliação a *fair value* em contabilidade. A globalização aumentou a necessidade de padronização da contabilidade e o FASB e o IASB iniciaram um projeto de convergência dos US GAAP para as normas internacionais de contabilidade (*Norwalk Agreement*, 2002).²³

2.2.10 Adoção do *fair value* como base de mensuração aos instrumentos financeiros

A adoção do IFRS para os bancos e demais empresas na Europa ocorreu em 2005 e se tornou um desafio. A adoção dos IAS 32 e 39 sobre instrumentos financeiros impactaram as instituições em geral, e particularmente os bancos, em relação às demonstrações contábeis e requerimentos de divulgação e gestão de risco. As áreas de maiores impactos foram *hedge accounting*, baixa de ativos financeiros e contabilização para devedores duvidosos, conforme Mourad e Paraskevopoulos (2010).

Segundo o IAS 39, uma entidade pode usar a opção de *fair value (fair value Option)* quando essa elimina, ou reduz significativamente, uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento (*accounting mismatch*) de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que são administrados e avaliados numa base de *fair value*, ou quando um instrumento financeiro contém um ou mais derivativos embutidos. Na verdade, o *fair value Option* é a possibilidade de a instituição adotar o *fair value* mesmo para os casos em que não seria obrigatório.

Observa-se, assim, que as instituições financeiras estão sujeitas a perdas significativas pelo risco de mercado e pelo risco operacional. O Acordo de Basiléia²⁴ busca estabelecer certo equilíbrio do sistema financeiro e mitigar os riscos inerentes a atividade de risco. Conforme o Acordo, as instituições financeiras devem manter valor de Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades. No Brasil, a base é a utilizada pelo Banco Central do Brasil, para estabelecer limites regulamentares para a manutenção de suas atividades financeiras e observar o Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

²³ O acordo refere-se a um memorando de entendimento assinado em outubro de 2002 entre o Financial Accounting Standards Board (FASB), os EUA setter padrão, e o *International Accounting Standards Board* (IASB). O acordo é assim chamado porque foi atingido em Norwalk. Foi um passo significativo para os EUA formalizarem seu compromisso com a convergência dos GAAP dos EUA e o International Financial Reporting Standards.

²⁴ O Acordo de Capital de Basiléia, oficialmente denominado International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards, também designado por Acordo de Basiléia, ou Basiléia I, foi um acordo firmado em 1988, na cidade de Basiléia (Suíça), por iniciativa do Comitê da Basiléia e ratificado por mais de 100 países. Este acordo teve como objetivo criar exigências mínimas de capital, que devem ser respeitadas por bancos comerciais, como precaução contra o risco de crédito.

O *hedge accounting* foi utilizado pela maioria dos bancos europeus, mas foi duramente debatido pelas instituições financeiras. Críticos acreditam que, apesar de trazerem mais transparência sobre as operações de derivativos, as novas regras não necessariamente trazem maior coerência para as demonstrações contábeis e (ou não) auxiliam na gestão de riscos dos bancos (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010).

Sobre a contabilização de títulos de investimentos, o IAS 39 apresentou alterações significativas na mensuração e apresentação desses títulos. Durante a transição para o IFRS, a maioria dos bancos europeus classificava as suas carteiras de investimentos e de liquidez como ativos financeiros disponíveis para venda e minimizava o uso da categoria de mantidos até o vencimento, principalmente devido às regras restritas de classificação (*tainting rules*). Contudo, Mourad e Paraskevopoulos (2010) alegam que embora esta opção parecesse uma preferência para mensurar esses instrumentos pelo *fair value*, ela também mostra que a maioria dos bancos europeus preferia reconhecer a volatilidade no patrimônio líquido em vez de resultado.

2.2.11 Crise financeira e o *fair value*

A crise financeira de 2008 fez com que os esforços para identificar seus determinantes e as soluções fossem de uma forma singular. Sob a crise foi atribuído o estouro da bolha imobiliária dos EUA, mas um evento tão complexo apresenta um perfil multidimensional. Como De la Dehesa (2009) aponta, pode-se citar uma lista de eventos macro e micro que antecederam a crise:

1. Superávits em conta corrente dos países emergentes,
2. a fácil disponibilidade de empréstimos nos países desenvolvidos,
3. a atividade de compra de imóveis, e
4. a florescente complexidade dos instrumentos financeiros relacionados com a atividade de hipotecas.

Para esse conjunto de fatores que contribuíram para o tamanho sem precedentes da crise de 2008 pode ser adicionado a alavancagem excessiva e tomada de risco excessivo de gerentes devido a risco moral e a maneira como sua remuneração dependia dos lucros. (GLAVAN, 2010). Além disso, completa o autor, as atitudes excessivas nas tomadas de decisões de risco foi incorretamente medido, tanto interna como externamente, pelas agências de rating.

Diante desse cenário, podem-se observar dois pontos de vista opostos na literatura acadêmica sobre o papel desempenhado pelo método contábil do valor justo durante a crise financeira de 2008. Para alguns autores, não há dúvida de que a aplicação da contabilidade de valor justo teve alguma importância no agravamento da crise. Em contrapartida, outros estudiosos consideram que este regime de contabilidade não desempenhou nenhum papel direto na crise atual.

Glavan (2010) comenta que, para alguns autores, (Plantin et. al (2008); De la Dehesa (2009) a contabilidade a FV acelerou a recente turbulência . As regras de contabilidade a FV permitiram que os bancos financiassem os seus investimentos no curto prazo usando os ativos como garantia, com base em altos valores de mercado, quando a economia estava crescendo. Foi criado um círculo vicioso durante a crise.

Contudo, os bancos tiveram de reconhecer uma redução do valor de alguns de seus ativos financeiros, geralmente vinculadas aos empréstimos *sub-prime*²⁵. O valor dos ativos em suas carteiras foi assim ajustado para níveis mais baixos.

Os bancos consideraram que os ajustes não tinham ocorrido por fundamentos econômicos, e argumentaram que a intenção era manter os instrumentos até o vencimento. Essa redução diminuiu o patrimônio líquido a fim de manter os níveis de solvência, ao nível exigido.

Dessa forma, os bancos foram confrontados com o seguinte dilema: forçados a vender parte de seus ativos para levantar capital novo em condições de desvalorização a um mercado deprimido, ou reduzir os empréstimos com os efeitos negativos que resultavam em uma economia pobre.

Além disso, a venda de ativos durante a crise deprimiu ainda mais o mercado, devido à contabilização a FV. Esta análise é defendida, em especial, por Plantin et al. (2008), mas também por outros autores acadêmicos como Sapra (2009), De Grauwe (2008) ou Ivashina e Scharfstein (2009), Wallison (2008b, 2008a), Whalen (2008) e Forbes (2009).

Segundo Glavan (2010), o círculo vicioso descrito acima também aumenta a pró-ciclicidade da regulamentação bancária e afirma que a Basileia II induz a pró-ciclicidade e os efeitos pró-cíclicos adicionais de uma contabilidade a FV implicam em consequências infelizes para a economia.

Contudo, Barth et al.(2010) afirma que não se pode pensar em uma alternativa melhor ao FV em momentos de instabilidade do mercado, como, por exemplo, o custo histórico

²⁵ Crédito hipotecário concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar de taxa de juros mais baixa.

modificado, que carece de relevância e outras estimativas da falta de valor atual da disciplina no processo de estimação e objetividade associada com a medição do FV.

A crise financeira teve seu início com o colapso do mercado imobiliário nos EUA e rapidamente se espalhou para outros mercados no mundo inteiro. O estouro da bolha do mercado imobiliário resultou no colapso dos preços dos empréstimos e outros instrumentos financeiros cujos valores são vinculados a preços da habitação. A diminuição nos valores dos ativos do banco exigiu o reconhecimento de imparidades em declarações dos bancos financeiros (SHAFFER, 2010).

Os bancos são obrigados pelos reguladores a adotarem as regras editadas pelo BIS e a manter os índices de capital especificado para evitar o risco de intervenção regulatória. Barth et al.(2010) alerta que devido ao cálculo dos índices de capital dos bancos ter sido realizado com base em valores registrados nas demonstrações financeiras, a depreciação de ativos reconhecida poderia ter resultado na venda de ativos depreciados, para gerar recursos que poderiam ter sido usados para pagar a dívida, mantendo os índices de capital.

Barth et al.(2010) afirma que o processo de desalavancagem por parte dos bancos teve duas consequências macroeconômicas relacionadas à crise financeira. Na primeira, os bancos essencialmente não foram capazes de originar novos empréstimos ou estender o crédito aos compradores de imóveis, iniciando a crise do crédito, gerando a contração da economia (IVASHINA & SCHARFSTEIN, 2009).

Na segunda, o fornecimento de bens que estavam sendo vendidos com um provável aumento, acabou por cair mais do que o seu preço de aquisição. Ambos os efeitos são pró-cíclicos, o que significa que essas ações tomadas pelos bancos poderiam ter causado queda ainda maior nos preços dos ativos dos bancos e contração da economia.

Efeitos pró-cíclicos, segundo Barth et al.(2010), ocorrem como consequência natural de uma crise econômica, particularmente aquela causada pelo estouro de uma bolha de mercado.

2.3 Os procedimentos de auditoria aplicados à mensuração do *fair value*

Com efeito, as Normas Internacionais de Contabilidade surgiram como uma necessidade do mercado de capitais e, conseqüentemente, da necessidade de adequar as Normas para os auditores independentes, que têm como objetivo contribuir para um maior rigor e controle nos novos procedimentos contábeis, refletindo adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade.

Portanto, as firmas de auditoria tiveram que seguir novos padrões de conduta e qualidade com intuito de mitigar riscos da sua atividade operacional, que devido às mudanças aumentam a responsabilidade perante os registros.

Em essência, a nova estrutura normativa do sistema contábil implantada estabelece princípios gerais que devem nortear o contador e o auditor em seu julgamento profissional sobre a melhor forma de reconhecer, classificar, mensurar e divulgar cada evento, tendo por propósito informações contábeis que reflitam a essência econômica da operação.

Lopes, Galdi e Lima (2009) destacam que nesses padrões há considerável espaço para o julgamento profissional, exemplificando com o caso dos instrumentos financeiros, onde as normas indicam a necessidade de apreciar e decidir sobre as seguintes questões: a essência econômica da operação, necessária para a decisão do momento do reconhecimento ou desconhecimento da operação; a classificação do instrumento financeiro de acordo com a intenção da operação; a avaliação do *fair value* do instrumento financeiro; e a identificação da finalidade da operação – *hedge* ou *trading*.

Assim, muitas exigências são impostas pelos IFRS para uma avaliação adequada ou determinações a *fair value*.

O auditor deve avaliar a intenção da gerência na realização de cursos específicos de ação, onde a intenção é relevante para a utilização de medidas de *fair value*. Essas tendências devem ser relacionadas e as alterações no valor justo devem ser evidenciadas nos relatórios.

A extensão da prova a ser obtida sobre a intenção e capacidade da gerência é uma questão de julgamento profissional, contudo, os procedimentos de auditoria, nesses casos, normalmente devem incluir investigações sobre a gestão, com comprovação adequada de respostas, verificando:

- a) a história da administração em avaliar seus ativos ou passivos;
- b) revisão dos planos escritos e outras documentações, incluindo, quando aplicável, orçamentos, minutas, e outros itens;
- c) tendências da administração para a escolha de um determinado curso de ação;
- d) capacidade da gerência para realizar um curso particular de ação dada às circunstâncias econômicas da entidade, incluindo as implicações de seus compromissos contratuais.

2.3.1 Auditoria de estimativas em mensuração a *fair value*

Uma estimativa é muitas vezes a base para uma mensuração do FV. A Seção 328,²⁶ SAS nº 101 e a SAS 113 Auditoria do FVM e Divulgações especificam procedimentos e orientam sobre o cuidado que o auditor deve ter nas avaliações das estimativas contábeis.

Estimativas contábeis são definidas em normas de auditoria geralmente aceitas (GAAS) como "uma aproximação de um item, elemento ou conta das demonstrações financeiras". A natureza de FVM dá origem a inúmeras estimativas contábeis no processo de mensuração. Muitas vezes, essas medidas são derivadas das expectativas sobre eventos futuros que podem não ter um histórico de experiência relevante. (ZYLA, 2010)

A AU Seção 342 *Auditing Accounting Estimates*,²⁷ que tem como fonte a norma de auditoria nº 57 (SAS 57), sob as estimativas contábeis, aborda que a administração da empresa deve fornecer informações necessárias para a verificação das estimativas contábeis e para o auditor "obter e avaliar a matéria probatória suficientemente com competência para apoiar sua opinião".

De acordo com a norma de auditoria de estimativas contábeis, o gestor tem a responsabilidade de testar se as estimativas contábeis estão incorporadas nas demonstrações financeiras, incluindo o *fair value*.

A norma assinala que as estimativas são baseadas em fatores subjetivos, bem como fatores objetivos, e o julgamento é necessário para estimar uma quantia que represente adequadamente o ativo.

O julgamento da administração é normalmente baseado em seu conhecimento e experiência sobre o passado, eventos atuais e de suas suposições sobre as condições que espera existir, e em linhas de ação que espera receber.

A norma descreve que a administração deve desenvolver um processo de preparação de estimativas contábeis. Esse processo não tem que ser formal, no entanto deve ser capaz de fornecer uma base razoável para:

- identificação de situações necessárias para as quais as estimativas contábeis sejam realizadas a FVM;
- identificação dos fatores relevantes que podem afetar a estimativa contábil, particularmente *inputs* observáveis;

²⁶ AICPA – Professional Standards Auditing fair value measurements and Disclosures. AU Section 328.

²⁷ AICPA – Professional Standards Auditing Accounting Estimates. AU Section 342. Normas de Auditoria em estimativas contábeis atualmente emitidas pelo PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board.

- acumulação de dados relevantes, suficientes e confiáveis sobre os quais possa se basear a estimativa, para que possa ser usado em um modelo de avaliação;
- suposições em desenvolvimento que representem o julgamento da administração sobre as circunstâncias mais prováveis e eventos com relação aos fatores relevantes;
- determinação do valor estimado com base nas premissas e outros fatores relevantes;
- verificação se a estimativa contábil é apresentada em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis e se a divulgação é adequada, especialmente atendendo a orientação para a mensuração do FV de acordo com FASB ASC 820, *fair value measurement and disclosure* (SFAS 157).

Nas auditorias de estimativas contábeis, que são um fator na mensuração do *fair value*, o auditor é responsável por avaliar a razoabilidade da estimativa da administração no âmbito das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. (ZYLA, 2010)

O auditor deve se sentir confortável no processo de gestão de estimativa envolvendo pessoal competente, utilizando dados relevantes e confiáveis. Deve observar se as pessoas envolvidas no processo de avaliação fazem parte da gestão ou são especialistas externos.

Zyla (2010) comenta que mesmo com pessoal competente e uso adequado de dados, há potencial para tendenciosidade da administração em alguns dos fatores subjetivos. Ao planejar e executar os procedimentos de auditoria para avaliar as estimativas de contabilidade da administração, os auditores devem considerar "com uma atitude de ceticismo profissional, tanto fatores subjetivos e objetivos".

2.3.2 Testando os pressupostos da administração, o modelo de avaliação e entendendo as informações

Zyla (2010) alerta que depois que o auditor ganha confiança quanto aos *inputs* utilizados pela administração para determinar o FVM, o próximo passo é testar os pressupostos da gerência, o modelo de avaliação e os dados subjacentes utilizados no modelo. Segundo Zyla (2010), algumas considerações em medições de auditoria do *fair value* são verificar se:

- a) as premissas da administração são razoáveis e consistentes com as suposições feitas pelos participantes do mercado;
- b) a gestão usa um modelo adequado de avaliação para estimar o *fair value*.
- c) a gestão utiliza premissas de mercado conhecidas ou se os participantes estão disponíveis na data da mensuração.

Uma simples indicação da confiabilidade dos processos de gestão é comparar a mensuração do *fair value* corrente de períodos anteriores. (ZYLA, 2010). Oscilações significativas nos valores podem servir de evidência de que o processo da administração não é confiável. No entanto, o auditor deve levar em consideração que a estimativa do *fair value* pode ser impactada pelo mercado ou problemas econômicos de períodos anteriores.

2.3.3 Classificação na hierarquia de fair value de acordo com SFA N 157

O pronunciamento FASB ASC 820, *Fair Value Measurement and Disclosure*, conforme comentado na seção de conceito de *fair value*, item 2.2.7, descreve três níveis dentro de uma hierarquia. O objetivo da hierarquia do *fair value* é fornecer orientação quanto à confiabilidade relativa dos *inputs* em sua mensuração. O nível de hierarquia, dentro do qual uma mensuração do *fair value* é classificada, é baseado em nível de disponibilidade da informação e da significância para a mensuração do *fair value* em sua totalidade.

Mears (apud ZYLA, 2010) comenta que a norma não define a importância da definição dos *inputs* em um mercado e nem considera a sensibilidade da informação no FVM. O autor comenta ainda a importância de avaliar a hierarquia dos *inputs*, onde essa classificação vai exigir julgamento, considerando fatores específicos do instrumento financeiro a ser valorizado.

O autor enfatiza com certo tom de conservadorismo na designação de um nível para títulos com dados não observáveis e apresenta exemplos que influenciam no resultado de FVM em escolhas incertas desses níveis.

Em um exemplo, o Nível 2 é atribuído a um total de retornos de *swap*, onde o valor atribuído subjacente é uma negociação de segurança (nível 1). A justificativa é que a unidade de medida é o total da carteira de retorno de *swaps*, e não mais o estoque.

Outro exemplo mostra como as opções poderiam ser classificados como nível 1, 2, ou 3, sob SFAS 157. Opções negociadas em Bolsa em um mercado ativo seriam classificados como nível 1.

Aquelas negociadas em Bolsa, mas não em um mercado ativo, seriam o nível 2. Opções avaliadas utilizando modelos amplamente aceitos com dados observáveis também seriam consideradas de nível 2. Finalmente, as opções de preços utilizadas nos modelos com dados não observáveis e ajustes significativos e julgamentos seriam atribuído ao nível 3.

As notas do PCAOB alertam que o risco de distorção material é maior usando os níveis mais baixos de *inputs*. Há divulgações diferentes associadas com cada um dos três níveis de hierarquia do *fair value*. O auditor deve considerar se a administração classificou erroneamente o nível de medição dentro da hierarquia do *fair value*. A classificação errada pode apontar uma avaliação distorcida do FVM.

2.3.4 Análise da confiabilidade das premissas da administração

Ao testar hipóteses da administração, o auditor deve avaliar se os pressupostos significativos usados pela administração para o FVM proporcionam uma base razoável. As premissas são um componente essencial de métodos de avaliação, especialmente em modelos de avaliação detalhados. Por exemplo, uma análise de fluxo de caixa descontado, sob a abordagem de renda é comumente utilizado para mensurar o *fair value* (ZYLA, 2010).

Zyla (2010) comenta que o modelo de fluxo de caixa descontado incorpora as suposições sobre os fluxos de caixa futuros esperados dentro de um período de previsão discreta, juntamente com uma taxa de retorno exigida para compensar a incerteza associada com o recebimento futuro desses fluxos de caixa. O auditor, enfatiza Zyla (2010), deve prestar especial atenção aos pressupostos incorporados em um modelo de fluxo de caixa descontado e avaliar se esses pressupostos são razoáveis e se estão de acordo com informações do mercado.

Na avaliação de provas para apoiar as premissas utilizadas pela administração na mensuração do *fair value*, o auditor deve considerar a fonte e confiabilidade das provas e levar em consideração informações históricas e de mercado relacionados à evidência conforme a ISA 540.²⁸

²⁸ International Standard on Auditing (ISA) 540, Auditing Accounting Estimates, Including Fair Value Accounting Estimates, and Related Disclosures, should be read in conjunction with ISA 200, Overall Objectives of the Independent Auditor and the Conduct of an Audit in Accordance with International Standards on Auditing.

A administração deve identificar os pressupostos que são significativos para a mensuração do *fair value*. O auditor então deve se concentrar nas evidências que irão dar suporte a esses pressupostos significativos,²⁹ tais como:

- a) premissas que são sensíveis à variação ou são incertas em quantidade ou natureza. Por exemplo, premissas sobre uma taxa de desconto pode ser suscetível à variação da taxa de longo prazo de crescimento no fluxo de caixa;
- b) premissas que podem ser suscetíveis à má aplicação ou vieses, e podem facilmente ser manipuladas na mensuração do *fair value*. Um exemplo seria a taxa de *royalty* selecionada para realização do método usado para estimar o *fair value* de um nome comercial.

Zyla (2010) comenta que ao considerar a sensibilidade da mensuração do *fair value*, o auditor pode questionar a administração sobre a realização de técnica de análise de sensibilidade. A realização desse teste ajuda a identificar os pressupostos significativos na variação.

Se a administração não identificou os pressupostos particularmente sensíveis, o auditor deve considerar a possibilidade de empregar análise de sensibilidade para identificar as hipóteses que podem ser significativas para a medição.

A norma ISA 540 determina que as premissas utilizadas na mensuração do *fair value* devem ter uma base razoável individualmente e quando usadas com outros pressupostos. Uma suposição pode parecer razoável individualmente, mas em alguns casos as premissas podem não ser razoáveis quando usadas em combinação com outras hipóteses.

Zyla (2010) cita como exemplo uma mensuração do *fair value* que usa um método de avaliação de fluxo de caixa descontado. O autor afirma que a administração pode assumir uma taxa de crescimento de 5% ao ano nos próximos cinco anos.

Zyla (2010) acrescenta que se a empresa cresceu 5% ao ano historicamente, esta suposição pode parecer razoável, em primeiro lugar. No entanto, a premissa de previsão da administração também pode assumir que a gestão estará reduzindo despesas operacionais e despesas de capital.

²⁹ Pressupostos significativos são aqueles que estão corroborando materialmente com a mensuração do *fair value*.

O pressuposto de um crescimento de 5% ao ano pode não ser razoável se a administração não tem o dinheiro disponível para apoiar o crescimento na receita como tinha no passado. (ZYLA, 2010)

A Norma ISA 540 diz que para testar a razoabilidade das premissas em uma mensuração do *fair value*, os pressupostos têm de ser razoáveis individualmente e em associação com outros pressupostos.

Para a mensuração de o *fair value* ser considerado razoável, a AU Section 328³⁰ com base na SAS 101, Auditing Fair Value Measurements, recomenda que as premissas tenham consistência com os seguintes fatores:

- a) o ambiente econômico geral, o ambiente econômico específico da indústria, e as circunstâncias econômicas da entidade;
- b) informações de mercado existente;
- c) os planos da entidade, incluindo o que a administração espera de resultado dos objetivos e estratégias específicas;
- d) suposições feitas em períodos anteriores, se forem o caso;
- e) a experiência do passado, ou condições anteriores vivenciadas pela entidade, com as medidas atualmente em vigor;
- f) outros assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, incluindo formulários, premissas utilizadas pela administração de estimativas contábeis para demonstração financeira, contas que não sejam relativas à mensuração do *fair value* e *disclosure*;
- g) o risco associado com os fluxos de caixa, se aplicável, incluindo a variabilidade potencial na quantidade e tempestividade e do efeito relacionado a taxa de desconto.

Em um FVM, com base em um modelo de avaliação, o auditor deve primeiro analisar o modelo e avaliar se esse modelo é apropriado para a mensuração do *fair value*. Se for apropriado, o auditor deve avaliar os pressupostos significativos usados no teste de razoabilidade. (ZYLA, 2010 e ZACK, 2009)

Por exemplo, segundo a empresa, pode ser apropriado usar o método do Fluxo de caixa com uma Abordagem de Mercado para estimar o *fair value* de um investimento de

³⁰ PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board.

capital em estágio inicial, quando há receitas limitadas para apoiar lucros normalizados e fluxo de caixa devido ao estágio da empresa em desenvolvimento.

Contudo, se o auditor acredita que o modelo de avaliação e as premissas utilizadas no modelo são apropriadas, o auditor deve testar os dados de base utilizados nesse modelo de avaliação. Por exemplo, se o método de orientação da empresa é usado para estimar o FV de uma unidade de referência, o auditor deve testar os dados, comparando-os com dados similares de entidades de diretrizes de capital aberto. A comparação deve testar os dados para "exatidão, exaustividade e relevância".

2.3.5 Testando o *fair value measurements* da administração

Como acontece em qualquer procedimento de auditoria das demonstrações contábeis, o auditor deve testar medidas justas de valor e divulgações da gestão. A auditoria de mensuração do FV pode ser complexa, e o objetivo da auditoria é testar evidências da administração para verificar a consistência da mensuração e garantir que a afirmação seja livre de erros materiais (ISA 540)

A fim de determinar se a afirmação é livre de distorção relevante, o auditor deve executar testes substantivos de medição de auditoria nas evidências da administração.

Estes testes substantivos das medições de FV podem incluir testes nos pressupostos significativos da administração, testando o modelo de avaliação, e os dados subjacentes.

Algumas medidas de FV são muito mais complexas do que outras. O nível de complexidade é devido à natureza do item a ser medido pelo FV e ao grau de sofisticação do método de avaliação em si.

Zyla (2010) comenta que se as ações de uma entidade em SFAS 142³¹ não são negociadas publicamente, o valor de mercado do capital próprio pode ser estimado utilizando métodos de avaliação, tais como o método de fluxo de caixa descontado ou outro método que a empresa convier.

As complexas medições de FV normalmente se caracterizam por uma maior incerteza em relação à confiabilidade do processo de medição. Esta maior incerteza pode ser o resultado de:

- a) duração do período de previsão;
- b) número de suposições significativas e complexas associadas com o processo;

³¹ FAS 142: *Goodwill and Other Intangible Assets*.

- c) um maior grau de subjetividade associado com os pressupostos e os utilizados no processo;
- d) um maior grau de incerteza associado à futura ocorrência ou resultado de eventos subjacentes aos pressupostos utilizados;
- e) falta de dados objetivos quando fatores altamente subjetivos são usados.

Procedimentos de auditoria adequados para avaliar a mensuração do FV exigem que o auditor compreenda o processo da administração e avalie o risco de distorção relevante na mensuração do FV. Os procedimentos de auditoria são projetados com base na avaliação do processo de gestão para determinar as medidas de valor justo e sobre o risco de distorção relevante.

A orientação sobre estimativas contábeis AU Section 328 (SAS 101), Auditing Fair Value Measurements and Disclosures, fornece alguns exemplos de situações em que um auditor pode encontrar e indica os procedimentos que pode-se considerar quando das medições de auditoria de FV. Por exemplo: quando o FV é feito em uma data diferente da data das demonstrações financeiras, o auditor deve obter evidência de que a administração tem levado em consideração as diferenças que podem ter impacto no FV entre a data da mensuração e a data do relatório.

Isso pode ocorrer quando um especialista externo em avaliação realiza a análise a partir de uma data diferente devido a restrições de informação ou restrições de tempo para o trabalho.

Quando a garantia é um aspecto importante na mensuração do FV de um investimento, o auditor deve obter evidência suficiente de que as características da garantia estão sendo consideradas pela administração na sua estimativa. Certos tipos de investimentos em instrumentos de dívida mensurados pelo FV têm garantia atribuída.³²

Por exemplo, ao testar a imparidade, o eventual comprometimento da garantia também deve ser considerado. Em certas circunstâncias, o auditor deve executar procedimentos adicionais, tais como a inspeção visual de um ativo, conforme preceitua a norma internacional de auditoria – NBC TA 540.

Uma inspeção detalhada do ativo pode revelar informações sobre a condição física atual do ativo, o que pode afetar o seu FV. Uma inspeção de segurança patrimonial pode revelar uma limitação quanto à sua liquidez, o que pode afetar o seu valor.

³² Garantia atribuída a títulos de dívida geralmente são títulos com lastros e correspondem aos Títulos Públicos Federais.

Zyla (2010) comenta que um passo fundamental para determinar os procedimentos de auditoria apropriados é compreender o processo utilizado pela administração para determinar a mensuração do FV. Quando o auditor testa as avaliações da administração a FV, o processo de avaliação deve considerar a base que a gestão utilizou na mensuração.

A norma NBC TA 540 comenta que as premissas da administração na mensuração de estimativas do FV devem ser razoáveis e coerentes com as informações disponíveis no mercado. Se as informações de mercado não estiverem disponíveis, o FV deve ser mensurado por meio de um modelo de avaliação adequado para particular ativo ou passivo. A gestão deve usar toda a informação relevante disponível na data da mensuração ao determinar um ativo ou um passivo a FV.

2.3.6 Usando o trabalho de especialistas de avaliação

Como as medições do FV podem exigir especial habilidade e julgamento independente, a administração muitas vezes envolve um especialista em avaliação externa para auxiliar na mensuração do FV. O auditor da empresa pode ter a habilidade e o conhecimento para planejar e executar os procedimentos relacionados à auditoria de medição de gestão de FV.

O auditor também pode decidir incluir o trabalho de um especialista em avaliação na equipe de auditoria para auxiliar na obtenção de provas de auditoria suficientes para fundamentar afirmações da administração sobre o FV.

Zyla (2010) comenta que o especialista de avaliação pode ser usado como parte do processo de auditoria em várias situações. Pode avaliar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração ou os utilizados por um especialista em avaliação contratado pelo gerenciamento.

Zyla (2010) acrescenta que muitas vezes o especialista em avaliação é convidado a testar as suposições subjacentes à mensuração do FV. Os testes de um especialista em avaliação incluído como parte da equipe de auditoria podem incluir procedimentos tais como:

- verificar a fonte de dados;
- recalculando os *inputs* matemáticos;
- revisar as informações de consistência interna;

- comparar os métodos e pressupostos usados na mensuração do FV de outros profissionais;
- desenvolver estimativas de FV independentes para fins comprobatórios.

Uma análise de avaliação independente, ou "valorização sombra", pode ser usada na técnica de avaliação, mesmo com suposição diferente ou outra técnica de avaliação, para testar completamente a representação do FV nas demonstrações financeiras.

A avaliação do especialista auditor emitirá o que é às vezes chamado de um "memorando SAS 73", fornecendo conclusões quanto à razoabilidade das afirmações de FV, incluindo a análise de avaliação, que pode ser realizada por especialista de valorização fora da gestão.

Contudo, King (2008), que analisou as avaliações dos EUA, mostrou que as estimativas de FV feitas por vários avaliadores profissionais desviam em média 10%. Esta situação também é um fator incontrolável para os auditores.

2.3.7 A utilização de um serviço de precificação

A avaliação de determinados tipos de ativos e passivos financeiros são extremamente complexas. Muitas vezes, o valor desses instrumentos é medido por meio de serviços de precificação, onde foram criados os modelos complexos para o preço do ativo ou passivo financeiro.

Quando a administração usa um serviço de precificação para mensurar o FV, o auditor deve primeiro entender a natureza da informação utilizada pelo serviço de precificação em FVM.

A natureza das informações inclui se as entradas são a partir de preços cotados dos mesmos ativos ou passivos similares negociados no mercado, ou se as entradas são baseadas em um modelo financeiro.

Se um modelo financeiro é usado, então o auditor deve avaliar se as premissas utilizadas pelo serviço de preços refletem pressupostos do mercado participante. Sob a luz do FASB ASC 820, Fair Value Measurement and Disclosure (SFAS 157), o modelo financeiro deve refletir o preço para vender o ativo ou o valor a ser pago para transferir a responsabilidade de um passivo em um mercado principal ou em um mercado mais vantajoso, se a empresa tiver essa opção.

Se a avaliação por um serviço de precificação for baseada em negociações reais ou citações dos mesmos ativos ou passivos similares, o auditor deve avaliar se esses preços negociados ou cotados atendem à definição de FV conforme norma.

2.3.8 Quando o auditor deve contratar um especialista na avaliação?

Zyla (2010) comenta que conforme exigido na realização de uma auditoria, o auditor precisa realizar uma auto avaliação de suas próprias habilidades, conhecimentos e capacidade de planejar e executar procedimentos de auditoria relacionados com a mensuração do FV. Se o auditor verifica que ele não tem a habilidade e os conhecimentos necessários para realizar a parte da auditoria de forma adequada, ele pode utilizar o trabalho de um especialista externo.

A orientação PCAOB AU Seção 336 (SAS 73), utilizando o trabalho de um especialista, descreve circunstâncias nas quais um auditor pode envolver um especialista como parte da equipe de trabalho de auditoria. Um especialista é alguém que tem habilidades especializadas ou conhecimento fora da contabilidade e da auditoria. Se o auditor usa o trabalho de um especialista como parte do processo de auditoria, ele tem certas responsabilidades sobre o trabalho do especialista, e deve fazer testes apropriados com os dados fornecidos com o especialista, para avaliar se as conclusões do especialista apoiam as afirmações relacionadas nas demonstrações financeiras.

O trabalho do especialista em auditoria é para testar medidas justas de gestão de valor nas demonstrações financeiras, de modo que o auditor possa emitir uma opinião sobre se essas medidas são preparadas de acordo com os GAAP.

2.3.9 Medições de auditoria do *fair value*

O alerta PCAOB menciona especificamente AU Sec. 328 (SAS n.101), Medidas de Auditoria *fair value* e Divulgação, como orientação para o auditor avaliar se o FV está de acordo com GAAP.

No planejamento para os procedimentos de auditoria para avaliar o risco associado à auditoria das mensurações do FV, o auditor deve avaliar o processo da administração para determinar as avaliações, e:

- 1) Observar se os *inputs* da administração, para a mensuração do FV, são "razoáveis e refletem, ou não, as informações de mercado". Por exemplo, se a administração está prevendo um crescimento significativo das vendas durante um período em que outros participantes do mercado não estão experimentando o mesmo crescimento, o auditor deve avaliar se essa previsão de crescimento é razoável, dadas as circunstâncias de segmento na data da mensuração.
- 2) Verificar se a administração não usa as informações financeiras históricas no desenvolvimento de *inputs*, e considerar se o recurso é apropriado para a mensuração do FV. O histórico financeiro pode não ser a melhor indicação de condições ou eventos futuros. Por exemplo, um auditor deve avaliar se o uso de margens de lucro históricos em uma empresa foram ou são compatíveis com a previsão de fluxo de caixa, onde se justificaria as vendas em declínio em um determinado ambiente econômico.
- 3) Avaliar se o método da administração para determinar as mensurações de FV é aplicado de forma consistente. Se a administração usa os mesmos métodos e premissas semelhantes, como no passado, o auditor deve analisar se as mudanças no ambiente ou nas circunstâncias afetam o tratamento executado pela empresa. Por exemplo, na estimativa do *fair value* de tecnologia desenvolvida, que foi estimada utilizando um método de realização em anos anteriores, a informação de mercado pode não ser tão relevante como em época atual. Conseqüentemente, o auditor pode recomendar à administração rever a sua medida para incluir alguma outra forma de abordagem de renda ou alguma outra mudança no modelo.

2.3.10 Deficiências de uma auditoria de *fair value measurement* levantadas pelo PCAOB

O Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) solicitou ao Acuitas Inc. que realizasse uma pesquisa de inspeção nas empresas de auditoria em 2012, conforme exigido pela Lei Sarbanes-Oxley Act of 2002. Essa inspeção foi designada para identificar possíveis deficiências na realização dos contratos de auditoria e determinar se essas deficiências indicavam fraquezas ou falhas no sistema de qualidade de auditoria, especificamente em procedimentos de auditoria em *fair value measurement*.

A pesquisa identificou um aumento substancial de deficiências nos procedimentos de auditoria, incluindo erro na avaliação dos relatórios financeiros, falhas nas exigências de *disclosures*. As deficiências atingiram um nível significativo, indicando, aparentemente, falha na obtenção de evidências, insuficientes para suportar a opinião dos auditores nos relatórios financeiros, e falha na eficiência dos controles internos.

As maiores firmas internacionais de auditoria, *The Big Four*: Deloitte & Touche, Ernst & Young, KPMG e Pricewaterhouse Coopers, são inspecionadas anualmente e fizeram parte da pesquisa mencionada. Para as pequenas firmas de auditoria registradas, o PCAOB inspeciona seus relatórios de três em três anos.

O PCAOB forneceu um resumo da inspeção realizada no período de 2008, 2009 e 2010 em 25 empresas de contabilidade pública. De 45 relatórios públicos inspecionados, 21 tinham FVM e deficiências de auditoria. Para cada relatório foram identificadas as deficiências e o tipo de falha.

As deficiências de FVM foram categoricamente dentro dos instrumentos financeiros, planos de pensão, combinação de negócios, e *impairment*.

Auditing Standard n° 7 Engagement Quality Review fornece uma descrição significativa das deficiências dos acordos de auditoria e a conclusão da inspeção foi resumida em 4 pontos:

- a) a equipe de auditoria não conseguiu obter provas suficientes em conformidade com as normas do PCAOB;
- b) a equipe de auditoria chegou a uma conclusão inapropriada sobre o assunto;
- c) o relatório de trabalho não é apropriado pelas circunstâncias;
- d) a firma de auditoria não é independente do cliente.

A pesquisa demonstrou que em 2010 o relatório de inspeção apontou um percentual de 31,6% de contratos com deficiências. Uma segunda indicação de tendência que FVM e outras deficiências tiveram um aumento considerável. Em 2008, foram 11 FVM com deficiências, e em 2010, foram 92.

A pesquisa aponta que a crise econômica de 2008 foi provavelmente a principal causa do aumento de deficiências de auditoria. A volatilidade econômica afetou o rendimento das entidades das operações subjacentes e provocou outras mudanças no valor justo, que introduziu o risco e a incerteza adicional para o processo de auditoria. Instrumentos

financeiros difíceis de valoração como *asset backed securities*, cita a pesquisa, obrigações de dívida garantidas e outros títulos garantidos por hipoteca estiveram no centro da crise financeira, e as informações sobre preços não estavam prontamente disponíveis.

O teste de *impairment* depende de informações financeiras projetadas (PFI), que se torna mais difícil de avaliar em tempos incertos. O valor das imparidades de *goodwill* para as empresas dos EUA atingiram o pico em 2008, de US\$ 188 bilhões, e depois caiu dramaticamente para US \$ 26 bilhões em 2009.

Deficiências de imparidade foram citadas com menor frequência, em 2010, 2011 e 2012 nos relatórios de inspeção do PCAOB, mas ainda persistem as mesmas deficiências.

Nos três anos de inspeção, as deficiências de auditoria a FVM foram primariamente atribuídas aos instrumentos financeiros, com percentual crescente de 51,6% em 2008 para 88,0% em 2010. “Questão preço” foi a primeira causa de deficiências de FVM, com 49,5% em 2010. Falha na adequação dos testes FVM foi a segunda causa de deficiências, com 20,4%. *Disclosure* foi a terceira deficiência com 11,8%, seguidos de avaliação de Risco/Controles, 10,8%; e OTTI com 4,3% e 3,2% respectivamente.

- a) Questões de Preços – foram identificadas falhas no entendimento dos métodos, modelos e avaliações usados para precificação ou nas avaliações dos especialistas. O uso de alguns serviços de precificação corroboraram as questões de preços usadas: falhas para investigar as diferenças significativas entre os preços de fontes diferentes; falhas na investigação de diferentes preços identificados pela auditoria interna; falhas na investigação de ajustes feitos na parte de terceiros pelos emitentes; e aplicação inapropriada do rendimento e da taxa de desconto a partir de uma amostra para testar os preços ou valores mobiliários sem avaliar a comparabilidade dos dois grupos.
- b) Procedimentos de Auditoria – incluem confiar em testes intercalares e não testar a afirmação se não houve mudança material no valor; confiar em testes intercalares e a não realização dos procedimentos analíticos de final do ano; insuficiência dos procedimentos substantivos quando identificados os riscos; deixar de realizar o teste de final do ano, quando citados os corretores com mais de 30 dias; deixar de realizar testes substantivos, ao depositar muita confiança sobre controles internos ou na auditoria interna; incapacidade de avaliar se todos os ativos e passivos foram identificados em uma combinação de negócios; falha para testar os dados

fornecidos pela avaliação externa de um especialista; insuficiência para testar a precisão e integridade dos dados fornecidos pela avaliação externa do especialista; falha para testar o valor justo quando solicitadas informações sobre preços e não foram recebidas; falha para testar todos os itens em uma amostra selecionada; e fracasso total para testar certos ativos e passivos.

- c) *Disclosures* – inclui falha para identificar e testar os controles sobre FVM e sua hierarquia; falha no teste de classificação na hierarquia de nível 2 ou nível 3; e falha para avaliar se os *inputs* são observáveis ou não observáveis, quando testados em sua classificação FVM.
- d) Avaliação do Risco/Controles – inclui falha para identificar e testar controles sobre os *inputs* de FVM; definir limites de risco tão alto que os erros materiais não são detectados; insuficiência para investigar os controles sobre resolução de diferenças de preços; falta de identificação de supervisão de pessoal e fraqueza no teste de *hard-to-value* instrumentos financeiros; falha para testar os controles sobre o processo orçamentário, insuficiência de testes de controles sobre a classificação dos títulos disponíveis para venda.
- e) Avaliação Projetada das Informações Financeiras (PFI) – inclui falhas para avaliar a razoabilidade dos pressupostos relativos às taxas de crescimento de receita, despesas de capital, taxas de crescimento de terminais e da taxa de desconto; incapacidade de avaliar a razoabilidade das melhores margens; falha em considerar as taxas de crescimento da indústria; erroneamente usando PFI de um período anterior a uma reorganização, insuficiência para avaliar as taxas de clientes de atrito; insuficiência para avaliar o prêmio de risco no custo médio ponderado de capital; incapacidade de avaliar uma diferença significativa entre as indicações de valor de mercado e abordagens de renda, e fracasso em avaliar uma mudança de pesos atribuídos aos vários indícios de valor.
- f) *Other Than Temporary Impairment* (OTTI) – inclui falhas no teste de controles sobre a classificação de títulos e valores mobiliários com OTTI; falhas no teste de questões de avaliação dos títulos com potencial OTTI; e falhas no teste de avaliação de pressupostos de integridade dos cálculos do emitente.

No capítulo seguinte é detalhada a norma a respeito do *Fair Value Measurement* seguindo um padrão de US GAAP e normas IFRS. O efeito dos maiores normativos internacionais e suas causas no FVM e sua tendência mundial.

2.4 Principais pronunciamentos dos órgãos reguladores

2.4.1 Origem dos princípios contábeis

Nos Estados Unidos da América, a contabilidade baseada em regras é referendada pelos princípios contábeis geralmente aceitos US GAAP, e como primeira fonte de normas emitido pelo FASB. Contudo, predecessores do FASB, como APB, emitiram alguns documentos que ainda hoje são aplicados.

Os documentos do FASB incluem:

- a) SFASs – Statements of Financial Accounting Standards;
- b) FINs – FASB Interpretations;
- c) FSPs – FASB Staff Positions; e
- d) EITF – Emerging Issues Task Force.

O AICPA – American Instituto of Certified Public Accounting, também tem sido responsável por certos documentos que compõem US GAAP, em particular, o SOPs – Statements of Position. Esses documentos do AICPA são considerados componentes do US GAAP, depois de aprovados pelo FASB.

Atualmente o US GAAP passam por uma nova codificação no sistema de processos, sendo estruturados em SFAS, FIN e FSP, dentre outros.

Os IFRS – International Financial Reporting Standards, são padrões contábeis usados na elaboração de relatórios financeiros em muitos países. Esses padrões são promulgados pelo IASB – International Accounting Standards Board. Sua estrutura é composta de:

- a) IFRS – International Financial Reporting Standards;
- b) IAS – International Accounting Standard;
- c) SIC – Standing Interpretations Committee.

Os IFRS são adotados em quase todos os países do mundo, por meio da convergência de padrões contábeis. Nos EUA, a SEC aprovou um plano de uso do IFRS para as empresas públicas registradas SEC em 2014, e permitindo o uso do IFRS por algumas empresas a partir de 2010. Em 2007, a SEC aprovou regras que permitiram a utilização de IFRS nas demonstrações financeiras para empresas não americanas que fossem registradas na SEC, sem a possibilidade de uma conciliação entre IFRS para US GAAP.

2.4.2 US GAAP *versus* IFRS

A fim de observar as diferenças existentes entre duas normas, US GAAP e IFRS, três grandes diferenças precisam ser destacadas:

1. o IFRS tem geralmente fornecido um maior uso do FVA que o US GAAP, que ainda tem utilizado mais o custo histórico. Essa diferença tem começado a diminuir, pois recentemente o US GAAP introduziu maior uso do FVA, mas as diferenças ainda permanecem;
2. a abordagem contábil do IFRS tende a ser mais baseada em um sistema contábil baseado em princípios, fornecendo uma abordagem mais em conceitos que deve ser seguidos, mas deixando a aplicação desses conceitos nas mãos da administração e dos auditores. Isso é verdade não apenas nas questões do FVA, mas em todo o IFRS. Ao contrário, o US GAAP tende a ser mais detalhado em sua norma. Muitos padrões começaram fora ou dentro de uma abordagem de conceitos, mas a norma finalmente entrou em grandes detalhes, incluindo numerosos exemplos de como o conceito deve ser aplicado, especificando o tipo de transações.
3. mesmo nas áreas em que os US GAAP e os IFRS demonstrem uma contabilidade baseada em princípios em relação a um tópico particular, a aplicação de cada área pode ser muito diferente. Sutis e importantes diferenças nas definições de termos ou em critérios usados para avaliação de questões podem levar a diferenças significativas no tratamento contábil.

2.4.3 Statement Of Financial Accounting Standards N°. 157 Fair Value Measurements

Esse pronunciamento define o FV do US GAAP, estabelece uma estrutura para mensuração e amplia as divulgações. Aplica-se sob outros pronunciamentos contábeis que exigem ou permitem FVM.

Nesse pronunciamento, o Board afirma a relevância de mensuração a FV e não requer nenhuma nova mensuração.

O objetivo dessa Norma é que antes havia diferentes definições de FV e orientação limitada para aplicar essas definições em GAAP. Além disso, essas orientações foram dispersas entre os muitos pronunciamentos contábeis que exigem FVM.

Diferenças de orientação acabam culminando em inconsistências que, adicionados à complexidade na aplicação dos GAAP, podem apontar diferenças relevantes no processo de mensuração. No desenvolvimento desta política, o Board considerou a necessidade de aumento na consistência e comparabilidade na mensuração do valor justo para uma melhor divulgação sobre as avaliações.

A definição do valor justo retém a noção de preço de troca em definições anteriores. Essa declaração esclarece que o preço de troca é o preço em uma transação ordenada entre participantes do mercado para vender um ativo ou transferir um passivo no mercado em que a entidade que relata transacionar, ou seja, o mercado principal ou o mais vantajoso para o ativo ou passivo.

A transação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade é uma transação hipotética na data da mensuração, e deve ser considerada a partir da perspectiva de um participante de mercado que detém o ativo ou o passivo. Por isso, concentra-se na definição do preço que seria recebido para vender o ativo ou o valor pago para transferir o passivo (um preço de saída), e não o preço que seria pago para adquirir o ativo ou o que recebeu para assumir o passivo (um preço de entrada).

Esta Declaração enfatiza que o FV é uma medida baseada no mercado, e não uma medida específica da entidade. Portanto, uma medição do FV deve ser determinada com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, como base para considerar premissas de participantes de mercado em mensuração do valor justo.

A mesma declaração estabelece uma hierarquia de FV que distingue suposições entre mercado participante, com base em dados de mercado obtidos de fontes independentes da

informação da entidade (dados observáveis) e (dados não observáveis) das entidades que relatam suas próprias suposições sobre os pressupostos dos participantes do mercado, desenvolvidos com base nas melhores informações disponíveis nas circunstâncias.

A noção de *inputs* não observáveis destina-se a permitir situações em que existam poucas, ou nenhuma, atividades para o mercado ativo ou passivo na data de mensuração. Nessas situações, a entidade não precisa empreender todos os esforços possíveis para obter informações sobre os pressupostos do mercado participante. No entanto, a entidade que relata não deve ignorar as informações sobre os pressupostos do mercado participante que esteja razoavelmente disponível, sem custos e esforço.

Esta Declaração esclarece que as suposições dos participantes de mercado incluem suposições sobre o risco, por exemplo, o risco inerente a uma técnica de avaliação especial usada para mensurar o FV (por exemplo, um modelo de preços) e/ou o risco inerente às entradas para a técnica de avaliação.

O FVM deve incluir um ajuste para o risco se os participantes do mercado incluírem um risco para precificar o ativo ou passivo relacionado, mesmo que o ajuste seja difícil de determinar. Portanto, uma medida (por exemplo, um *mark-to-model* de medição) que não inclua um ajuste para o risco não representa uma medição do FV se os participantes do mercado incluírem um risco para precificar o ativo ou passivo relacionado.

O SFAS 157 esclarece que as suposições dos participantes do mercado também incluem suposições sobre o efeito de uma restrição à venda ou uso de um ativo. A mensuração do valor justo de um ativo restrito deve considerar os efeitos da restrição se os participantes do mercado considerarem o efeito da restrição na precificação do ativo.

Essa orientação aplica-se para ações com restrição de venda que terminam dentro de um ano, que é medido em FV em Declarações FASB nº 115, *Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*, e nº124, *Accounting for Certain Investments Held by Not-for-Profit Organizations*.

Esclarece ainda que a métrica do FV para um passivo reflete seu risco de inadimplência (o risco de que a obrigação não será cumprida). Porque o risco de inadimplência inclui crédito da entidade que relata risco, a entidade participante deverá considerar o efeito do seu risco de crédito (posição de crédito) sobre o valor justo da responsabilidade em todos os períodos em que o passivo é mensurado pelo FV sob outros pronunciamentos contábeis, incluindo o FASB nº 133, *Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*.

A Declaração afirma a exigência de outras demonstrações FASB, que o FV de uma posição em um instrumento financeiro (incluindo um bloco) que comercializa em um mercado ativo deve ser medida como o produto do preço cotado, para os tempos de instrumentos individuais, a quantidade realizada (no Nível 1 da hierarquia de valor justo).

O preço cotado não deve ser ajustado, devido ao tamanho da posição relativa de volume. Esta declaração estende essa exigência para corretores e empresas de investimento no âmbito dos Guias AICPA – *Audit and Accounting Guides for those industries*.

O SFAS 157 ainda amplia as divulgações sobre o uso do FV para medir ativos e passivos em períodos interinos e períodos anuais subsequentes ao reconhecimento inicial. As divulgações focam os insumos utilizados para medir FV e de recorrentes mensurações do FV utilizando entradas significativas não observáveis (Nível 3 dentro da hierarquia de FV), o efeito das medidas dos ganhos (ou alterações nos ativos líquidos) para o período.

Incentiva, ainda, entidades a combinar a informação do FV divulgadas sob esta Declaração com a informação do FV divulgado sob outros pronunciamentos contábeis, incluindo FASB nº 107, *Disclosures about Fair Value of Financial Instruments*, sempre que possível.

A norma se aplica para derivativos e outros instrumentos financeiros mensurados pelo FV sob SFAS 133, no reconhecimento inicial e em todos os períodos subsequentes.

2.4.4 *Fair Value Option* adicionado pelo US GAAP

O SFAS 159 – *The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities*, introduziu uma importante fase no FVA pelo US GAAP. Por meio do SFAS 159, as companhias puderam utilizar o *FV Option* para muitos ativos e passivos. Eleger a opção de valor justo significa que os ativos ou passivos que tinham sido previamente mensurados utilizando uma base (custo, por exemplo), poderiam agora ser contabilizados pelo valor justo em base recorrente.

Mais ativos e passivos financeiros seriam, então, livremente eleitos pelo *Fair Value Option* por meio do SFAS 159. Apenas uma parte não é aceita como, por exemplo: a) o capital próprio em entidades que devem ser consolidadas; b) certos ativos e passivos que resultarão em plano de benefícios aos empregados; c) *leasing* relativo a ativos e passivos; e d) as demandas de depósitos de instituições financeiras.

De acordo com SFAS 159, para os ativos eleitos para mensuração a *fair value*, que anteriormente eram apresentados com menor valor de custo (exemplo: não ajustados ao valor

justo), seriam agora contabilizados em bases recorrentes. Contudo, essa opção poderia gerar um aumento nas demonstrações, tendo em vista uma nova avaliação dos ativos, pois se o bem a custo histórico é avaliado a valor corrente e passa a ter um valor acima do custo, gera um ganho que agora deve ser registrado.

Sob uma contabilidade de custo histórico, o declínio no valor de mercado é registrado, mas não os ganhos acima do ativo.

O *fair value option*, estabelecido pelo SFAS 159, pode ser aplicado sobre o instrumento de base, com apenas poucas exceções, como em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Como resultado, na soma, a única linha de itens nas demonstrações financeiras pode incluir uma combinação de instrumentos, alguns dos quais estão contabilizados pelo valor justo em base recorrente. Contudo, optando pela métrica de *fair value*, a opção é irrevogável.

2.4.5 Orientações em IFRS sobre *fair value*

Até pouco tempo atrás as IFRS eram consideradas sem detalhes em sua discussão dos métodos utilizados para determinar o FV. Com a publicação do IFRS 13 *Fair Value Measurement – Unquoted equity instruments within the scope of IFRS 9 Financial Instruments*, em dezembro de 2012, a posição do IASB ficou mais robusta.

A norma IFRS 13 apresenta uma série de técnicas de avaliação usualmente utilizadas para medir a FV de instrumentos de capital não cotados, dentro das abordagens de mercado e renda, bem como o método do ativo líquido ajustado.

Esta norma não prescreve o uso de uma técnica de valorização específica, mas sim incentiva o uso de julgamento profissional e da consideração de todos os fatos e circunstâncias em torno da medida. As características particulares de instrumentos de capital próprio não cotados de uma investida e as informações que estejam razoavelmente disponível para uma entidade (ou seja, o investidor) são dois dos fatores que o investidor precisa considerar ao escolher a técnica de avaliação mais adequada.

Por exemplo, a disponibilidade de informações sobre empresas pares comparáveis em completa ausência de qualquer informação sobre o fluxo de caixa esperado de uma investida pode levar o investidor a selecionar a empresa comparável por meio da técnica de valorização de múltiplos ao invés do fluxo de caixa descontado (DCF).

Alternativamente, se a investida paga dividendos, um investidor com informação financeira limitada pode considerar o uso de técnicas de avaliação com base em modelos de desconto de dividendos (DDM).

Uma entidade pode cumprir com o objetivo de medição em IFRS 13, mesmo quando há poucos dados disponíveis, como é o caso da informação incompleta ou desatualizada, apesar de uma participação acionária em outra entidade pressupor a disponibilidade de algumas informações financeiras sobre a investida, incluindo a informação publicamente disponível.

O IFRS 13 inclui exemplos que ilustram como, apesar de o investidor ter informações financeiras limitadas, o FV de um instrumento de ações não cotadas pode, contudo, ser medido por meio da aplicação das técnicas descritas de avaliação.

Quanto ao IAS 39, *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, fornece algumas orientações gerais sobre as técnicas de avaliação. A orientação IFRS 9 é geralmente consistente com os US GAAP na determinação do FV por meio de quatro princípios:

- 1) o objetivo é estabelecer qual o preço da transação teria tido na data de mensuração em troca de um disposto comprimento e motivado por considerações comerciais normais (ou seja, não uma transação aflita);
- 2) técnicas de avaliação devem incorporar todos os fatores que os participantes do mercado considerariam ao determinar um preço e ser consistente com as metodologias econômicas aceitas para o apreçamento de instrumentos financeiros similares;
- 3) na aplicação de técnicas de avaliação, uma entidade deve usar estimativas e premissas que são consistentes com as informações disponíveis sobre as estimativas e pressupostos que os participantes do mercado usariam ao determinar um preço;
- 4) a melhor estimativa do valor justo no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro, que não é citado em um mercado ativo, é o preço da transação, a menos que o FV seja evidenciado por outras transações de mercado observáveis ou seja baseado em uma técnica de avaliação cujas variáveis incluem apenas dados de mercados observáveis.

2.4.6 IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

O objetivo desta Norma³³ é estabelecer princípios para reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Os requisitos para apresentar informações acerca de instrumentos financeiros estão desenvolvidos na IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação*.

Os requisitos para divulgar informações acerca de instrumentos financeiros estão tratados na IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*.

Uma entidade deve reconhecer um ativo ou um passivo financeiro no seu balanço quando, e apenas quando, a entidade se tornar uma parte das disposições contratuais do instrumento, já na remoção de um passivo financeiro (todo ou em parte) do seu balanço quando, e apenas quando, for extinto – isto é, quando a obrigação especificada no contrato for satisfeita, cancelada ou expirada.

Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu FV. Contudo, no caso de um ativo ou passivo financeiro que não seja mensurado pelo FV, deve ser levado em consideração os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, com reconhecimento do valor por meio dos lucros ou prejuízos.

Para a finalidade de mensurar um ativo financeiro após o reconhecimento inicial, a Norma classifica ativos financeiros em quatro categorias definidas no parágrafo 9:

- a) ativos financeiros pelo justo valor por meio dos lucros ou prejuízos;
- b) investimentos mantidos até o vencimento;
- c) empréstimos concedidos e contas a receber; e
- d) ativos financeiros disponíveis para venda.

Uma emenda à Norma, emitida em junho de 2005, permite a uma entidade que designe qualquer ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial como um que deve ser mensurado pelo FV, com suas respectivas alterações. O fair value option.

³³ Essa Norma foi substituída pela IFRS 9 Financial Instruments em junho de 2009. Apenas para fins didáticos e cronológicos foi aqui exposta.

2.4.7 IFRS 9 – instrumentos financeiros

O IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece os requisitos para o reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, financeiros passivos e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esse normativo foi herdado pelo International Accounting Standards Board (IASB) de seu corpo antecessor – International Accounting Standards Committee – IASC.

Muitos usuários das demonstrações financeiras e outras partes interessadas reclamavam ao Board sobre os requisitos da IAS 39, que eram difíceis de entendimento, aplicação e interpretação. Dessa forma, o Board desenvolveu um novo padrão para os relatórios financeiros para instrumentos financeiros, baseado em princípios e menos complexo.

Embora o Conselho tenha alterado IAS 39 várias vezes para esclarecer requisitos, adicionar e eliminar orientações internas inconsistentes, não foi previamente realizada uma reconsideração fundamental de relatórios para instrumentos financeiros.

Dessa forma, desde 2005, o IASB e os EUA Financial Accounting Standards Board (FASB) firmaram um propósito para melhorar e simplificar relatórios para instrumentos financeiros. Este trabalho resultou na publicação de um documento de discussão, *Reducing Complexity in Reporting Financial Instruments*, em março de 2008.³⁴

O documento concentra-se na medição dos instrumentos financeiros e contabilização de hedge, e identifica várias possíveis abordagens para melhorar e simplificar a contabilidade de instrumentos financeiros.

As respostas ao *paper* indicaram apoio a uma mudança significativa nos requisitos para relatórios de instrumentos financeiros.

Em novembro de 2008, o IASB adicionou este projeto à sua agenda, e em dezembro de 2008, o FASB também acrescentou o projeto à sua agenda.

Em abril de 2009, em resposta à crise financeira, e após as conclusões dos líderes do G20 e as recomendações dos organismos internacionais, como o Financial Stability Board,³⁵ o IASB anunciou um calendário acelerado substituindo o IAS 39. Como resultado, em julho de 2009, o IASB publicou uma exposição de projetos de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, seguido pelo IFRS 9 Instrumentos Financeiros, em novembro de 2009.

³⁴ Reduzindo a complexidade de Informação de Instrumentos Financeiros.

³⁵ Conselho de Estabilidade Financeira.

No desenvolvimento IFRS 9, o *Board* considerou entrada obtida, em resposta a seu documento de discussão, o relatório do *Financial Crisis Group*, publicado em julho de 2009, as respostas ao projeto de exposição e outras discussões com as partes interessadas, incluindo três mesas redondas públicas, realizada para discutir as propostas do projeto de exposição. A equipe do IASB também obteve informações adicionais provenientes de usuários de demonstrações financeiras e outras por meio de um extensivo programa.

2.4.7.1 *Abordagens substituídas na IAS 39*

O objetivo da emissão dessa norma foi substituir o IAS 39 na sua totalidade, em resposta aos pedidos das partes interessadas para que a contabilização de instrumentos financeiros fosse melhorada rapidamente.

Dessa forma o Board dividiu seu projeto de substituição da IAS 39 em três fases principais. À medida que o Board terminasse cada fase, bem como o seu projeto separado no desconhecimento de instrumentos financeiros, ele iria excluindo do IAS 39 e criando capítulos em IFRS 9 que substituíssem os requisitos da IAS 39. O Conselho teve como objetivo substituir o IAS 39 na íntegra até o final de 2010.

Foram incluídas as propostas para a classificação e mensuração de passivos financeiros no projeto de exposição que precedeu IFRS 9. Nessa minuta foi incluída a discussão do Risco de Crédito em Medição de Responsabilidade, publicada em junho de 2009.

Nas respostas ao projeto de exposição e documento de discussão, muitos expressaram preocupação com as mudanças de reconhecimento de risco de uma entidade de crédito próprio na mensuração do passivo, e o Board voltou a trás.

2.4.7.2 *Principais características do IFRS*

O IFRS 9 especifica como a entidade deve classificar e mensurar os ativos financeiros, incluindo alguns contratos híbridos. A norma exige de todos os ativos financeiros:

- a) classificação com base no modelo de negócios da entidade para gerir os ativos financeiros e as características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro;
- b) ativos inicialmente mensurados pelo FV acrescido os custos de transação particular por meio de resultados, no caso de um ativo não financeiro ao FV;
- c) subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado ou FV.

Estes requisitos melhoraram e simplificaram a abordagem para a classificação e mensuração de ativos financeiros em comparação com os requisitos da IAS 39. Eles aplicam uma abordagem consistente à classificação dos ativos financeiros e substituem as várias categorias de ativos financeiros na IAS 39, cada título com seus próprios critérios de classificação. Eles também resultaram em um método de deficiência, substituindo os métodos de imparidade numerosos no IAS 39, que surgem a partir das categorias de classificação diferentes.

O objetivo desta IFRS foi estabelecer princípios para os relatórios de exercício de ativos financeiros que irão apresentar informações relevantes e úteis aos usuários das demonstrações financeiras, para a sua avaliação da quantidade, a tempestividade e a incerteza dos fluxos de caixa da entidade futuras.

2.4.8 IFRS 13 *Fair Value Measurement*

Essa norma descreve o processo de pensamento para FVM dos instrumentos individuais de capital não cotados, que constituem uma participação não controladora em uma empresa privada (ou seja, a investida), no âmbito da IFRS 9 Instrumentos financeiros, de acordo com o princípios estabelecidos no IFRS 13 mensuração do valor justo.

Apresenta ainda uma série de técnicas de avaliação usualmente utilizadas para medir o valor justo dos instrumentos patrimoniais não cotados no mercado com abordagem de renda, bem como o método do ativo líquido ajustado.

A norma não prescreve o uso de uma técnica de valorização específica, mas incentiva o uso de julgamento profissional e da consideração de todos os fatores e circunstâncias em torno da medida.

As características particulares de instrumentos de capital próprio não cotados de uma investida e as informações que estejam razoavelmente disponíveis para uma entidade (ou seja, o investidor) são dois dos fatores que o investidor precisa considerar ao escolher a técnica de avaliação mais adequada. Por exemplo, a disponibilidade de informações sobre pares de empresas comparáveis, em completa ausência de qualquer informação sobre o fluxo de caixa esperado ou fluxo de uma investida, pode levar um investidor a selecionar a empresa comparável para uma avaliação técnica de múltiplos, em vez de usar o fluxo de caixa descontado (DCF).

Alternativamente, se a investida paga dividendos, um investidor, com informação financeira limitada, pode considerar o uso de técnica de avaliação com base em modelos de desconto de dividendos (DDM).

Uma entidade pode cumprir com o objetivo de medição em IFRS 13, mesmo quando há poucos dados disponíveis. A participação acionária em outra entidade pressupõe a disponibilidade de algumas informações financeiras e outras informações sobre a investida, incluindo a informação publicamente disponível, apesar de ocasionalmente ocorrer que tal informação esteja incompleta ou desatualizada.

A norma inclui exemplos que ilustram como o valor justo de um instrumento de ações não cotadas pode ser mensurado por meio da aplicação das técnicas de avaliação descritas, apesar do investidor possuir informação financeira limitada.

O IFRS 13 não contém uma hierarquia de uso de técnicas de avaliação nem prescreve o uso de uma técnica de avaliação específica para alcançar o objetivo de um FVM. No entanto, o IFRS 13 reconhece que, dada circunstâncias específicas, uma técnica de avaliação pode ser mais apropriada do que outra. Alguns dos fatores que o investidor terá de considerar ao escolher a mais adequada valorização técnica são os seguintes: (esta lista não é exaustiva)

- a) a informação que está disponível para um investidor;
- b) as condições de mercado (ou seja, mercados em alta ou baixa cotação podem exigir de um investidor a consideração de diferentes técnicas de avaliação);
- c) o tempo (duração) e o tipo de investimento (o mercado captura melhor algumas técnicas de avaliação do que outras, quando se mede o FV de um investimento financeiro de curto prazo.);
- d) o ciclo de vida de uma investida (o ciclo de vida de uma investida pode ser melhor capturado por algumas técnicas de avaliação do que por outras.);
- e) a natureza do negócio da investida (a natureza volátil ou cíclica dos negócios de uma investida podem ser melhor capturada por algumas técnicas de avaliação do que por outras.); e
- f) o setor em que opera uma investida.

A norma ratifica as abordagens de avaliação como essenciais na escolha das informações: abordagem de mercado, de renda e de custo.

2.4.9 A Orientação PCAOB AU SECTION 328 (SAS 101) *Auditing Fair Value Measurements And Disclosures*

Ao obter uma compreensão do processo da entidade para determinar as mensurações *de fair value* e divulgações, o auditor deve considerar:

- a) se há controle sobre o processo usado para determinar as medições de *fair value*, incluindo os dados e a segregação de funções entre os que realizam as avaliações e sua ligação em operações subjacentes;
- b) a perícia e experiência do pessoal que determina as mensurações do *fair value*;
- c) o papel que a tecnologia da informação tem no processo;
- d) os tipos de contas ou transações que exigem avaliações divulgações a *fair value* (por exemplo, de transações de rotina, recorrentes ou se surgem de não rotineiras ou operações não usuais);
- e) se o processo da entidade depende de uma organização de serviço para fornecer medições de *fair value*, ou as informações que a empresa possui subsidiam as medições (quando uma entidade usa uma organização de serviço, o auditor deve considerar os requisitos da SAS n 70, Organizações de Serviço – UA Seção 324);
- f) quanto a entidade se envolve ou emprega especialistas para determinar medidas de justo valor e de divulgação;
- g) as principais premissas de gestão utilizadas na determinação do *fair value*;
- h) o processo usado para desenvolver e aplicar os pressupostos de gestão, incluindo se a administração usou informações disponíveis no mercado;
- i) o processo utilizado para monitorar as mudanças nas premissas da administração;
- j) a integridade dos controles de mudança e procedimentos de segurança para modelos de avaliação e sistemas de informação relevantes, incluindo os processos de aprovação;
- k) os controles sobre a consistência, a atualidade e a confiabilidade dos dados utilizados em modelos de avaliação.

A Auditing Standards Board emitiu a *AU Section 328 (SAS 101)*, porque as estimativas de *fair value* são únicas em comparação com outras estimativas contábeis. Na estimativa do *fair value*, quando os preços de mercado não estão prontamente disponíveis, a gerência deve estimar o *fair value* usando uma técnica de avaliação.

A técnica de avaliação deve observar os pressupostos que a norma FASB ASC 820, Mensuração do *fair value* e Divulgação (SFAS n. 157), que exige divulgar como está reagindo o mercado ativo.

Zyla (2010) comenta que o aspecto da mensuração a *fair value* muitas vezes exige alguma forma de julgamento, e com a convergência de US GAAP com os padrões internacionais de contabilidade, entre outros fatores, a mensuração do *fair value* e divulgações é fato no mundo todo.

O mesmo autor discorre que as normas também estão se tornando mais complexas em sua exigência para a mensuração do *fair value* e cita o exemplo do FASB ASC 825-10-25 (SFAS 159), opção de *fair value*, que aumentou a complexidade do processo de medição.

A importância dessas medidas no processo de informação financeira requer atenção da auditoria, ainda que seja específica para tais medições.

A AU Section 329 (SAS 101) é a primeira norma que menciona a possibilidade de orientação adicional.

2.4.10 Alerta para a prática de equipes de auditoria, questões relacionadas à auditoria de mensuração do *fair value* de instrumentos financeiros e do uso de especialistas - PCAOB

Em dezembro de 2007, o PCAOB emitiu um alerta para as equipes de auditoria intitulado *Alerta nº 2*, com questões relacionadas às medidas de auditoria do *fair value* de instrumentos financeiros e ao uso de especialistas.

O objetivo do alerta foi especificamente lembrar aos auditores da responsabilidade para medições de auditoria do *fair value* de instrumentos financeiros, embora as descrições fornecidas no alerta também possam ser aplicada à auditoria do *fair value* de instrumentos não financeiros.

Há fatores específicos que são susceptíveis de aumentar o risco de auditoria em relação ao *fair value* dos instrumentos financeiros, como o ambiente econômico de mudanças.

O alerta descreve as responsabilidades do auditor quando a administração usa o trabalho de um especialista em avaliação externa. Enfatiza a questão de critérios para avaliação adequada do uso de trabalho do especialista para as medições de *fair value* e sua estrutura é apresentada em quatro partes importantes:

1. medições de auditoria do *fair value*;
2. classificação na hierarquia de *fair value* de acordo com SFAS n 157;

3. usando o trabalho de especialistas de avaliação;
4. utilização de um serviço de preços.

2.4.11 Orientação de auditoria da SEC

A SEC também forneceu orientações em mensurações de auditoria de *fair value*. A Divisão da SEC de *Finance Corporation* enviou uma carta, em setembro de 2008, a certas empresas públicas que identificam uma série de itens de divulgação que devem ser incluído na preparação de Discussão e Análise da Administração (MD &A). Alguns dos itens específicos relacionados à divulgação de mensuração do *fair value* da carta SEC incluem:

- a) julgamentos significativos feitos na classificação de um determinado instrumento financeiro na hierarquia do *fair value*;
- b) uma explicação de como o risco de crédito é calculado e como é considerado na avaliação de ativos ou passivos;
- c) os critérios utilizados para determinar se o mercado para um instrumento financeiro é ativo ou inativo;
- d) os instrumentos financeiros que são afetados pela falta de liquidez no mercado e de como a falta de liquidez impactou as técnicas de avaliação utilizadas;
- e) se foram usados corretores ou serviços de preços, na medida em que, e como, a informação foi obtida e como foi usada no desenvolvimento de medições de *fair value*.

2.4.12 Orientações não mandatárias

O AICPA emitiu orientações não mandatárias adicionais para ajudar em um trabalho de auditoria nas medições de *fair value*, incluindo uma ajuda prática *kit* de ferramentas disponíveis no site da AICPA Web intitulado "Auditoria Mensuração do *fair value* e Divulgações". Embora o conjunto de ferramentas anteceda o SFAS 157 e SFAS 141 (R), ainda assim contém algumas informações relevantes para ajudar o auditor a compreender a mensuração do *fair value*.

Além disso, o AICPA formou um painel de recurso estratégico para fornecer orientações aos seus membros e outros sobre questões relacionadas com a mensuração do *fair value*, onde foi dividido em:

1. criar uma nova prática ajuda na questão da recuperação de ativos nos relatórios financeiros, abordando a amortização do ágio em ativos intangíveis finitos com vida; fornecendo orientações sobre como mensurar o *fair value* de acordo com FASB ASC 350, *Goodwill* Intangíveis e outros (SFAS 142), e (SFAS 144), Teste de *Impairment* de ativos de longa duração, e abordará também como determinar a vida útil dos ativos adquiridos;
2. os fundos de hedge têm uma quantidade enorme de questões de avaliação. Exemplos de algumas das questões são *lock-up* de disposições, restrições de venda, e desenvolvimento do valor líquido do ativo do fundo de si mesmo. A nova prática ajuda fornecer orientações sobre como valorizar um fundo de hedge.

2.5 Resumo de pesquisas anteriores sobre auditoria de *fair value measurement*

2.5.1 Panorama geral das pesquisas

No exterior, as pesquisas sobre o tema são recorrentes e apontam algumas diversidades sobre opiniões e conclusões em todo o mundo. Na Índia, as pesquisas empíricas indicam uma situação obscura em certas avaliações. Na Austrália, Nova Zelândia, a pesquisa que se destaca é a de Kumarasir e Fisher (2011), que serviu de base para essa pesquisa. Na Europa, principalmente na Inglaterra, pesquisas apontam para um desenvolvimento razoável com tendências otimistas. Nos outros países, não há muita diferença do resto do mundo.

Os Estados Unidos da América apontam fortes críticas ao desenvolvimento da métrica, principalmente em relação às normas que não são claras e não esclarecem como fazer, mas apresentam-se como uma força vencida pelos demais países. Nessa seção abordar-se-á as principais pesquisas sobre o tema.

2.5.2 Pesquisas internacionais sobre *fair value*

Al-Khadash e Abdulatif (2009) justificaram a pesquisa com base nos desafios que as IFRS tiveram sobre os contabilistas, sobrepondo uma ênfase às normas sobre FV como um meio de melhorar a apresentação das demonstrações financeiras, tornando-as mais verdadeiras e apropriadas. O estudo teve como objetivo fornecer evidências sobre o efeito da implementação da mensuração do valor justo de instrumentos financeiros sobre a crise financeira de 2008, o desempenho de uma empresa e seu lucro por ação (EPS). A amostra do

estudo incluiu bancos de investimento comercial jordaniano, e abrangeu o período de 2002-2006. Os pesquisadores fizeram uma comparação entre os resultados relatados na contabilidade em valorização dos instrumentos financeiros a valor justo e os mesmos relatórios com base no custo, para o mesmo conjunto de anos.

O resultado apontou mudança significativa nos instrumentos financeiros e aumento da relevância de valor nas informações.

O estudo mostrou que o desempenho financeiro de um banco é significativamente afetado pela valorização financeira dos instrumentos a valor justo. Eles consideraram que há um valor positivo e extremamente elevado do lucro por ação (EPS) na implementação do FV na avaliação dos instrumentos financeiros, em comparação quando o lucro é calculado sem a adição de ganhos e perdas. No caso dos países em desenvolvimento, como a Jordânia, onde os mercados financeiros são ineficientes e passam anos na “bolha”, usar a contabilidade de valor justo para mensuração dos instrumentos financeiros pode distorcer o resultado e fornecer informações que não reflitam totalmente a realidade, prejudicando os usuários das demonstrações financeiras. O estudo conclui com a dúvida da viabilidade de aplicação mundial de IFRS para medição do justo valor contábil.

Pannese e DeFavero (2010) desenvolveram um trabalho com o objetivo de apresentar os desafios enfrentados pelos auditores durante a auditoria de FVA, e discutir a capacidade da profissão (do profissional em contabilidade) de se adaptar a FVA no futuro, além dos casos reais de negligência alegados pelos próprios auditores. Os mesmos autores argumentam que os títulos de crédito de risco, no meio da crise de crédito, são subestimados em comparação com os menos arriscados instrumentos financeiros.

Em tempos de expansão econômica, os ganhos serão registrados sobre esses valores a FVA. Essencialmente, os valores de mercado de ativos e passivos financeiros são mais otimistas em bons tempos econômicos e excessivamente pessimistas durante os períodos de recessão, criando a oportunidade de administrar ganhos. Como resultado, é criada a ilusão de que a empresa era mais rentável do que era na realidade. O principal temor é que os ganhos gerenciados podem criar partidas materiais da realidade econômica, gerando compromissos altamente complicados para avaliação do auditor. Segundo King (2008), a má gestão de ganhos tem sido uma das principais razões para a eclosão de escândalos financeiros ao longo da década de 2000.

Na opinião dos autores, o FASB, o PCAOB e o IASB não antecipam integralmente as ramificações que a ampliação do uso do FVA poderia ter na auditoria. Os casos de alegada negligência ordinária antes da promulgação da SFAS 157 e SFAS 159 deveriam ter sido um

sinal alertando que poderia ser muito cedo para forçar a expansão do uso da FV por auditores e contadores.

Segundo Pannese e DelFavero (2010), embora o aumento da transparência seja positivo no longo prazo, não houve tempo adequado para a formação dos auditores.

Com base nos resultados da pesquisa, os autores expõem suas opiniões à crise de crédito que a própria indústria financeira criou e não os auditores!

Questões importantes a considerar são: caso os auditores emitam um relatório adverso ou um aviso quando não há mercado para um determinado ativo ou passivo? É um FV inferior ou superior de gestão de sinistros? Foi gestão enganosa? Caso o FV do ativo seja mensurado o a zero?

Akgun et al. (2011) analisaram os possíveis problemas relacionados à auditoria do valor justo e apresentaram um modelo de processo para evitar esses problemas. Mais especificamente, pretenderam desenvolver um modelo conceitual com referência a um estudo de caso sobre a auditoria das propriedades de investimento.

Dois dos principais temas sobre o assunto FV, desde 1960, foram debatidos na pesquisa: 1) abordagem da manutenção do capital financeiro, que afirma que os ativos devem ser registrados com seus valores históricos para manter o valor nominal do capital colocado pelos proprietários da empresa; e 2) a necessidade de obter informação sobre os ganhos potenciais, bem como as perdas esperadas para os usuários, que se tornou dominante nos mercados de capitais desenvolvidos.

Essas questões levaram a pensamentos diferentes sobre o valor justo ou o valor de mercado atual, bem como sobre os convencionais conceitos de custos históricos na literatura contábil.

No final deste processo, diante de tantas dificuldades, o processo de mensuração com base no valor justo é adotado. Sua aplicação mais provavelmente tenha sido por incentivo às normas internacionais de contabilidade, afirma Akgun et al. (2011).

Como conclusão, apontou que a probabilidade das estimativas contábeis não refletir o mercado corrente expõem o risco da auditoria na produção de erros materiais, que poderiam afetar a decisão dos usuários.

Kumarasiri e Fisher (2011) justificaram sua pesquisa com o aumento da aplicação do *fair value accounting* nos relatórios financeiros, surgindo um leque de desafios para os auditores externos, particularmente em países em desenvolvimento. Com base na escassez de pesquisas explorando e debatendo o assunto, os autores procuraram identificar e analisar os

problemas e desafios enfrentados pelos auditores no contexto de um país em desenvolvimento.

A base da pesquisa foi a distribuição de um questionário em Siri Lanka, onde os auditores responderam questões sobre a importância do FVA, a relevância e as principais dificuldades apresentadas por esses profissionais. A perda do conhecimento técnico, a prevalência de um mercado inativo, fatores de complexidade externas para avaliar o FVA foram as bases do questionamento. A pesquisa identificou a falta de um treinamento adequado dos auditores e a falta de conhecimentos sobre o assunto. Essa pesquisa serviu de base para essa pesquisa.

Penman (2007) estudou as Deliberações do (IASB) e (FASB), e apontou que os Estados Unidos se concentraram em como os valores justos de ativos e passivos devem ser medidos. A questão de quando deve ser aplicado, em vez de como, surgiu como um dilema na mensuração do valor justo, e ainda está longe de ser resolvido, pensa o autor.

Os valores justos têm sido obrigatórios para alguns ativos e passivos decorrentes tanto por normativos do IASB quanto por padrões do FASB, mas é justo dizer que os princípios regem a aplicabilidade dos FV? Quando é apropriada a contabilidade de valor justo e quando não é? Ou, em termos de avaliação própria, em que circunstâncias é mais ou menos viável o valor justo?

Foi realizada uma pesquisa de público com declarações a favor e contra a contabilidade de valor justo por uma variedade de organismos de normalização, reguladores, analistas e preparadores.

As alegadas "desvantagens" geralmente apontam para os perigos do recurso a um modelo das estimativas do valor justo, em vez de marcação para o mercado, as preocupações sobre a introdução de excesso volatilidade em lucros, e efeitos de *feedback* (em práticas de crédito dos bancos, por exemplo), que podem danificar um negócio e, de fato, aumentam a sistemática do risco.

Uma visão antagônica é que poucos FVM (para os ativos e passivos bancários, por exemplo) realmente capturam a economia de uma empresa. Mas os defensores do valor justo argumentam que FV é uma medida econômica superior ao custo histórico.

Peecher et al. (2010) pesquisaram os efeitos benéficos da prestação de contas no processo de julgamento e tomada de decisões, e apontaram que o julgamento dos auditores externos melhorou os níveis de prestação de contas nesse processo.

Peytcheva e Wright (2010) examinaram o efeito de diferentes padrões contábeis sob a percepção dos auditores no processo de contabilidade, e identificaram empiricamente que

uma contabilidade baseada em princípios aumenta tanto a responsabilidade do processo quanto a motivação epistêmica entre os auditores com relação a uma contabilidade baseada em regras.

Motivação epistêmica é o desejo de obter uma compreensão completa e precisa do problema em questão (KRUGLANSKI, 1989; De DREU et al., 2006). Os altos níveis de motivação epistêmica induzidas por normas baseadas em princípios são, então, correlacionados a um melhor desempenho na decisão do auditor.

Nessa expectativa, baseada na discussão, é que as normas baseadas em princípios leva os indivíduos a se engajarem em profundidade em processamento de informação, sistemática esforçada (De DREU et al., 2006; De DREU et al., 1999) e, assim, aumentam a sua motivação para relatar a substância econômica sobre a forma.

2.5.3 Pesquisas nacionais sobre auditoria

No Brasil, destacam-se as pesquisas voltadas a avaliar o risco de auditoria, a qualidade da auditoria, mas a maioria trata do rodízio dos auditores. Entre essas pesquisas, ressaltamos as teses comentadas a seguir.

Carvalho (1996) realizou uma pesquisa precursora no tema, revisou os conceitos de risco de auditoria em instrumentos financeiros, comparou com os normativos e fez uma descrição dos controles internos existentes. Questionou se os procedimentos de auditoria são capazes de detectar, mensurar, alertar ou prevenir a administração da entidade auditada quanto às possíveis consequências de insucessos empresariais resultantes de instrumentos financeiros. Sua pesquisa demonstrou que avaliar risco é um exercício que se pratica discriminando-os por espécie, e avaliação do controle interno é um exercício de segmento operacional. Na análise do risco de instrumentos financeiros, apontou o conjunto de risco de mercado, risco de crédito, sistêmico operacional, de liquidez, de moeda e de taxa.

Antunes (2004) pesquisou o risco de auditoria com novo enfoque. Apresentou um modelo de avaliação de risco dos sistemas de controle internos de uma entidade utilizando a lógica nebulosa (*fuzzy logic*), para contemplar os elementos incertos e difusos que compõem as demonstrações contábeis. A pesquisa demonstrou que o modelo apresentado de avaliação de risco, além de eliminar a restrição binária imposta pela lógica clássica, permitiu tratar, de forma numérica e sistematizada, conceitos ambíguos e incertos, por meio da aplicação de uma escala psicométrica para refletir resultados como “bom” ou razoáveis para resultados mais próximos da realidade.

Braunbeck (2010) identificou potenciais determinantes de qualidade da auditoria no Brasil. Sua pesquisa utilizou o modelo Arruñada (1997). Os resultados alcançados apontaram que a qualidade da auditoria é inferior quanto maior é o conflito de agência entre controladores e não controladores, e quanto maior o tempo de relacionamento contínuo entre o auditor e a entidade auditada. Adicionalmente, as evidências empíricas coletadas indicaram que as firmas de auditoria denominadas “Big-N”, bem como os auditores especialistas nos seguimentos de auditoria de seus clientes, oferecem serviços de maior qualidade.

Dantas (2012) também realizou pesquisa sobre auditoria em instituições financeiras: determinantes de qualidade no mercado brasileiro, onde identificou os fatores determinantes da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores independentes nas instituições bancárias integrantes do SFN, contribuindo para o melhor conhecimento sobre o funcionamento do mercado de auditoria no mercado financeiro brasileiro. Em sua pesquisa utilizou *proxies*, para variáveis baseadas em modelos de gerenciamento de resultados relacionados à constituição de PCLD, reconhecimento, classificação e mensuração a valor justo de TVM e derivativos.

A presente pesquisa teve como foco a percepção dos auditores no Brasil sobre o *Fair Value Measurement* e apresenta características inéditas sobre o tema. Não foi encontrada qualquer pesquisa com esse foco na literatura nacional.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir com o aperfeiçoamento técnico e científico dos auditores, mas também contribuir com um estudo sob um tema abrangente, relevante e importante para a sociedade.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Com base nos objetivos, hipóteses e fundamentos teóricos objeto desse estudo, essa pesquisa pode ser classificada como analítico-descritiva, pois descreve o comportamento dos fenômenos para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão, e analítica, pois continua a pesquisa descritiva analisando e explicando porque ou como os fatos estão acontecendo. (GIL, 2009; COLLIS & HUSSEY, 2005)

Quanto à utilização da abordagem dos métodos e técnicas utilizadas, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa-quantitativa, pois possui características das duas abordagens:

- Qualitativa, com características para explicar o significado do resultado das informações obtidas por meio de questões abertas. Segundo Oliveira et al (2003), as abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretações das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos;
- Quantitativa, pois quantifica dados obtidos por meio de informações coletadas por meio de questionários, entrevistas, observações, assim como pelo emprego de recursos e técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. (OLIVEIRA, 2003).

3.2 Estratégia de Pesquisa

Martins e Theóphilo (2009) apresentam os aspectos técnicos da pesquisa na concepção de *design* (delineamento, planejamento, esboço, ou mesmo desenho).

O *design* envolve os meios técnicos da investigação, corresponde ao planejamento e estrutura da pesquisa em sua dimensão mais ampla, compreendendo tanto a diagramação quanto a previsão de coleta e análise de informações, dados e evidências.

Dessa forma, apresenta-se o delineamento da pesquisa, seguido pela população e amostra. Na sequência, demonstra-se a elaboração do construto e o instrumento de pesquisa. Também é apresentada a forma de coleta e o tratamento dos dados. Por fim, tem-se a representação gráfica da trajetória metodológica, além das limitações da pesquisa.

3.3 Delineamento da Pesquisa

Gil (2009) refere-se ao delineamento da pesquisa como o planejamento em sua dimensão mais ampla que envolve tanto a diagramação, quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados. Kerlinger (1980) define delineamento como a maneira pela qual um problema de pesquisa é concebido e colocado em uma estrutura que se torna um guia para a experimentação, coleta de dados e análise.

Dessa forma, o delineamento da pesquisa foi estruturado quanto ao objetivo, à abordagem e aos procedimentos. Quanto ao objetivo, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, pois procura obter dados para levar a um melhor conhecimento do assunto em questão, esclarecer uma situação percebida numa realidade específica e propor pesquisas futuras. A característica mais significativa, segundo Gil (2009), está na familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses para estudos futuros.

O objetivo é desafiador, no sentido de explorar uma situação *sui generis* onde a subjetividade devido às oscilações futuras pode comprometer a decisão presente. Entre as pesquisas exploratórias, Gil (2009) salienta aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo, levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Também são pesquisas exploratórias aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis. Dessa forma, considera-se a pesquisa nessa classificação, onde se busca levantar a percepção dos auditores independentes quanto à mensuração do valor justo de ativos financeiros.

Como procedimento metodológico para coleta de dados, informações e evidências busca-se a utilização da técnica de questionário ordenado e consistente, com perguntas a respeito das seguintes variáveis que se espera explicar, na opinião do auditor:

- a. as características de um reconhecimento do processo de *Fair Value Measurement*;
- b. identificação dos riscos de controle dos derivativos;
- c. principais problemas em relação as projeções financeiras;

- d. principais riscos inerentes ao derivativo;
- e. principais motivos de divergências de estimativas contábeis;
- f. melhoria no processo de auditoria de FVM;

3.3.1 População e Amostra

Oliveira et al. (2003) definem universo ou população como o conjunto de todos os elementos sob investigação; é o total de seres que apresentam alguma característica em comum. Complementam que amostra, por sua vez, é uma porção ou parcela convenientemente selecionada do universo (população), é um subconjunto do universo.

Como o objetivo da pesquisa é de buscar a percepção dos auditores independentes quanto à mensuração do valor justo de ativos financeiros derivativos, o campo de atuação é o mercado de capitais e o sistema financeiro regulado pelo Banco Central do Brasil, onde nem todo auditor está apto a exercer a essa função. Somente os auditores na condição de Responsável Técnico com registro na CVM.

Assim foi escolhida como população a relação de auditores independentes inscritos na CVM³⁶ com um total de 308 auditores ativos registrados no CNAI.

A CVM e o Conselho Monetário Nacional, conforme Resolução 3.198/04 exigem para cadastro de auditores que atuam nas áreas reguladas por esses órgãos o exame de qualificação técnicas. Para atender a essa exigência o CFC resolveu dispor, por meio da Resolução CFC nº 1.019/2005, o Cadastro Nacional de Auditores Independentes do Conselho Federal de Contabilidade (CNAI), como resposta à exigência da CVM e do CMN de realização de exame de qualificação para os auditores que atuam nas áreas reguladas por esses órgãos.

Esse exame é realizado por meio de prova específica, onde o responsável técnico, o diretor, o gerente, o supervisor ou qualquer outro contador integrante da equipe de auditores, com função de gerência, devem realizar e ser aprovado.

O exame deve ser renovado após um período não superior a 5 (cinco) anos, salvo para os que deixarem de exercer a atividade por período superior a dois anos, que estarão obrigados, nesta circunstância, a se submeterem a novo exame, e após a sua realização, obter o efetivo registro no CNAI.

³⁶ Comissão de Valores Mobiliários, entidade autárquica em regime especial vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo, estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária.

O CNAI tem por finalidade cadastrar todos os profissionais que atuam no mercado de auditoria independente, permitindo, assim, ao Sistema CFC/CRCs conhecer a distribuição geográfica desses profissionais, como atuam no mercado e o nível de responsabilidade de cada um, disponibilizando essas informações aos Conselhos Regionais para que estes possam fiscalizar o exercício profissional com mais eficácia.

3.3.2 Construto

Para a realização da pesquisa foi fundamental o processo de mensuração, sem o qual teria sido difícil analisar os fenômenos que ocorreram no desenvolvimento desta. Contudo, mensurar atitudes, opiniões ou percepções, é muito difícil. Pasquali (2010) enfatiza que desenvolver definições precisas dos conceitos que pretende pesquisar assegura que não haja ambiguidade de interpretação.

Martins e Theóphilo (2009) afirmam que um construto, ou uma construção, é uma variável, ou conjunto de variáveis, que se transformam em uma definição operacional robusta, que busca representar o verdadeiro significado teórico de um conceito.

Os conceitos, segundo Martins e Theóphilo (2009), são palavras que expressam uma abstração intelectualizada da ideia de um fenômeno ou de um objeto observado. Pode-se compreender a definição de um conceito como um processo que parte do meio em que se vive: estímulos dos sujeitos, objetos e acontecimentos geram impressões que são elaboradas pela mente intuitiva, resultando em percepções e que, por fim, são formulados os conceitos, constituídos de traços essenciais do percebido.

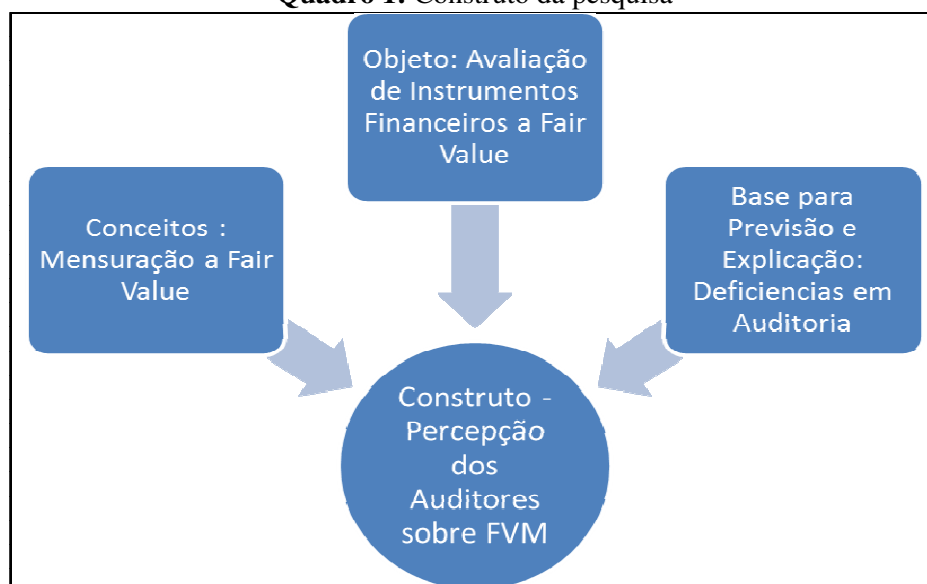
Paquali (2010) comenta que uma vez definidos os conceitos, o passo seguinte é a certificação da medição de maneira apropriada. Assim, o processo de mensuração envolve a especificação das variáveis que servem como substitutos aos conceitos (construtos).

Um substituto é uma variável que representa um único componente de um conceito mais amplo, tomados em conjunto, vários substitutos medem um conceito. (PASQUALI, 2010). A identificação de variáveis substitutas é importante, pois as variáveis fornecem os escores numéricos usados para medir os conceitos em termos quantitativos.

A mensuração envolve a atribuição de números para uma variável de acordo com certas regras definidas. Os números atribuídos devem refletir as características do fenômeno que está sendo mensurado. A mensuração é realizada por meio do uso de escalas. O uso da escala é um instrumento de mensuração contínua, pois não medem apenas a direção, mas também a intensidade. Para a elaboração do construto, Martins e Theóphilo (2009) afirmam

que deve haver 3 características fundamentais: 1) resumir os fatos observados, 2) constituir um objeto ideal para a pesquisa, isto é, promover o progresso da observação; e 3) constituir a base para a previsão e a explicação dos fatos.

Quadro 1: Construto da pesquisa

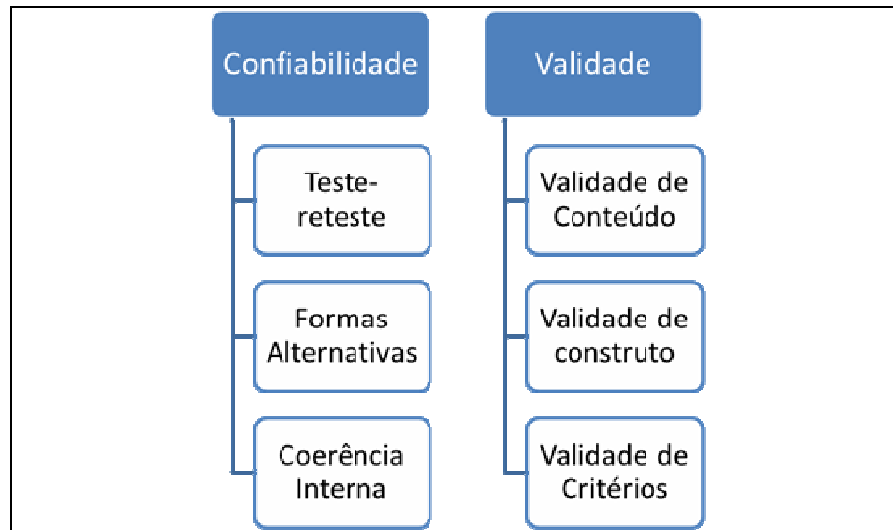


Fonte: elaborado pelo autor.

3.3.2.1 Critérios utilizados para avaliação de Escalas da Mensuração

Para validar essa pesquisa, seguiram-se os critérios de validação do construto, certificando-se de que as variáveis selecionadas pudessem representar e mensurar o conceito de maneira precisa e coerente, conforme Pasquali (2010). Segundo o autor, a precisão está associada com o termo validade, enquanto que a coerência está ligada ao termo confiabilidade.

Quadro 2: Critérios de validação do Construto



Fonte: elaborado pelo autor.

A confiabilidade está relacionada à coerência das descobertas da pesquisa. Assim, é importante que as questões estejam correlacionadas. (PASQUALI, 2010) Quanto mais fortes as correlações, maior a confiabilidade da escala. Para a escala ser confiável as perguntas devem ser respondidas de forma coerente, de uma maneira altamente correlacionada.

Os testes-reteste é outro teste que Pasquali (2010) qualifica para medir a confiabilidade obtida da mensuração repetida com o mesmo respondente ou grupo de respondentes, usando o mesmo instrumento de mensuração e sob condições semelhantes. O teste-reteste não foi utilizado devido a vários fatores limitantes que causavam problemas com o uso da confiabilidade desse teste como: depois da primeira utilização do teste, os respondentes podem ser influenciados e causar a insatisfação ao segundo teste. (Pasquali, 2010)

Outra questão é quanto aos fatores situacionais, tais como o modo como a pessoa se sente em um determinado dia e, finalmente, muitas vezes é difícil, e às vezes impossível, conseguir que as mesmas pessoas façam o teste duas vezes, principalmente auditores independentes, que possuem uma agenda muito cheia.

A confiabilidade de formas alternativas possui o mesmo problema do teste-reteste, e também devido questões práticas do público alvo não foi utilizado. Contudo, Pasquali (2010) e Martins e Theóphilo (2009) afirmam que a falta dos mesmos pode ser suprimida pela utilização da confiabilidade de coerência interna, onde é utilizado o alfa de coeficiente, também chamado de alfa de Cronbach. Para obter o valor, deve-se calcular a média dos coeficientes de todas as combinações possíveis das metades divididas. O alfa varia de 0 a 1.

Um nível aceitável de confiabilidade indica que as respostas das questões estão de maneira coerente. Kline (1999, apud FIELD, 2009) registra que, embora o valor comumente aceito de 0,8 seja apropriado para testes cognitivos como o teste de inteligência, para testes de habilidades um ponto de corte de 0,7 é mais adequado. Martins e Theóphilo (2009) também corroboram com a questão afirmando que quando o coeficiente é superior a 0,7 diz-se que há confiabilidade das medidas. A pesquisa apresentou um coeficiente de alpha de Cronbach de 0,74, confirmando o critério de confiabilidade das questões.

A validade é o ponto onde um construto mede o que deve medir. (MARTINS & THEÓPHILO, 2009). Para assegurar a validade da mensuração, segundo Pasquali (2010) pode-se usar uma ou mais de uma das seguintes abordagens:

- a) Validade de Conteúdo, ou *face validity* – envolve uma avaliação sistemática, mas subjetiva, da habilidade da escala para medir o que deve medir. A validação em geral envolve a consulta a uma pequena amostra de respondentes típicos e/ou especialistas para julgamento sobre a adequação dos itens escolhidos para representar o construto. Foi escolhido o Sr. Alexandre Dias Fernandes, Diretor de Auditoria da Empresa KPMG, uma das *Big Four*, indicado no mercado de auditores de instituições financeiras em instrumentos financeiros derivativos como especialista no assunto.
- b) O segundo especialista escolhido foi o Prof. Dr. José Alves Dantas, o qual possui estudos sobre o mercado financeiro.
- c) O terceiro especialista escolhido foi o Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, Professor Titular da UnB, o qual validou as questões sobre os aspectos estatísticos e de conteúdo.
- d) Validade de construto avalia o que o construto (conceito) ou escala está de fato medindo, e para avaliar a validade de construto, a pesquisa deve apontar a fundamentação teórica subjacente. Assim, a teoria é usada para explicar por que a escala funciona e como os resultados podem ser interpretados.

Buscaram-se como teorias que embasassem a pesquisa os conceitos e aplicações sobre o tema, e foram usados artigos científicos, documentos, resoluções e normas nacionais e internacionais sobre mensuração do *fair value*. Contudo, para maior robustez ao tema e de acordo com a lógica dos defensores, usou-se a Teoria dos Mercados Eficientes e hipóteses de expectativas racionais dos agentes.

A validade de critério avalia se um construto tem o desempenho esperado em relação a outras variáveis identificadas como critérios significativos. Para estabelecer a validade de critérios, a pesquisa precisa demonstrar que os escores obtidos a partir da aplicação da escala que está sendo validada conseguem prever escores obtidos em uma variável teoricamente dependente, denominada de variável de critério.

Sete variáveis foram escolhidas para esse critério de identificação:

- a) conhecimento e qualificação do *fair value measurement*;
- b) controle gerencial de operações com instrumentos financeiros;
- c) identificação das dificuldades nas projeções das informações financeiras,
- d) importância da hierarquia do valor justo;
- e) o fator de risco inerente dos derivativos;
- f) motivos das principais divergências;
- g) melhorias no processo de auditoria.

3.3.3 Instrumento de Pesquisa

O questionário é um importante e popular instrumento de coleta de dados para uma pesquisa social (MARTINS & THEÓPHILO, 2009). Os autores consideram como um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever.

Para o público alvo objeto dessa pesquisa foi elaborado um questionário com questões elaborada para identificar os pontos deficitários em auditoria de instrumentos financeiros avaliado a *fair value*.

Na qualificação do projeto de pesquisa foi realizado um pré-teste com 10 auditores para ajustes e mudanças nas questões formuladas. Inicialmente foi elaborado um total de 55 questões divididas nos polos temáticos sobre as deficiências identificadas pelo PCAOB nas auditorias de *imparment* e de instrumentos financeiros avaliados a *fair value*.

Como resultado desse trabalho, foram identificadas algumas falhas de interpretação, inconsistências, complexidades e ambiguidades nas questões formuladas. Verificadas as falhas, o questionário foi reformulado e ajustado para 25 questões. Pasquali (2010) comenta que um bom construto deve possuir cerca de 20 itens para ser bem representado.

3.3.4 Análise semântica dos itens

A análise semântica dos itens tem como objetivo verificar se todos os itens são compreensíveis para todos os membros da população a qual o instrumento se destina. Nessa fase, duas preocupações foram relevantes:

1. Verificar se os itens são inteligíveis para o estrato mais baixo (de habilidade) da população meta e, para isso, a amostra para essa análise deve ser feita com esse estrato. A população escolhida foram os auditores independentes, com um corte de carreira para auditores sócios, gerentes e seniores, com tempo de serviço acima de 4 anos, com conhecimentos razoáveis de classificação contábil. Em um novo estrato da população, foram selecionados alguns auditores seniores com esses conhecimentos que pudessem opinar se os itens estavam claros e com fácil compreensão.

2. Outra preocupação foi a de evitar falta de objetividade na formulação dos itens, onde a análise semântica deveria ser feita também com uma amostra mais sofisticada (de maior habilidade) da população meta para garantir a chamada “validade aparente” do teste.

Apesar da preocupação dos dois pontos, também foi avaliado com cuidado a magnitude do atributo que os itens se referiam e, para isso, foi aplicado em um pequeno grupo de auditores, sendo dois da KPMG, um da PWC e dois respondentes de empresas inscritas na CVM, com CNAI, para uma situação de *brainstorm*.

Essa metodologia de trabalho foi muito eficiente para o resultado final.

3.3.5 Análise dos juízes

Essa análise é chamada de análise do conteúdo, mais propriamente chamada de análise de construto, onde se busca avaliar se os itens estão se referindo ou não ao traço em questão. O objetivo é buscar a opinião dos juízes sobre a compreensão verbal e fluência verbal e correlação das questões.

A análise foi realizada com o mesmo grupo, o qual opinou sobre os pontos divergentes nas questões. Com a realização da análise dos juízes foi elaborada a validação estatística do construto.

Depois dessa fase, foram corrigidas as falhas com base na opinião do grupo. Foi ajustado de forma que indicasse o aprimoramento e o aumento da confiabilidade e validade do instrumento.

Dessa forma, depois de completados os procedimentos na construção do instrumento de medida, foi obtido um questionário sobre a avaliação de instrumentos financeiros na percepção do auditor independente, que atendesse aos requisitos teóricos e empíricos.

3.3.6 Coleta e tratamento de dados

No encaminhamento das questões, optou-se pelo questionário eletrônico utilizado pela ferramenta *surveymonkey*, devido às vantagens que hoje são encontradas nessa ferramenta, entre elas: maior velocidade e possibilidade de distribuição para um grande número de potenciais respondentes.

Ao enviar o questionário foi elaborado um texto para explicar o objetivo da pesquisa, a finalidade e a fonte dos artigos e publicações que serviram de referencial teórico. As questões foram elaboradas em escalas sociais e de atitudes, de forma a identificar a opinião dos auditores e atender o objetivo da pesquisa.

Dessa forma, para a coleta de dados, foi elaborado em cada questão um enunciado com ênfase no uso da informação contábil em uma escala crescente, atribuindo-se peso para cada enunciado e assim avaliar como o auditor se comporta diante das questões.

Martins e Theóphilo, (2009, p. 95) comentam que uma escala é confiável quando, aplicada a uma mesma amostra, produz sistematicamente os mesmos resultados.

As escalas sociais e de atitudes consistem basicamente em uma série graduada de itens (enunciados) a respeito de uma situação, objeto ou representação simbólica. Assim, foi solicitado ao respondente que assinalasse o grau que melhor representasse sua percepção a respeito do objeto de análise para cada item que compõe o instrumento. Como o objetivo das escalas sociais é possibilitar o estudo de opiniões e atitudes de forma precisa, o principal problema foi transformar fatos habitualmente entendidos como qualitativos em quantitativos.

Para isso, a pesquisa utilizou a ferramenta de escala métrica frequentemente usada nas pesquisas quantitativas. A escala escolhida foi a de Likert, ou escala de classificação somadas, para mensurar atitudes ou opiniões, tradicionalmente usando entre cinco e sete pontos para avaliar a intensidade com que alguém concorda ou não com um conjunto de afirmações. Desenvolvida por Rensis Likert, no início dos anos 30, sob a teoria organizacional, que

consiste em um conjunto de itens apresentados em forma de afirmações, ante os quais solicita ao respondente que externar sua opinião escolhendo um dos cinco pontos (ou mais ou menos) na escala.

A cada ponto, associa-se um valor numérico. Assim, o pesquisador obtém uma pontuação para cada item, e o somatório desses valores (pontos) indicará sua atitude favorável ou desfavorável, em relação ao objeto.

As questões desenvolvidas para essa pesquisa foram qualificadas como positivas de ordem crescente, elaboradas de forma a identificar qualitativamente a opinião do auditor sobre os seguintes pontos:

- a) o primeiro bloco refere-se à qualificação do auditor;
- b) no segundo bloco, reconhecimento do *fair value measurement*;
- c) no terceiro bloco os conceitos de controle gerencial derivativos;
- d) no quarto bloco, as dificuldades nas projeções das informações financeiras;
- e) no quinto bloco, a importância da hierarquia do valor justo;
- f) no sexto bloco a gestão de risco dos derivativos;
- g) na sequência, as possíveis divergências de estimativas contábeis pela auditoria e pela administração;
- h) e o último bloco, um possível aprimoramento de procedimentos de auditoria.

As questões tiveram as seguintes escalas de pontuação, sendo a direção favorável positiva:

Tabela 1 – Pontuação das questões

1 para a alternativa:	() Discordo Totalmente
2 para a alternativa:	() Discordo Parcialmente
3 para a alternativa:	() Nem discordo e nem concordo
4 para a alternativa:	() Concordo Parcialmente
5 para a alternativa:	() Concordo Totalmente

Fonte: elaborado pelo autor.

3.3.7 Instrumento de Pesquisa – *Survey*

O *survey* foi dividido em 4 grupos a fim de obter um melhor resultado sobre a escolha das principais características sobre a mensuração do valor justo na opinião do auditor independente.

- a) O primeiro grupo buscou apontar as **principais deficiências** no processo de reconhecimento de ativos financeiros a *fair value* envolvendo as questões 7, 8, 9, 10, 11 e 12.
- b) O segundo grupo buscou **apontar as possíveis divergências** no processo de avaliação de estimativas contábeis entre o auditor e a administração da empresa e o seu resultado final. Questões 13 e 14.
- c) O terceiro grupo buscou **apontar as possíveis melhorias dos procedimentos** de auditoria na avaliação dos ativos financeiros a *fair value*. Questão 15.
- d) O quarto grupo buscou apontar as variáveis escolhidas na pesquisa que podem **umentar o risco de auditoria**. Questão 8, 11,12 e 15.

O primeiro Grupo denominado como as **principais deficiências** teve como questões:

Questão 7 – Reconhecimento do *fair value* dos instrumentos financeiros

- 7.1** Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados;
- 7.2** Os princípios básicos de controle aplicados a outras atividades empresariais financeiras não devem ser os mesmos aplicados com operações com derivativos;
- 7.3** Existe uma dificuldade inerente em afirmações de mudança material no valor dos derivativos;
- 7.4** Os *inputs* não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação;
- 7.5** O sistema tecnológico e a dificuldade de identificação dos controles dos riscos envolvidos são um problema enfrentado por várias instituições financeiras.

Questão 8 – Controle Gerencial Risco de Controle

- 8.1** Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de instrumentos financeiros;
- 8.2** É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa;
- 8.3** Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante do que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado.

Questão 9 – Dificuldade na Projeção de informações contábeis

9.1 O problema de avaliação envolvendo subjetividade são as condições futuras, transações ou eventos cujos resultados são incertos;

9.2 O maior problema da mensuração do valor justo é a instabilidade do mercado acionário e de capitais.

Questão 10 – Hierarquia do Fair Value

Questão 11 Risco Inerente

11.1 Análise em tempo real – tempestividade;

11.2 Verificação dos limites individuais – limites de riscos estabelecidos;

11.3 Abordagem proativa – análise do comportamento futuro de preços e taxas;

11.4 Simulações e testes – testes de stress.

Questão 12 Risco Inerente

12.1 Volatilidade dos produtos;

12.2 Comportamento futuro dos preços e taxas;

12.3 Alavancagem dessas operações – lucros ou prejuízos;

12.4 Variações do Mercado.

O segundo grupo, denominado como **possíveis divergências**, buscou apenas uma afirmativa ou negativa de ocorrência:

a) Questão 13 – Divergência de Opinião de Estimativa Contábil

b) Questão 14 – Causa da Divergência

14.1 Divergências irrelevantes;

14.2 Justificadas a ponto de convencer a opinião;

14.3 Mantidas as divergências e emitindo sua opinião com ressalva.

O terceiro grupo com as **possíveis melhorias dos procedimentos de auditoria** apontadas pelos próprios auditores sobre o processo de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros a *fair value*.

15.1 Ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de auditoria de mensuração de valor justo;

15.2 Ausência de ceticismo profissional dos auditores suficiente para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos financeiros;

15.3 Ausência de envolvimento de especialistas em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.

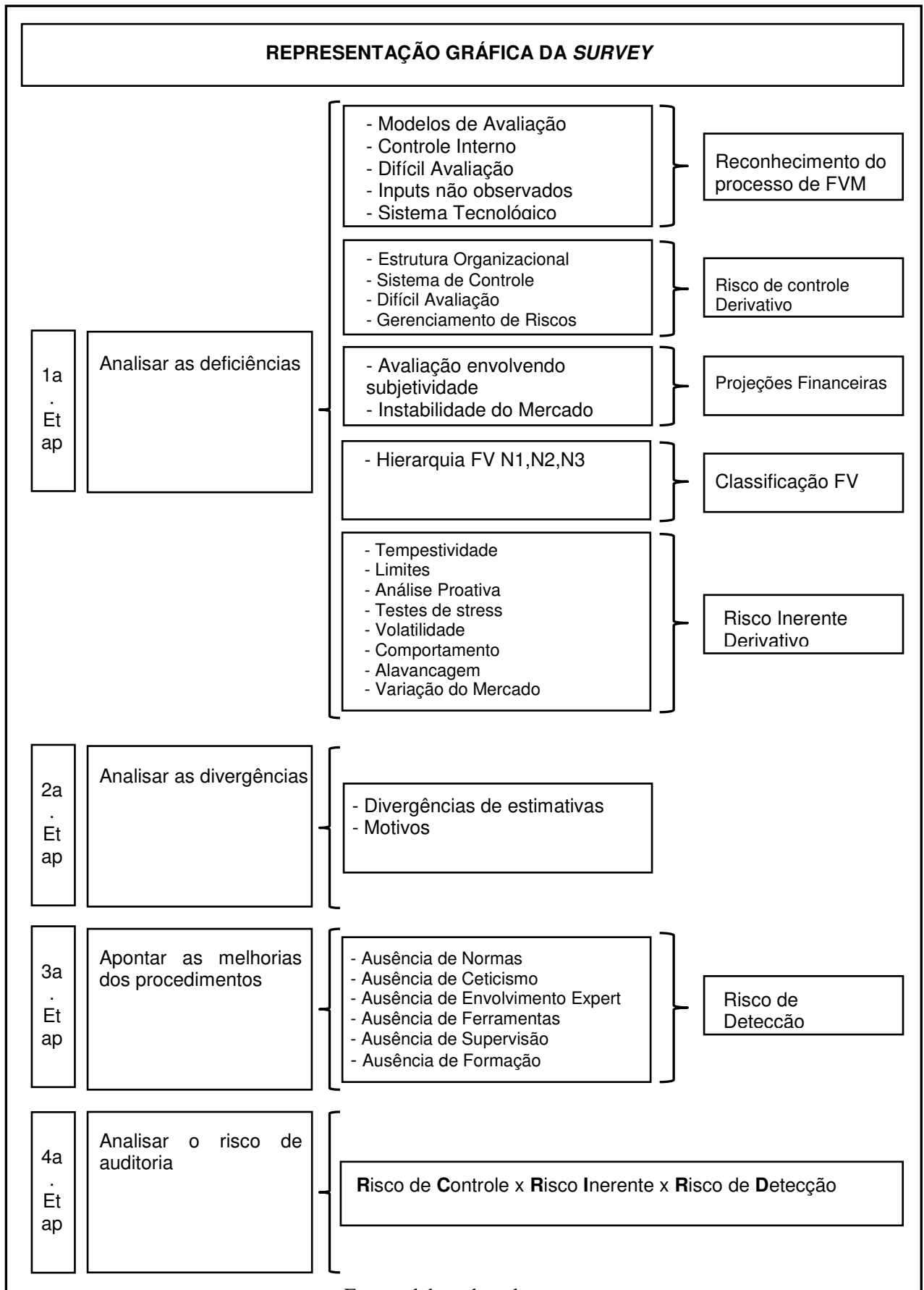
15.4 Ausência de ferramenta disponível no mercado para auxiliar as equipes de auditoria em testar os modelos de precificação de ativos financeiros.

15.5 Falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissional experiente em auditoria de FVM;

15.6 Formação acadêmica nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM, considerando a auditoria de demonstrações contábeis uma atividade privativa de contador.

O quarto grupo, como uma avaliação do processo de risco de auditoria com base nas variáveis da pesquisa, foi denominado como os fatores que podem aumentar o risco de auditoria assim classificados pela fórmula $RA = RC \times RI \times RD$.

3 – Representação Gráfica da Survey



Fonte: elaborado pelo autor.

3.3.8 Distribuição da Pesquisa – *Survey*

Para a distribuição da pesquisa, foi utilizada a ferramenta que fornece questionários gratuitos e *software* de questionários a *surveymonkey* por meio do sítio: <https://pt.surveymonkey.com>, devido à confiança existente no mercado e pela agilidade e eficácia que o programa proporciona.

Posteriormente foram coletados os endereços eletrônicos de todos os auditores inscritos no sítio da CVM: www.cvm.gov.br, seção contabilidade e auditores, cadastro e *download*, sendo encaminhada a solicitação de colaboração com a pesquisa explicando a forma de sigilo e coleta de dados e, posteriormente, solicitado pessoalmente, por meio de ligação telefônica a 20% dos auditores e firmas de auditoria (aproximadamente 75), que respondessem ao questionário enviado por e-mail, explicando todas as características de sigilo, de avaliação e objetivo da pesquisa.

Conjuntamente foi solicitado ao Presidente do CRC-DF na época, sr. Adriano de Andrade Marrocos, por meio de carta assinada pelo então Coordenador de Curso de Pós Graduação em Ciências Contábeis, que divulgasse a pesquisa aos auditores inscritos na CNAI-DF. A solicitação foi atendida sendo divulgado nos meios de comunicação do CRC-DF. (Apêndice 2.2)

Outra solicitação foi feita junto ao IBRACON, por meio de carta de encaminhamento assinada pelo então Coordenador de Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, e também orientador dessa pesquisa, Professor Dr. Jorge Katsumi Niyama. (Apêndice 2)

Contudo, apesar dos esforços empregados, pouco foi o retorno alcançado na pesquisa. Obtendo apenas 10 respondentes.

Dessa forma, foi solicitado diretamente a duas das big four instituídas em Brasília, KPMG e PWC, que ajudassem na distribuição da pesquisa e, assim, foi percebido um pequeno aumento na participação da pesquisa.

Por meio de pesquisa na internet foi identificado o sítio <http://www.linkedin.com/home>, utilizado principalmente por profissionais executivos, denominado LINKEDIN, onde seu principal objetivo é permitir que usuários registrados possam manter uma lista detalhada de contatos de pessoas que interagem e que confiam nas empresas cadastradas.

Dessa forma, foi feito o registro inicial no sítio, e realizada uma pesquisa da qualificação dos auditores, sendo verificado individualmente o perfil de mais de 400 auditores independentes em todo o Brasil e no exterior, entre esses, sócios, gerentes e seniores das

maiores empresas de auditoria, auditores de avaliação de riscos, auditores específicos em instrumentos financeiros derivativos e auditores de bancos.

Para os 264 auditores independentes que possuíam a qualificação julgada necessária para responder à pesquisa, ou seja, possuíam históricos de auditoria em Instituições Financeiras, foi encaminhado o link:

<https://pt.surveymonkey.com/s/F9THWJC>, entre esses:

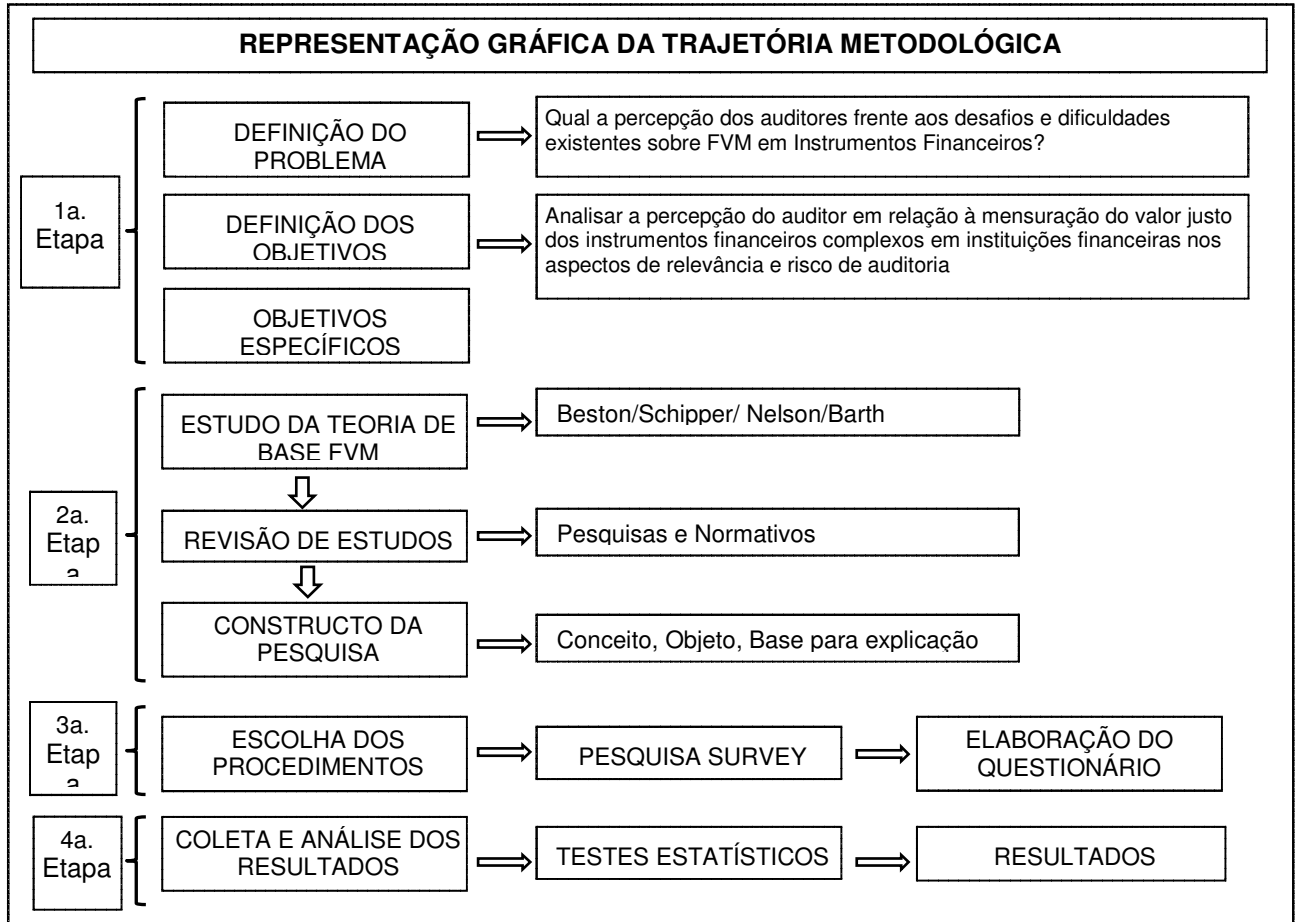
- a) 122 auditores da KPMG Auditores Independentes;
- b) 53 auditores da PriceWaterHouse (PWC);
- c) 39 auditores da Deloitte Touche Tohmatsu Limited;
- d) 25 auditores da Ernst & Young Global Limited (EY);
- e) 4 auditores da Baker Tilly Brasil (hoje a 5ª maior empresa de auditoria);
- f) 2 auditores da BDO Auditores Independentes;
- g) 17 auditores de Bancos entre eles:
 - a. 5 auditores do Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil – SICCOOB;
 - b. 3 auditores do Banco do Brasil AS;
 - c. 3 auditores da Caixa Econômica Federal – CEF;
 - d. 2 auditores do Banco Central do Brasil – BACEN;
 - e. 2 auditores do Banco Mercantil do Brasil – BMB;
 - f. 2 auditores do Banco SAFRA.
- h) 2 auditores de outras empresas de auditoria

O cadastro nesse sítio permitiu identificar o estado, a região e o país do auditor conectado, sendo 90 identificados de São Paulo, 31 do Rio de Janeiro, 7 de Nova Iorque, 2 de Londres, Brasília, com 58 respondentes, Belo Horizonte com 31; Goiânia com 16; Curitiba com 10; Salvador com 5 auditores; João Pessoa com 8, Fortaleza com 4 auditores, Recife com 2 auditores.

Com todos os esforços empregados para a coleta de dados de todos os auditores conectados, foi obtido um retorno de 23,49%, representando uma amostra de 62 respondentes, sendo considerada satisfatória devido às dificuldades na obtenção de respondentes qualificados.

3.4 Representação Gráfica da Trajetória Metodológica

Quadro 4 – Representação Gráfica da Metodologia



Fonte: elaborado pelo autor.

3.5 Limitações da Pesquisa

Por mais que se tentasse revestir a análise e a interpretação de dados de procedimentos metodológicos com o rigor necessário, a pesquisa apresentou algumas limitações.

A primeira, devido à quantidade de respondentes, que por mais que se empregassem esforços na obtenção de um número maior, não foi possível obter mais que 62 respondentes com validação de apenas de 60.

A segunda, como era esperada em uma pesquisa qualitativa, não foram obtidos dados normais e com isso a impossibilidade de aplicação de testes mais robustos de análise inferencial estatística, em alguns casos.

Devido à pequena quantidade de respondentes do sexo feminino, quantidade muito inferior ao sexo masculino, não foi possível a realização de comparação com esse grupo. Uma

ferramenta que seria utilizada na comparação das respostas desse grupo seria o teste de Wilcoxon.

Limitações quanto ao acesso a informações em documentos como em *workpapers*, envolvendo planejamento de trabalho de auditoria, consulta sobre fiscalização em empresas de auditoria pela CVM ou BACEN eram óbvias, pois as empresas de auditoria e os órgãos normalizadores não disponibilizariam acesso sob efeito de ética e sigilo.

Outras limitações foram apontadas na parte teórica, devido à complexidade do estudo envolvendo um tema subjetivo, com muitas correntes e um conceito que, entende-se, está ainda em formação.

4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são descritos os procedimentos utilizados na pesquisa para a coleta e posterior análise dos dados do questionário aplicado. Para análise dos dados foi utilizado o *software* SPSS 13.5 (*Statistical Package for the Social Science*) e a planilha eletrônica Excel, registrando as análises em forma descritiva, simples e cruzada, com a finalidade de estabelecer relações entre o problema apresentado com relação à identificação da opinião do auditor da avaliação dos instrumentos financeiros a *fair value*.

No segundo momento foram aplicados os testes estatísticos experimentais, onde foram analisados os testes não paramétricos.

4.1 Análise Descritiva

4.1.1 Análise descritiva do perfil do respondente

No primeiro momento foi importante conhecer os dados demográficos dos respondentes, como gênero, idade, grau de instrução, área de formação e qualificação do auditor para, posteriormente, utilizar escalas e mapear o perfil dos respondentes. Os dados demográficos se apresentam da seguinte forma:

Quanto ao gênero, 87% da amostra são do gênero masculino, com 52 representantes. Apesar de buscar uma paridade nos respondentes, a maioria dos participantes da pesquisa foi do gênero masculino. (Apêndice Gráfico Q1 Sexo).

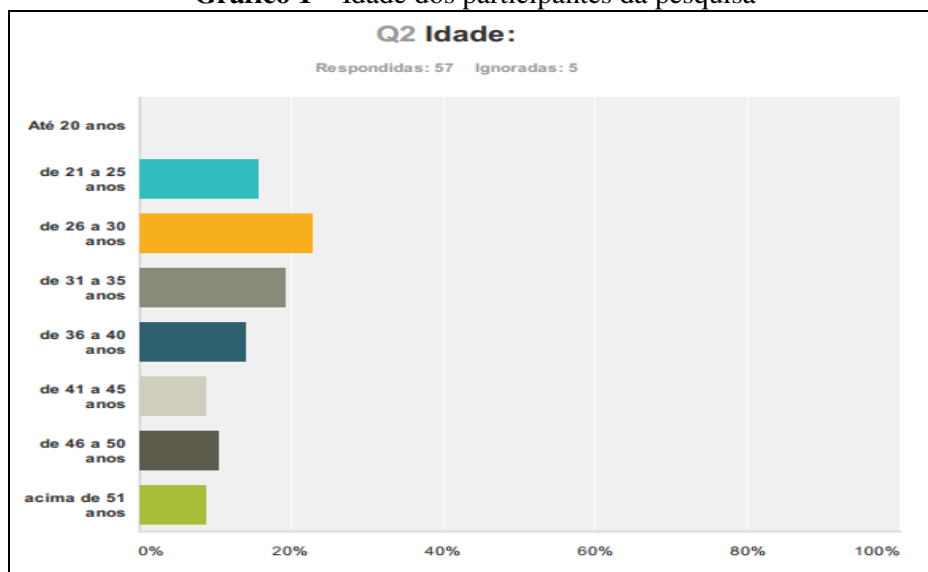
Tabela 2 – Gênero dos participantes da pesquisa

Opções de resposta	Respostas	
Masculino	86,67%	52
Feminino	13,33%	8
Total		60

Fonte: elaborado pelo autor.

Como critério de seleção, optou-se por um corpo funcional com maior experiência, com conhecimento específico em investimentos financeiros e com experiência em avaliação de ativos. Foi obtido um número expressivo de respondentes na faixa etária entre 26 a 35 anos, onde se consolida praticamente a carreira de auditor e onde se concentra a maior parte de auditores no cargo funcional de gerente de auditoria.

Gráfico 1 – Idade dos participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

Para uma melhor análise do perfil dos auditores, em alguns testes, a amostra foi dividida em dois grupos de faixa etária, sendo o primeiro até 35 anos e o segundo, acima dessa idade:

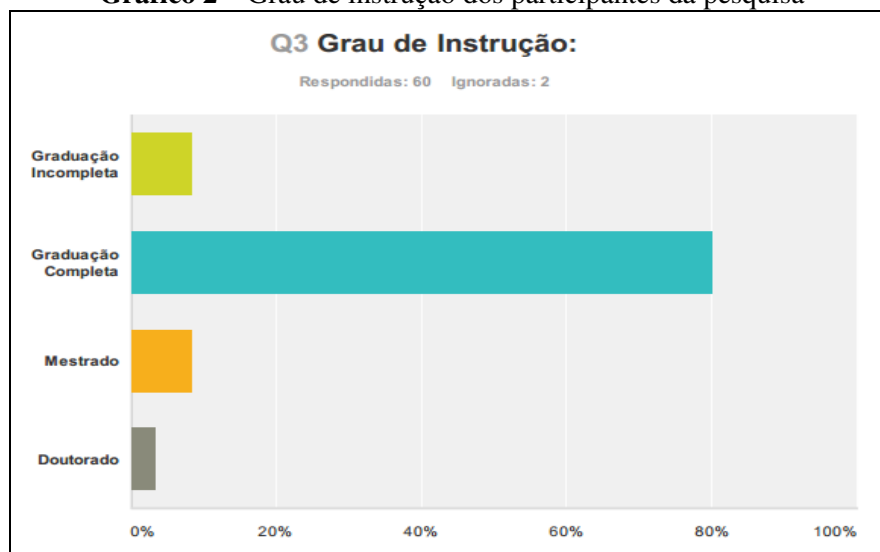
Tabela 3 – Frequência e percentual por idade

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Válido	até 35 anos	27	45,0	52,9	52,9
	acima de 35 anos	24	40,0	47,1	100,0
	Total	51	85,0	100,0	
Perdidos	Pelo Sistema	9	15,0		
	Total	60	100,0		

Fonte: elaborado pelo autor.

O conhecimento e a experiência foram fundamentais na escolha dos respondentes, sendo obtido um total de 78% de auditores com graduação completa, 8% de auditores com mestrado e 3% de auditores com doutorado. (**Gráfico 2 – Grau de Instrução dos participantes da pesquisa**)

Gráfico 2 – Grau de instrução dos participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

Complementando o quadro de formação dos respondentes, buscou-se conhecer a formação acadêmica dos auditores, onde se presume que a formação seja em sua maioria de contadores. A hipótese foi confirmada sendo identificado que a maioria é do curso de Ciências Contábeis, com 81% dos respondentes; 12% formados no curso de Administração; 5% formados no curso de Economia e 2% formados no curso de Direito. Contudo, foi identificado um pequeno número de auditores na função de assistentes em auditoria com formação incompleta³⁷. (Tabela 4 – Formação acadêmica dos participantes da pesquisa).

Tabela 4 – Formação acadêmica dos participantes da pesquisa

Opções de resposta	Respostas	
Administração	12,28%	7
Ciências Contábeis	80,70%	46
Economia	5,26%	3
Direito	1,75%	1
Total		57

Fonte: elaborado pelo autor.

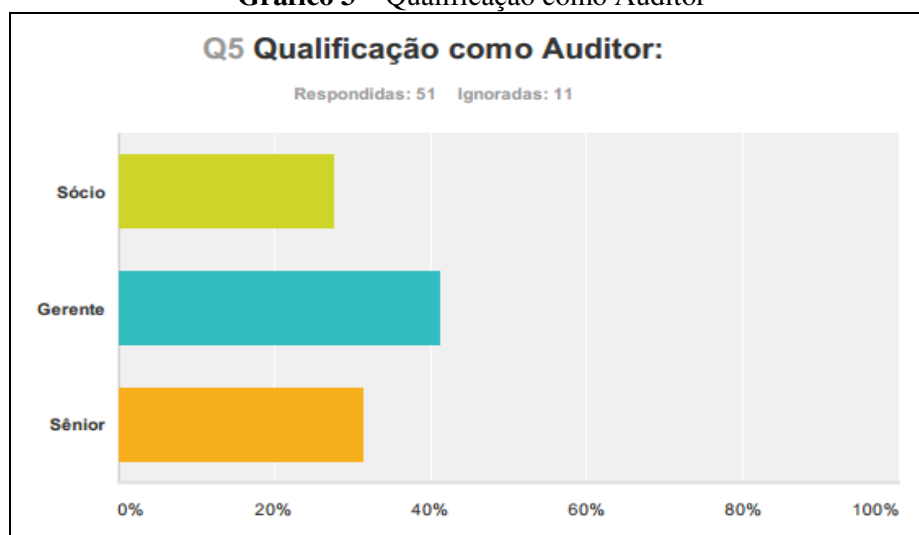
A qualificação como auditor foi uma questão muito importante para mapear o perfil dos respondentes. Presumia-se que auditores que estivessem em formação, não teriam, ainda,

³⁷ O formulário de pesquisa não restringiu a participação de profissionais de auditoria que não concluíram os cursos de graduação.

o conhecimento necessário para analisar questões impostas pela pesquisa, devido seu alto grau de subjetividade, risco e experiência que esperava.

Outra preocupação quanto aos respondentes seria em relação à função exercida, pois como o assunto é controverso, seria necessária a obtenção de um profissional que tivesse mais experiência na carreira e que tivesse um conhecimento sobre a estrutura das instituições financeiras, conhecimento sobre o mercado financeiro e de capital, conhecimento sobre a importância da classificação de instrumentos financeiros e que participasse diretamente da cúpula da empresa para traçar as metas e objetivos existentes. Assim, no questionário foram informados apenas 3 funções de carreira do auditor: sócio, gerente e sênior.

Gráfico 3 – Qualificação como Auditor



Fonte: elaborado pelo autor.

A amostra foi composta por 14 sócios de empresas de auditoria (28% da amostra); 21 gerentes de auditoria (41% da amostra) e 16 sêniores (31% da amostra). Obtendo-se uma amostra como fora planejado, envolvendo auditores com experiência e tempo de serviço, fortalecendo a questão de consistência e conhecimento das respostas. Contudo, dos 60 respondentes, 11 declararam-se em outras qualificações profissionais como Vice-presidentes, auditores pleno, supervisores e coordenador de auditoria. Dessa forma o sistema computou apenas 51 respondentes.

Tabela 5 – Qualificação dos participantes da pesquisa

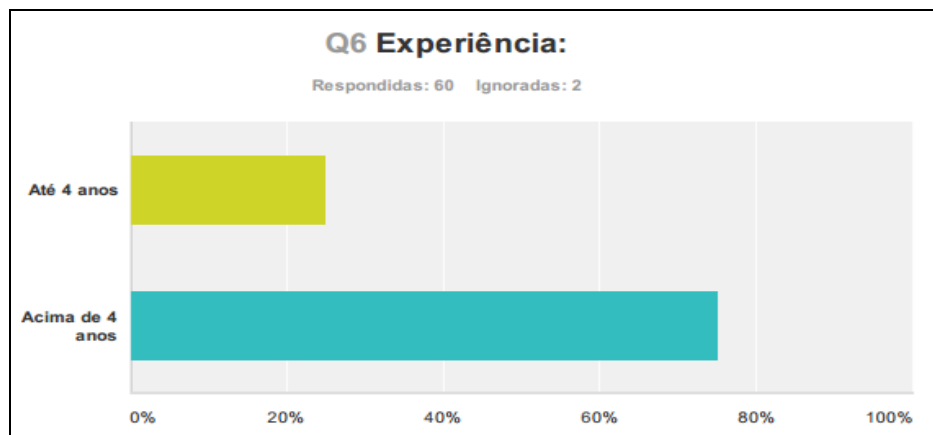
Opções de resposta	Respostas	
Sócio	27,45%	14
Gerente	41,18%	21
Sênior	31,37%	16
Total		51

Fonte: elaborado pelo autor.

Para ajustar a questão, esses 11 respondentes foram realocados nas funções de sócio, gerentes e sênior, pois acredita-se que na carreira funcional a diferença em escala entre presidentes, coordenadores etc não seria significativa para a pesquisa. Mesmo com o ajuste mantiveram-se as funções com mais respondentes gerente, sênior e sócio. (Tabela 5 – Qualificação dos participantes da pesquisa)

Como tempo de experiência na área, a pesquisa solicitou uma divisão entre até 4 anos e acima de 4 anos, onde pressupõe-se uma formação básica de experiência na carreira funcional, quando 78% dos auditores, representando 47 auditores, possuíam uma experiência acima de 4 anos de carreira.

Gráfico 4 – Experiência dos participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

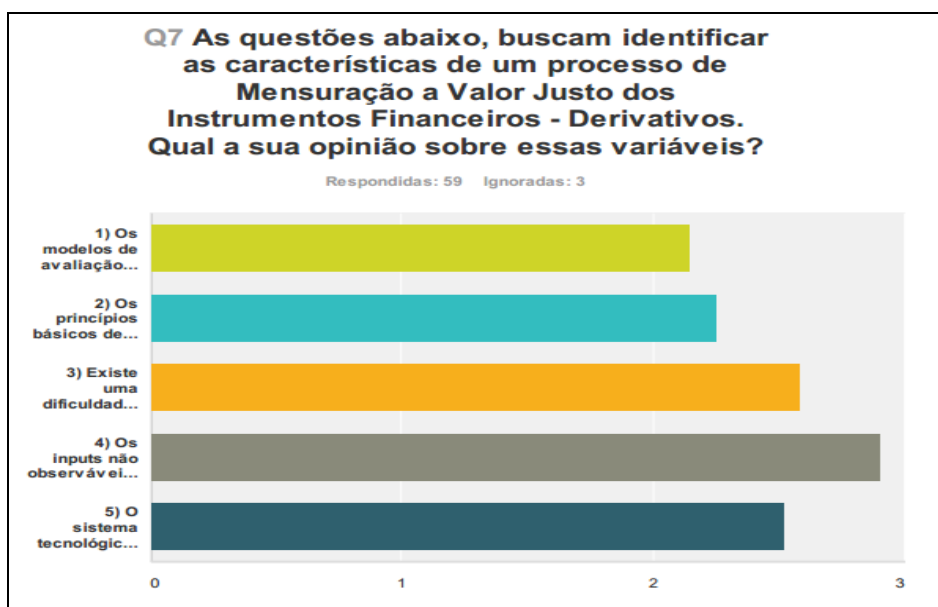
A amostra foi considerada satisfatória com conhecimento razoável e experiência adequada para responder às questões específicas da pesquisa, tendo em vista a formação técnica dos respondentes e seus cargos funcionais.

Outra questão considerada favorável foi o percentual representativo obtido dos respondentes, tendo em vista o quadro de registro dos auditores independentes habilitados com CNAE na CVM representar menos que 300 registros, o que significa uma amostra de mais de 20% dos auditores cadastrados no órgão normativo.

4.1.2 Análise descritiva das questões sobre a relevância, estimativa contábeis e risco de auditoria sobre o valor justo

Após a qualificação da amostra buscou-se conhecer a opinião dos auditores independentes quanto às características de mensuração e reconhecimento do *fair value measurement*.

Gráfico 5 – Características da Mensuração a *Fair Value*



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 6 – Características de Mensuração do Fair Value

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total	Avaliação média
1) Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados.	3,39% 2	30,51% 18	16,95% 10	47,46% 28	1,69% 1	59	2,14
2) Os princípios básicos de controle aplicados a outras atividades empresariais financeiras não devem ser os mesmos aplicados com operações com derivativos	6,78% 4	27,12% 16	18,64% 11	25,42% 15	22,03% 13	59	2,25
3) Existe uma dificuldade inerente em afirmações de mudança material no valor dos derivativos.	1,69% 1	8,47% 5	16,95% 10	52,54% 31	20,34% 12	59	2,58
4) Os inputs não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação;	1,69% 1	8,47% 5	10,17% 6	47,46% 28	32,20% 19	59	2,90
5) O sistema tecnológico e a dificuldade de identificação dos controles dos riscos envolvidos é um problema enfrentado por varias instituições financeiras.	1,72% 1	13,79% 8	22,41% 13	25,86% 15	36,21% 21	58	2,52

Fonte: elaborado pelo autor.

1. Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados?

– 28 auditores independentes representando 47% da amostra responderam que concordavam parcialmente com a afirmação, e 18 auditores, representando 30%, responderam que discordavam parcialmente, demonstrando uma leve tendência a considerar os modelos de avaliação aplicados como consistentes e adequados. 17% da amostra não concordaram e nem discordaram da questão. Acredita-se que nessa questão o auditor tenha sido mais conservador devido à subjetividade inerente. A literatura constata que os modelos de avaliação são robustos, o que não impede de ocorrer erros de estimativas devido a fatores externos. (Item 2.3.4 – Análise da confiabilidade das premissas da administração).

2. Os princípios básicos de controle aplicados a outras atividades empresariais financeiras não devem ser os mesmos aplicados com operações com derivativos.

– 16 auditores responderam que discordam parcialmente da questão, representando 27% da amostra. 15 auditores responderam que concordam parcialmente,

representando 25%. 13 auditores concordam plenamente representando, 22%, e 11 auditores nem concordaram e nem discordaram da questão. Observou-se um impasse na questão, sendo considerada importante para análise de risco. Talvez um fato de difícil afirmação seja os controles internos diferentes dos controles externos.

Lopes (2011) comenta que para mitigação do risco de derivativos, os controles devem ser específicos, não podendo ser equiparados com controles às demais atividades empresariais.

3. Existe uma dificuldade inerente em afirmações de mudança material no valor dos derivativos.

– 31 auditores responderam que concordam parcialmente com a questão, representando 52% da amostra; 12 auditores responderam que concordam plenamente, representando 20%, e 10 auditores responderam que nem concordam e nem discordam da questão, representando 17%. A maioria da amostra concorda com uma dificuldade de afirmações de mudança material no valor dos derivativos. A flutuação do valor dos derivativos é associada com a volatilidade do mercado que pode ocorrer por motivo de diversas variáveis exógenas e endócrinas. Talvez a subjetividade do processo possa ter interferido nas respostas. (Ver item 1.2.3 – Os critérios de estimativa contábil.)

4. Os inputs não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação.

– Questão apontada como a principal característica de um processo de avaliação de ativos derivativos a valor justo (item 2.2.7 – *Inputs* para os métodos de avaliação), sendo que 28 auditores independentes concordaram parcialmente com a questão, representando 47% da amostra e 19 auditores concordaram plenamente, representando 32%. Aproximadamente 79% da amostra concorda que os *inputs* não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação, confirmando

a H1, sob o aspecto da relevância da métrica, a subjetividade inerente ao processo de avaliação³⁸.

5. O sistema tecnológico e a dificuldade de identificação dos controles dos riscos envolvidos é um problema enfrentado por várias instituições financeiras.

– Questão apontou uma dificuldade de sistemas organizacionais e de controle para identificação imediata de controles internos referentes aos riscos de flutuação existentes sobre os derivativos. 21 auditores concordaram plenamente com a questão, representando 35%; 15 auditores concordaram parcialmente, representando 25%.

No segundo bloco da pesquisa, o objeto foi o apontamento de um sistema de controle dos instrumentos financeiros derivativos em instituições financeiras que fosse eficaz no atendimento às necessidades de informação de seus usuários, garantindo, assim, as condições necessárias para um controle de risco. Foram elaboradas 3 questões.

Esse controle gerencial de operações é importante no processo de acompanhamento e avaliação do ativo a valor justo. A empresa que possui um controle adequado diminui o risco do processo de avaliação e obtém um valor mais acurado da realidade. Sua estrutura interfere diretamente nos aspectos subjetivos e nos “*inputs* não observáveis”. O item 2.3.2, “testando os pressupostos da administração, o modelo de avaliação e entendendo as informações”, detalha a importância da avaliação desse controle na avaliação do FVM.

Como resultado, a maioria dos auditores concordou que há uma necessidade de um sistema de controle adequado para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa. Contudo, a pesquisa aponta que não há consenso nessa questão. (**Tabela 7** – Controle Gerencial)

³⁸ É oportuno esclarecer que o trabalho de auditoria não se restringe apenas às informações contidas nas demonstrações contábeis mas também está inerente a todo processo envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos.

Tabela 7 – Controle Gerencial

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total	Avaliação média
1) Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de instrumentos financeiros	1,72% 1	18,97% 11	32,76% 19	25,86% 15	20,69% 12	58	2,00
2) É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa	0% 0	3,45% 2	17,24% 10	29,31% 17	50% 29	58	2,95
3) Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado	6,90% 4	15,52% 9	29,31% 17	34,48% 20	13,79% 8	58	1,97

Fonte: elaborado pelo autor.

1. Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de instrumentos financeiros.

– A primeira questão é uma afirmativa que alguns autores fazem em relação à deficiência nos modelos de gestão e de estrutura organizacional de controle de instrumentos financeiros. Lopes et al. (2009) e Catty (2013) afirmam que não existe um controle adequado nos modelos de gestão das empresas quando o processo é de instrumentos financeiros derivativos.

Lopes et al. (2009) afirmam que o compromisso organizacional é o ponto fundamental para que seja criado um ambiente de controle adequado.

Se a alta administração da empresa, seus gerentes e a própria cultura organizacional não possuem um compromisso com o controle financeiro da entidade e com a manutenção da saúde financeira da mesma, não há como avaliar premissas consistentes para avaliação do FV. (LOPES et al., 2009)

46% concordaram com a questão indicando que metade dos auditores concorda que existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para controles de instrumentos financeiros, talvez pela subjetividade e pela variação de objetivos de diversa empresa. Contudo 32% nem discordaram e nem concordaram.

Como a maioria dos respondentes é gerente de auditoria, presume-se um cuidado maior na elaboração do planejamento de trabalho, tendo em vista os riscos de auditoria, que fazem parte do planejamento de auditoria (SAS 101; ISA 315).

Como complemento dessa questão alguns auditores corroboraram com a questão apontando algumas deficiências em auditorias realizadas (**Ver** Apêndice 2 e 3).

- a) As Instituições Financeiras encontram-se em processo de revisão da estrutura organizacional;
- b) Existe um interesse próprio de executivos pelos bônus distribuídos;
- c) Falta de experiência em controles de gestão financeira dos administradores;
- d) Existe uma falha em controles internos;
- e) Não há nas instituições financeiras políticas de investimentos;³⁹
- f) Existe um descumprimento de normativos;
- g) Falta um sistema de avaliação de risco;
- h) Ausência de profissionais qualificados para áreas de investimentos.

Esses depoimentos estão de acordo com algumas pesquisas acadêmicas que apontam falhas nos controles de gestão e estrutura das Governanças Corporativas de Bancos (BANZAS, 2005; KLOTZLE et al., 2006; ARAÚJO, 2011).

2. É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa.

– A questão afirma que mesmo não sendo uma operação relevante, a empresa que opera com derivativos deve possuir um sistema adequado de controle, pois suas oscilações e sua alavancagem no processo de risco é muito alto. Lopes et al (2009) afirmam que mesmo sendo pequena a operação, há necessidade de um controle separado.

³⁹ Segundo a pesquisa, os auditores não identificaram no decorrer dos trabalhos as “políticas de investimentos” nas Instituições Financeiras auditadas. É *mister* que essas informações não tiveram maior clareza ou transparência por envolver políticas de gestão estratégica de um banco

Empresas não financeiras, que apuraram prejuízos com derivativos, tinham como parâmetro que operações não relevantes não necessitariam de sistemas de controle adequados. Como exemplo recente, as empresas Aracruz e Sadia.

Lopes et al. (2009) comentam também que esse pensamento possui vários problemas, a começar pelo fato de que a classificação de uma operação com determinado derivativo como relevante ou não possui uma subjetividade devido a alavancagem envolvida. Essa subjetividade, para o auditor deve ser analisada cuidadosamente e com isso a importância da classificação da hierarquia dos *inputs* em nível 1, 2 ou 3, conforme item 2.2.7 – *Inputs* para os métodos de avaliação.

A questão obteve maior concordância plena dos auditores com 50% dos respondentes, e 29,31% com concordância parcial, representando uma aceitação relativa dos auditores em 79,31% da amostra. Nenhum auditor discordou totalmente da questão. Contudo, 17,24% não se posicionaram sobre a questão, assinalando que nem concordam e nem discordam. Para efeito de auditoria, a avaliação dos controles internos é fundamental para existência do grau de profundidade e da avaliação do risco de auditoria.

Apesar do alto índice de concordância dos auditores, esperava-se um percentual maior de aceitação.

3. Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado.

– A terceira questão chama atenção da importância de um controle a parte dos instrumentos financeiros derivativos e que precisam ser analisados e acompanhados separadamente dos outros ativos financeiros. 7% da amostra não concordaram com a afirmação, 15,5% não concordaram parcialmente e 29% não concordaram e nem discordaram. Foi obtido um percentual de 22,5% dos auditores que não concordam ou parcialmente ou totalmente com um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos. Talvez pelo fato do controle financeiro ser considerado maior que o controle de derivativos. Porém 49% dos auditores concordaram com a afirmação.

O ambiente de controle reflete a abordagem da organização para o controle de suas atividades e inclui a maneira pela qual ela identifica os riscos, como ela comunica os padrões de controle e como é feito o monitoramento de seus desvios em relação ao esperado.

Dessa forma, os procedimentos de revisão analítica dos controles internos contidos no AU Section 342, corroboram com a mitigação de risco de auditoria contudo como a pesquisa indica, não afasta por completo as falhas existentes no processo de verificação conforme a H2 formulada na pesquisa

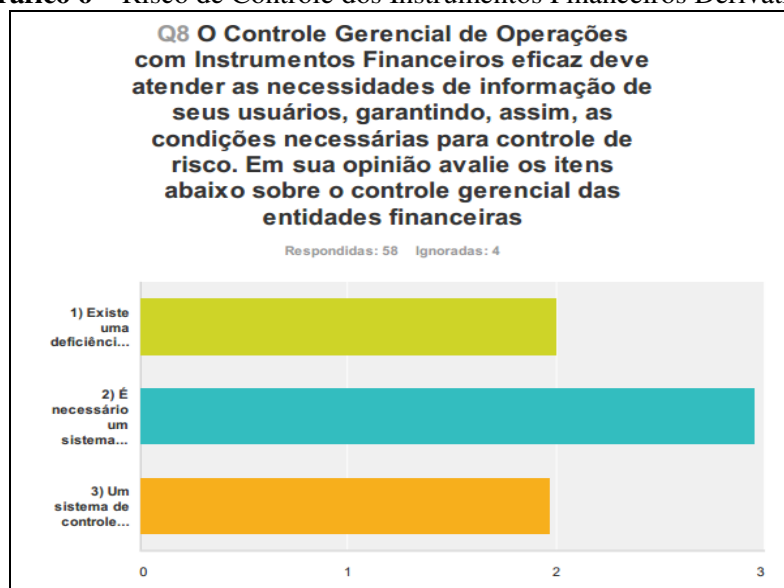
Assim, é fundamental que os derivativos possuam um sistema de controle que possa identificar as omissões ou erros em tempo adequado para que as medidas corretas possam ser tomadas.

Os riscos internos e externos devem ser estabelecidos e organizados de acordo com o seu impacto na organização e sua probabilidade de ocorrência. O processo de identificação deve ser contínuo à natureza dinâmica dos riscos externos e internos. Lopes et al. (2009) afirmam que pode haver redução do risco de mercado advindo do investimento em papéis menos voláteis, contudo pode haver um aumento do risco de crédito.

Capelletto (2006) corrobora com a questão afirmando que os modelos e as técnicas de avaliação podem ser agrupados de acordo com o tipo de mensuração do risco, subdividindo-se entre os destinados a estimar o valor em risco de mercado e aqueles voltados para aferir o valor em risco de crédito.

Nessa questão os auditores não apontaram a importância devida para o risco envolvido, contudo, a questão confirmou H4 onde as normas contribuem de uma forma geral para a minimização dos riscos e dos efeitos em relação a subjetividade inerente ao processo.

Gráfico 6 – Risco de Controle dos Instrumentos Financeiros Derivativos



Fonte: elaborado pelo autor.

No terceiro bloco do questionário, procurou-se buscar a opinião do auditor sobre as dificuldades nas projeções das informações financeiras, principalmente em relação ao valor justo dos instrumentos financeiros. A técnica de projeção das informações financeiras é importante ao processo de avaliação de instrumentos financeiros devido à volatilidade do mercado. Essa questão foi considerada deficiente pelo PCAOB em relação a auditoria de instrumentos financeiros a *fair value*. (ACUITAS, 2012).

Tabela 8 – Dificuldade em Projeções Financeiras

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total	Avaliação média
1) O problema de avaliação envolvendo subjetividade são as condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto.	5,17% 3	8,62% 5	13,79% 8	32,76% 19	39,66% 23	58	2,79
2) O maior problema da Mensuração do Valor Justo é a Instabilidade do Mercado Acionário e de Capitais	10,34% 6	25,86% 15	18,97% 11	34,48% 20	10,34% 6	58	2,07

Fonte: elaborado pelo autor.

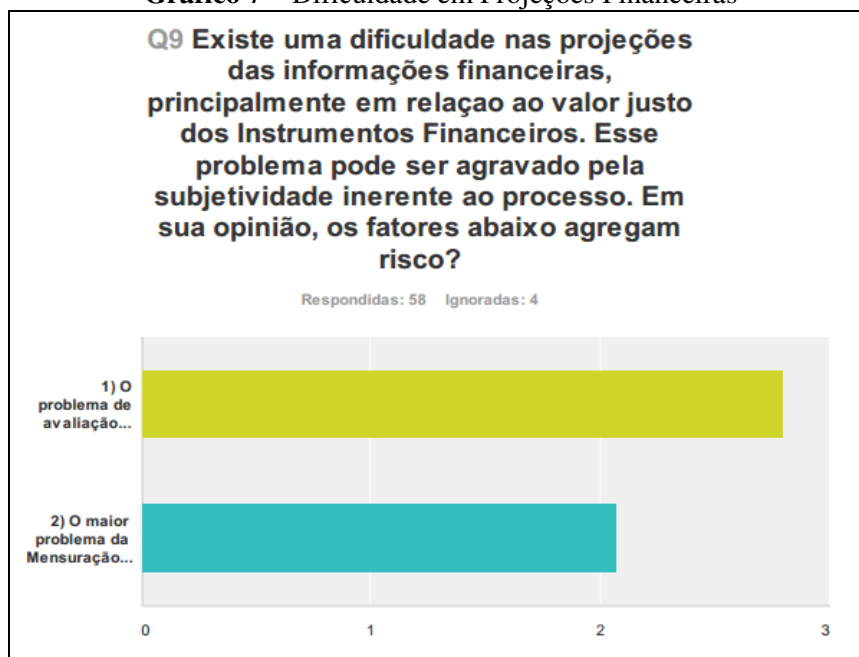
Duas questões foram levantadas nesse questionário sobre as maiores dificuldades nas projeções financeiras quando a métrica é *fair value*. A primeira, sobre o problema de avaliação envolvendo subjetividade, seriam as condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto. 23 auditores concordaram plenamente com a questão, representado 38% e

19 auditores concordaram parcialmente, representando 32%. A maioria dos auditores concordou que os maiores problemas estão associados às condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto.

As condições futuras e transações ou eventos incertos são compostas por *inputs* internos e externos, como as condições econômicas, as análises do setor, coleta de informações sobre a entidade e verificação do banco de dados externos. No item 2.3.10 – Deficiências de uma auditoria de *fair value measurement*, há pontos levantados pelo PCAOB e que ora são confirmadas na pesquisa pelos respondentes.

Assim, como na pesquisa realizada pela Acuitas Inc. (2012), infere-se que a crise econômica foi a principal causa do aumento de deficiências de auditoria devido à volatilidade econômica, e com isso prejudicando a contabilidade de estimativas contábeis, a pesquisa com auditores aponta que ainda há problemas de risco em economias incertas, e que persistem resquícios da crise de 2008 sobre a dificuldade de obter informações na projeção de demonstrações contábeis⁴⁰.

Gráfico 7 – Dificuldade em Projeções Financeiras



Fonte: elaborado pelo autor.

Outro ponto destacado na pesquisa foi o percentual significativo (72% de concordância) indicando que existe um problema de subjetividade futura, demonstrando que ao projetar demonstrações financeiras é essencial observar não apenas as informações

⁴⁰ Por não ser o foco principal da pesquisa, não foi desenvolvida maiores discussões acerca da crise financeira de 2008.

financeiras, mas também todos os fatores que têm influência nos resultados, como as condições econômicas, perspectivas de inflação, expectativas da taxa de câmbio, previsões de preços de *commodities*, taxas de juros previstas, disponibilidade de crédito, mudanças no mercado de trabalho, eventos legais e tendências políticas.

A segunda questão aponta como maior problema de mensuração do valor justo a instabilidade do mercado acionário e de capitais. A questão obteve 20 auditores que concordaram parcialmente com a questão, representado 33% da amostra. 15 auditores discordaram parcialmente, representando 25% e 11 auditores nem concordaram e nem discordaram. Talvez pelo mercado de capitais ser considerado ainda em formação não se tenha grandes alterações.

No quarto bloco (**Tabela 9 – Classificação do *Fair Value***), buscou-se a opinião do auditor quanto a importância ou não em classificar o valor justo nos níveis 1, 2 ou 3. A literatura indica que sim, pois conforme a classificação, o avaliador deverá adotar o método relacionado com abordagem de custos, renda ou mercado. (ZYLA, 2010).

35 auditores responderam que a classificação era relevante nesse processo, representando 59% da amostra. 13 auditores responderam que era muito relevante, representando 22%. A maioria concorda com a importância da classificação.

As notas do PCAOB (AU SECTION 328) apontam que o risco de distorção material em um processo de avaliação a *fair value* é maior usando os níveis mais altos de *inputs*.

Conforme comentado no item 2.3.3 Classificação na hierarquia de *fair value*, de acordo com SFAS nº 157, o nível 3 são estimativas da empresa não observáveis, onde inclui uma análise da própria entidade que relata os dados econômicos.

Tabela 9 – Classificação do Fair Value

	Irrelevante	Não muito relevante	Fracamente relevante	Relevante	Muito relevante	Total	Avaliação média
(sem rótulo)	0% 0	3,39% 2	15,25% 9	59,32% 35	22,03% 13	59	2,73

Fonte: elaborado pelo autor.

A importância na classificação do *fair value* é associar aos *inputs* os níveis de abordagem para diminuir o risco de avaliação, pois mantendo um critério de avaliação o risco é menor (ZYLA, 2010). Na abordagem de Mercado, por exemplo, os métodos múltiplos são mais utilizados, onde pode associar preços ou índices com empresas comparáveis e similares.

Sob a abordagem do Custo, associado ao nível 2, a metodologia é de custo de reposição, e sob a abordagem de renda, associado ao nível 3, a avaliação é com foco ao retorno investido.

No quinto bloco a questão trata de riscos inerentes ao processo de instrumentos financeiros de derivativos. Esse processo demonstra que todas as variáveis são inerentes ao processo de controle. Buscou-se, então, identificar na opinião dos auditores o melhor procedimento preventivo na avaliação do risco de derivativos.

É notório que as demonstrações financeiras, de periodicidade semestral ou anual, não se adequam às necessidades de informações dos derivativos, devido a sua velocidade nas operações financeiras. Em geral essas operações são realizadas por meio eletrônicos como computadores e telefones, o que pode facilitar a transação de milhões de reais em poucos minutos. (LOPES et al., 2009)

Tabela 10 – Risco Inerente no processo de avaliação de Derivativo

Opções de resposta	Respostas	
Análise em tempo real - tempestividade	19,30%	11
Verificação dos limites individuais - limites de riscos estabelecidos	19,30%	11
Abordagem proativa - análise do comportamento futuro de preços e taxas	33,33%	19
Simulações e testes - teste de stress	28,07%	16
Total		57

Fonte: elaborado pelo autor.

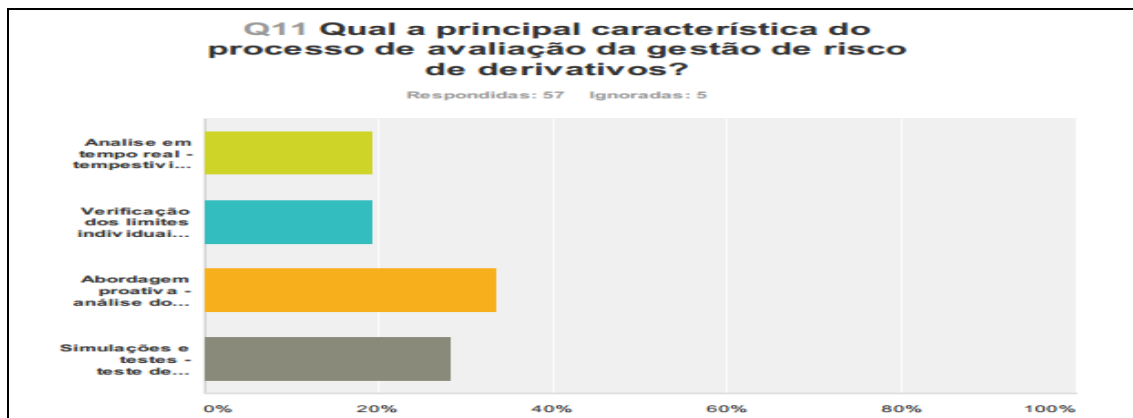
33% dos auditores identificaram como principal processo de avaliação do risco a abordagem proativa, o que se relaciona, teoricamente, com uma das deficiências já apontadas no levantamento do auditor, pois há mais preocupação com uma maior avaliação da gestão de riscos em projeções a respeito do comportamento futuro de preços e taxas, com uma visão mais reativa as áreas de flutuações do mercado, apesar de mostrar deficiência nesse processo.

28% da amostra considerou a simulação de teste como a segunda maior característica de abordagem de risco. A simulação de testes de estresse deve ser realizada sempre que possível para verificar qual o comportamento da carteira da organização, quando as variações do mercado financeiro se comportam de forma excepcionalmente diferente do normal. Esse procedimento é fundamental na operação com derivativos devido à elevada volatilidade desses produtos.

Apenas 19,30% dos auditores consideraram análise em tempo real – tempestividade, como importante. Nesse item, esperava-se um número maior desse processo, tendo em vista

que a reavaliação de políticas de gestão de riscos deve ser realizada em tempo real. Os prejuízos possíveis são advindos das variações de mercado que não possuem uma periodicidade de ocorrência.

Gráfico 8 – Risco Inerente no processo de avaliação de Derivativos



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 11 – Principal Fator de Risco de Derivativos

Opções de resposta	Respostas	Porcentagem
Volatilidade dos produtos	7	12,07%
Comportamento futuro dos preços e taxas	16	27,59%
Alavancagem dessas Operações (Lucros ou Prejuízos)	22	37,93%
Variações de mercado	13	22,41%
Total	58	

Fonte: elaborado pelo autor.

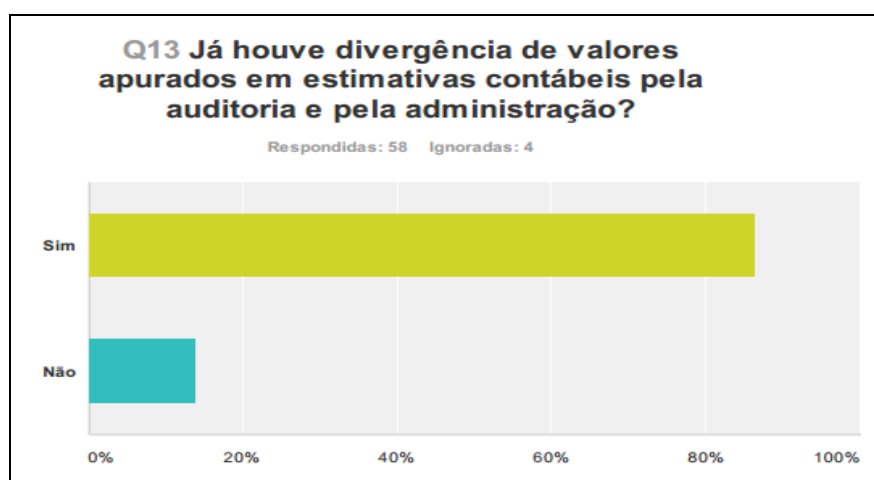
A segunda questão do quinto bloco envolvia o fator de risco de operações com derivativos. Na opinião dos auditores, a alavancagem das operações representou o maior risco com 38% dos auditores. 28% dos auditores apontaram como comportamento futuro dos preços e taxas o maior fator de risco. A variação de mercado foi a terceira questão escolhida com 22% dos auditores da amostra, e 12% dos auditores apontaram a volatilidade dos produtos. A alavancagem é um processo que diferencia o mercado futuro do mercado à vista. Permite ao investidor operar quantias acima do seu patrimônio, mas é importante a avaliação do risco.

Todos os fatores acima fazem parte do risco de mercado, conforme o Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária (BCBS, 1996, apud CAPELLETTO, 2006): “O risco de mercado é a possibilidade de perda em posições, dentro e fora do balanço, provocada por

movimentos nos preços, podendo ser causado pela alteração nas taxas de juros, nas taxas de câmbio...” Para Capelletto (2006), o risco de taxa de juros é a probabilidade de perda em ativos, passivos e itens extras patrimoniais decorrentes de alteração na taxa de juros que indexa as operações. Capelletto (2006) afirma ainda que a mensuração do risco depende da volatilidade do comportamento da taxa de juros e das correlações existentes entre os itens referenciados. Operações realizadas em mercados com maior variância na taxa de juros implicam em maior risco nas posições assumidas.

Percebe-se assim que o maior fator de risco dos derivativos é a volatilidade do mercado associados às taxas. No sexto bloco, representando uma terceira parte do processo da pesquisa, a questão envolvia a existência ou não de divergências de opiniões sobre estimativas contábeis. 50 auditores afirmaram que já tiveram divergências de valores sobre estimativas contábeis com a administração da empresa auditada, representando 86%. 24 auditores apontaram como motivo a falta de relevância como motivo de apontamento de um erro material, representando 50% dos auditores. 15 auditores declararam que as divergências foram mantidas e foram apontadas nos relatórios de auditoria como ressalvas, representando 31% da amostra. 9 auditores apontaram que as justificativas apresentadas pela administração foram suficientes. Esse bloco teve como base pesquisas estadunidense. (NELSON et al., 2002; LIBBY et al., 2002)

Gráfico 9 – Divergência de Estimativas Contábeis



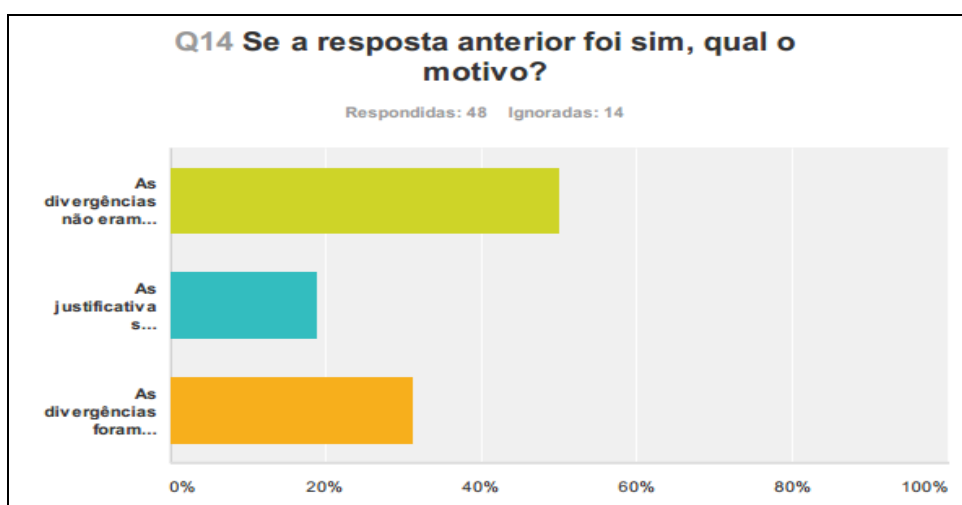
Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 12 – Divergência de Estimativas Contábeis

Opções de resposta	Respostas	
Sim	86,21%	50
Não	13,79%	8
Total		58

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 10 – Causa da Divergência de Estimativas Contábeis



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 13 Causas da Divergência de Estimativas Contábeis

Opções de resposta	Respostas	
As divergências não eram relevantes a ponto de considerar um erro material;	50%	24
As justificativas apresentadas convenceram sua opinião;	18,75%	9
As divergências foram mantidas e o auditor apresentou sua opinião com ressalva no relatório de auditoria;	31,25%	15
Total		48

Fonte: elaborado pelo autor.

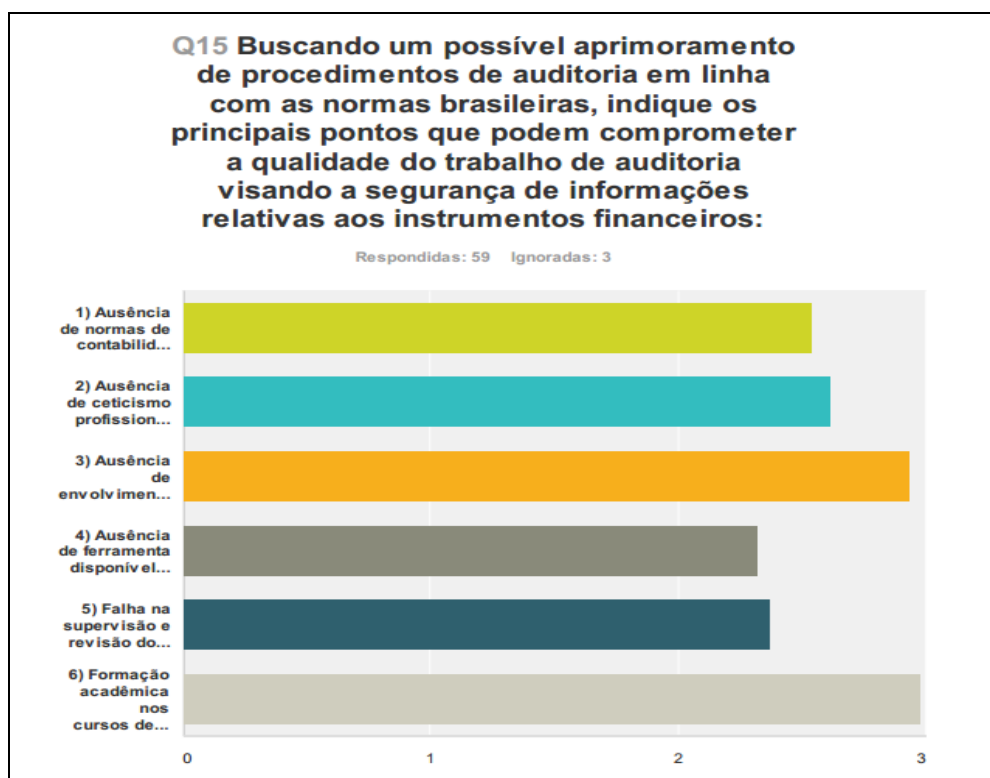
A pesquisa indica que 86,21% dos auditores apontaram divergências de estimativas contábeis, (Tabela 12 – Divergência de Estimativas Contábeis) e que 50% apontaram como divergências não relevantes ao ponto de considerar um erro material. (Tabela 13 – Causa da Divergência de Estimativas Contábeis). As pesquisas de Nelson et al. (2002) e Acuitas (2012) apontam que o mercado de derivativos possui divergências significativas nesse processo. A controvérsia da questão talvez seja em decorrência de um mercado mais ativo e consolidado

do que o mercado acionário e de capital nacional, contudo as respostas estão consistentes com as questões sobre modelo de avaliação e sistema de controle de risco.

Assim, a pesquisa confirma H3 onde se presume a existência de conflitos em avaliações de ativos entre valores atribuídos pelos administradores e o auditor. Esse é um dos pontos principais da pesquisa onde a maioria dos auditores apontaram divergência de avaliação de estimativas contábeis.

No último bloco do questionário, buscou-se a opinião do auditor no processo de melhoria nos procedimentos aplicados de mensuração do fair value. (**Gráfico 10** – Melhorias nos procedimentos de auditoria)

Gráfico 11 – Melhorias nos procedimentos de auditoria



Fonte: elaborado pelo autor.

- 1) Ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de mensuração de valor justo foi apontado por 33,9% dos auditores que concordaram parcialmente.

– 23,7% dos auditores concordaram plenamente representando assim uma maioria relativa de 57% do total. 25% auditores discordaram parcialmente da questão. Dessa forma, 25% dos auditores discordam que há ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras. A pesquisa pode indicar que o processo de normas não esteja totalmente substanciado a ponto de evitar gerenciamento de resultados. Outra questão é quanto à importância da norma quanto ao comprometimento do trabalho de auditoria, que aparentemente não deveria prejudicar muito.

- 2) Ausência de ceticismo profissional dos auditores suficientes para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos foi considerada pela maioria dos respondentes como um ponto a ser melhorado.
 - 44% dos auditores concordaram parcialmente e 20% concordaram plenamente, representando um total relativo de 63% dos auditores. Contudo, 22% da amostra discordaram plenamente, indicando não haver problema de ceticismo profissional, que é uma característica importante que o auditor deve possuir.
- 3) Ausência de envolvimento de especialistas em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.
 - Foi considerada por 76% dos auditores em termos relativos, sendo que 42% concordaram parcialmente e 34% concordaram plenamente. 11% discordaram parcialmente. Essa questão teve o segundo *rank* de concordância dos auditores e indica que há um problema de especialistas em finanças nas equipes de auditoria. Esse entendimento é corroborado por Catty (2013).
- 4) Ausência de ferramenta disponível no mercado para auxiliar as equipes de auditoria em testar os modelos de precificação de ativos financeiros.
 - Foi considerada por 61% da amostra. Sendo que 49% auditores concordaram parcialmente e 11% concordaram plenamente. 15% dos auditores não opinaram nessa questão, nem a favor e nem contra. 16% discordaram parcialmente e 10% discordaram plenamente. Pouco mais de 25% dos auditores discordam com a ausência de ferramentas disponíveis. Sendo considerado o mercado acionário e de

capital no Brasil um mercado ainda não consolidado, ou seja, uma questão que necessita ser melhor estudada.

5) Falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissional experiente em auditoria de FVM.

– 30% dos auditores concordaram parcialmente com a questão e 27% auditores concordaram plenamente. A maioria dos auditores, representando 57%, concordou que existe falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria. Esse é um processo que envolve diretamente a qualidade do processo de auditoria e, como comentado nas pesquisas anteriores, ainda existe muito a pesquisar sobre esse assunto. 22% discordaram da questão. Como a maioria dos auditores respondentes é gerente de auditoria, a questão tem um peso a ser analisado pelas empresas de auditoria.

6) Formação acadêmica nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM considerando a auditoria de demonstrações contábeis uma atividade privativa de Contador.

– 34% auditores concordaram plenamente com a insuficiência da formação acadêmica nos cursos de Ciências Contábeis, e 42% dos auditores concordaram parcialmente, representando 76% dos auditores. Essa questão foi a que teve maior *score* de concordância dos auditores, sendo apontada como o principal ponto na melhoria do processo de avaliação de instrumentos financeiros em pesquisas acadêmicas.

Tabela 14 – Melhorias no Processo de Auditoria

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total	Avaliação média
1) Ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de auditoria de mensuração de valor justo;	6,78% 4	25,42% 15	10,17% 6	33,90% 20	23,73% 14	59	2,54
2) Ausência de ceticismo profissional dos auditores suficiente para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos financeiros;	3,39% 2	22,03% 13	10,17% 6	44,07% 26	20,34% 12	59	2,61
3) Ausência de envolvimento de especialista em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de expertise do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros;	6,78% 4	11,86% 7	5,08% 3	42,37% 25	33,90% 20	59	2,93
4) Ausência de ferramenta disponível no mercado para auxiliar as equipes de auditoria em testar os modelos de precificação de ativos financeiros;	10,17% 6	13,56% 8	15,25% 9	49,15% 29	11,86% 7	59	2,32
5) Falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissional experiente em auditoria de FVM;	6,78% 4	15,25% 9	20,34% 12	30,51% 18	27,12% 16	59	2,37
6) Formação acadêmica nos cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM considerando a auditoria de demonstrações contábeis uma atividade privativa de Contador	3,39% 2	1,69% 1	13,56% 8	33,90% 20	47,46% 28	59	2,98

Fonte: elaborado pelo autor.

4.1.3 Análise descritiva do Risco de auditoria

O risco de auditoria é conceituado como uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção. A avaliação dos riscos baseia-se em procedimentos de auditoria para a obtenção de informações necessárias para essa finalidade e evidências obtidas ao longo de toda a auditoria. A avaliação dos riscos é antes uma questão de julgamento profissional que uma questão passível de mensuração precisa. O modelo de risco de auditoria é expresso, por Chang et al.(2008) como $AR = IR \times CR \times DR$, sendo:

AR = Risco de Auditoria
 IR = Risco Inerente
 CR = Risco de Controle
 DR = Risco de Detecção

O auditor não pode controlar esses riscos, mas pode avaliar seus níveis, a fim de determinar o nível aceitável na escala de teste do risco de auditoria. No modelo de risco de auditoria, proposto por Chang et al. (2008), percebe-se que há uma relação positiva entre o risco de detecção e o risco de auditoria, no entanto, mantém relações inversas com o risco inerente e o risco de controle

Como foi classificado na pesquisa, o grupo de questões envolvendo o Risco de Controle, o Risco Inerente e o Risco de Detecção (melhorias nos procedimentos avaliados pelos auditores), foi feita uma comparação dos itens com maior frequência das respostas para identificação das variáveis que pudessem representar o risco de auditoria na opinião dos auditores.

Como os itens de maior frequência nas variáveis foram:

- a) Risco de Controle – Questão: **8.2**
- b) Risco Inerente – Questão: **12.3**
- c) Risco de Detecção – Questão: **15.6**.

Dentro do escopo da pesquisa pode-se deduzir que as questões com maior preocupação dos auditores em relação ao risco de auditoria seriam:

- a) um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos;
- b) avaliação da alavancagem dessas operações, juntamente com uma abordagem proativa, e
- c) preocupação com uma formação acadêmica mais adequada para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria em instrumentos financeiros a FVM.

4.2 Análise Inferencial

4.2.1 Análise Não Paramétrica

Nessa seção serão analisados os testes estatísticos não paramétricos da pesquisa realizada por meio do questionário. Esses testes são utilizados independentemente da forma de distribuição dos dados.

Dessa forma, o teste de regressão logística (LOGIT) é justificado pela necessidade de estimar a probabilidade de ocorrência, ou não, de atitude e de perfil do auditor frente à mensuração dos instrumentos financeiros a *fair value* em instituições financeiras.

A regressão logística é uma técnica estatística que tem como objetivo produzir, a partir de um conjunto de observações, um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável categórica, frequentemente binária, a partir de uma série de variáveis explicativas contínuas e/ou binárias. (HAIR JR. et al., 2009)

O intervalo de confiança adotado foi de 95% na pesquisa e o sistema se encarrega de a cada passo examinar as variáveis no modelo para ver se alguma deve ser removida.

O segundo teste aplicado foi o teste de Kruskal-Wallis, a fim de identificar as características de cada grupo formado por mais de três componentes como foi o caso da idade dos auditores e qualificação.

O terceiro teste foi a análise de correspondência (AC) que é uma técnica de análise exploratória de dados adequada para analisar tabelas de duas entradas ou tabelas de múltiplas entradas, levando em conta algumas medidas de correspondência entre linhas e colunas. Este método permite estudar as relações e semelhanças existentes entre as variáveis apresentadas nas linhas e colunas.

4.2.1.1 Análise da Regressão Logística

Visando verificar se a característica do respondente afetou as respostas obtidas na pesquisa utilizou-se a regressão logística. Assim, foram calculadas diversas regressões, sendo apresentadas no trabalho somente aquelas que apresentaram significância estatística.

Como variável dependente utilizou-se a formação acadêmica (formado ou não em ciências contábeis), tempo de experiência na profissão (abaixo ou acima de quatro anos), idade do auditor (abaixo ou acima de 35 anos) e posição do auditor (neste caso, regressão logística multinominal para sócio, gerente e sênior).

É importante salientar que o objetivo do trabalho não é estabelecer uma relação preditiva; por este motivo, não foi utilizado o procedimento em duas etapas, sendo a primeira a construção do modelo e a segunda o seu teste, com duas subamostras distintas. A finalidade aqui é tentar descobrir se a resposta de uma questão da pesquisa teve influência do perfil do respondente (formação acadêmica, tempo de profissão, idade e posição). Não foi testado o gênero, pela pequena quantidade de mulheres que responderam o questionário.

Formação

Inicialmente foi realizada uma regressão entre a formação e a soma dos blocos de perguntas (reconhecimento de mensuração, controle de derivativos, projeção e classificação). Somente as variáveis reconhecimento de mensuração e controle de derivativos apresentaram *p-value* significativo (0,02105 e 0,04807).

Também foi calculada a regressão logística para formação e cada um dos subitens dos blocos de perguntas. Somente dentro de reconhecimento de mensuração obteve-se uma variável significativa, mais especificamente “*inputs* não observáveis”, com *p-value* de 0,01612.

Experiência

Somente duas regressões apresentaram variáveis independentes significativas. As variáveis foram princípios básicos de controle e dificuldades inerentes em afirmações de mudança, ambas do bloco referente a reconhecimento de mensuração, com *p-value* de 0,08412 e 0,04198, nesta ordem, e foi necessário um sistema adequado de controle, do bloco de controle de derivativos, com *p-value* de 0,03385.

Idade

As variáveis significativas obtidas foram: ausência de normas, ausência do envolvimento do especialista (ambas dentro do bloco de melhorias de processo), necessário sistema de controle (dentro do bloco de controle de derivativos) e princípios básicos de controle (bloco de reconhecimento de mensuração), com *p-value* de 0,02266, 0,08262, 0,03268 e 0,09638, respectivamente.

Posição

Neste caso foi usado o modelo multinomial. Duas variáveis apresentaram um *p-value* abaixo de 10%:

- 1) Falha de supervisão, dentro do bloco de melhorias de processo, que separa o sócio do gerente, com *p-value* de 0,01370;
- 2) Necessário sistema de controle, do bloco risco de controle, com *p-value* de 0,09270;

4.2.1.2 O teste de Kruskal-Wallis

O teste de Kruskal-Wallis compara várias condições quando diferentes grupos participam em cada condição e os dados resultantes não são normalmente distribuídos ou não satisfazem a hipótese de ANOVA independente de um fator. Assim, o teste é utilizado para testar diferenças entre vários grupos independentes. (FIELD, 2009)

Dessa forma foi realizado o teste Kruskal-Wallis para comparar as respostas e opiniões dos Sócios, Gerentes e Seniores. Todas as questões foram testadas, três questões foram significantes:

1. A questão 7.1 Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados, apresentou um p **0,04**;
- 2) A questão 8.2 É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa; com p **0,02**;
- 3) A questão 10 Hierarquia de Fair Value com p **0,019**.

Rejeitando a hipótese nula de igualdade entre as funções, existe, portanto, diferença significativa nas respostas dos auditores.

Para essas questões foram obtidas as estatísticas teste de **H(3) 10,889; H(3) 7,792; e H(3) 7,942**, respectivamente. Sendo que todos os efeitos foram relatados ao nível $p < 0,05$.

Posteriormente, foi realizado o teste *post hoc* para o teste de KW. Foi verificada a homogeneidade da variância e foi obtido um resultado significativo 0,001 para sócio, e para gerente, indicando que os sócios concordam mais com as questões e os gerentes, menos.

O teste foi repedido para o grupo de idades e foi obtido nível de significância para:

- a) Questão 8.2 com **0,44**;
- b) 15.1 “Ausência de normas claras para o trabalho, com **0,018**; e
- c) 15.3 “Ausência de um especialista em finanças nas equipes de auditoria”, com **0,043**.

O que indica que para os auditores jovens até 30 anos houve uma concordância geral, e para os auditores acima de 30 anos houve uma concordância menor nas questões.

Outros estudos podem explicar a questão da divergência sobre as questões, envolvendo a psicologia do trabalho, ou talvez estudos sobre a liderança no trabalho. Foi observado homogeneidade da variância.

4.2.1.3 Análise de Correspondência

A AC também conhecida como escalonamento ou *escore* ótimo, média recíproca ou análise de homogeneidade, mostra como as variáveis dispostas em linhas e colunas estão relacionadas, e não somente se a relação existe. Embora seja considerada uma técnica descritiva e exploratória, a AC simplifica dados complexos e produz análises exaustivas de informações que suportam conclusões a respeito das mesmas. (HAIR Jr. et al., 2009)

É uma técnica composicional onde o mapa perceptual é baseado na associação entre objetos e um conjunto de características descritivas ou atributos especificados pelo pesquisador. Sua aplicação mais direta é na retratação da correspondência de categoria de variáveis, particularmente aquelas medidas em escala nominais. Tal correspondência é, desse modo, a base para o desenvolvimento de mapas perceptuais.

Assim, faz-se necessária a aplicação do teste para que se possa descrever ou mapear as características do auditor frente às questões de mensuração de *fair value*. Esses mapas perceptuais em um único passo, onde as variáveis e objetos são simultaneamente representados, com base diretamente na associação de variáveis e objetos. Essa relação entre objeto e variáveis são metas explícitas da análise de correspondência. (HAIR Jr. et al., 2009)

A comparação de células pode identificar padrões que refletem associações entre certos objetos e atributos. Assim, com esse objetivo foi aplicado o teste de AC em todo o questionário, contudo, aquelas variáveis que apresentaram significância foram:

- a. qualificação do auditor;
- b. idade dos auditores.

Análise da Qualificação do Auditor

O teste demonstra uma alta significância com a variável **15.1**, “Ausência de normas claras para o trabalho” com 0,008 e um *Chi Square* de 22,165. A comparabilidade da qualificação envolvendo a questão demonstra que a maioria dos auditores sêniores e gerentes concordaram com a questão – que a ausência de normas pode prejudicar o trabalho do auditor. Contudo, para o sócio ou vice-presidente ficou dividido, sendo que 5 discordaram e 5 concordaram, e 2 auditores não opinaram. Em relação a esta questão presumia-se que a ausência de norma não pudesse interferir no desempenho profissional do auditor, sendo uma questão subjetiva e de avaliação específica à tomada de decisão.

Outra questão formada é que as normas tendem a delimitar a subjetividade inerente ao processo de *fair value*. Assim, o teste indica que a maioria dos auditores não concorda com as normas impostas para a subjetividade.

A variável **15.2** “Ausência de ceticismo profissional” apresentou uma significância ainda maior de 0,003, com *Chi Square* de 24,580. O teste demonstra que os auditores sêniores concordam com a questão juntamente com o sócio, contudo, o gerente apresentou-se dividido quanto à questão, sendo que a maioria dos auditores que responderam discordar parcialmente pertence a essa classe de auditores.

Na teoria, como existe um processo de subjetividade, acredita-se que o ceticismo deve prevalecer sempre nas questões.

A variável **15.3** “ Ausencia de envolvimento de especialistas em finanças” apresentou um alto grau de significância com 0,12 e um *Chi Square* de 21,229, demonstrando a dispersão existente entre os dados. A maioria dos auditores sêniores concorda parcialmente com a questão juntamente com o sócio. A surpresa apontada foi o gerente representar a maioria dos auditores que não concorda com a questão. Um especialista em finanças é fundamental nesse processo de avaliação e verificação de ativos a *fair value*.

A questão **15.5** “falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria”, não foi significativa, mas obteve um nível interessante, com o item selecionado para avaliação. Os auditores sêniores se mantiveram em sua maioria sem concordar e nem discordar, contudo, a maioria dos gerentes concordou que há falha na supervisão de auditores.

Outro teste que não foi significativo estatisticamente foi a questão **8.3** “Um sistema de controle adequado de gerenciamento de risco”, controle de derivativo, contudo, pelo mesmo motivo, é interessante sua avaliação, tendo em vista que para os auditores sêniores foi tanto representativa na concordância da questão como em não concordar com a questão, não evidenciando um perfil representativo sobre controles específicos de derivativos. O mesmo aconteceu com os gerentes, onde a maioria nem concordou e nem discordou.

Já em relação ao sócio, a maioria concorda com controles específicos. A maioria dos auditores concorda com a questão.

Análise da idade do auditor

O teste apresentou um grau de 0,053 de significância com um *Chi Square* 28,667 para o item **8.3**, fazendo um paralelo com idade de maior frequência para os auditores acima de 35

anos e qualificação gerente-sócio, onde se pode presumir um cuidado maior nos controles para o planejamento de trabalho.

O teste de análise de comparabilidade demonstrou significância com a variável em 0,032 e um *Chi Square* de 30,656 para o item **15.2**. “Ausência de ceticismo profissional”. A questão demonstra que a maioria dos auditores que discorda da questão está na faixa etária de 31 a 35 anos. Os auditores que nem concordam e nem discordam estão na faixa etária acima de 50 anos, e a maioria que concordou está na faixa etária mais nova de carreira com até 35 anos de idade. Os auditores mais jovens, com idade até 35 anos, que ainda executam trabalho de campo, consideram que a ausência de ceticismo profissional pode prejudicar o trabalho de auditoria, o que vai de encontro com a teoria comentada devido à volatilidade, ceticismo e o risco de auditoria.

5 CONCLUSÃO

O objetivo dessa tese foi analisar a percepção do auditor em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3, em instituições financeiras, nos aspectos de relevância, mensuração e avaliação do risco de auditoria.

Para atingir o objetivo foi realizada uma pesquisa exploratória, qualitativa, com o uso de questionário – *survey*, onde buscou-se captar o conceito de relevância do valor justo nos instrumentos financeiros derivativos na opinião do auditor independente.

Esses questionários foram distribuídos por meio da ferramenta *surveymonkey* pela confiança existente na ferramenta no meio acadêmico, e buscou-se a forma de captar as respostas por meio do sítio de relacionamento linkedin, onde obteve a análise de mais de 300 perfis de auditores independentes. Contudo, como respondentes, foram obtidos 62 auditores que aceitaram participar da pesquisa.

Como estratégia para atingir esse objetivo geral, a tese teve 5 objetivos secundários, sendo o primeiro mapear um perfil dos auditores independentes no Brasil, identificando suas expectativas e conhecimento pessoal sobre o assunto.

Observou-se que a maioria dos respondentes é do gênero masculino, com predominância de respondentes entre 26 a 30 anos de idade, com graduação completa no curso de Ciências Contábeis, sendo a maioria com mais de 4 anos de experiência, com registro no CNAE e como qualificação de gerente de auditoria. O quadro de auditores foi satisfatório, com conhecimento razoável e experiência qualificada para o tipo de pesquisa. Com essa qualificação geral, percebeu-se que o auditor é um público jovem, porém experiente e com perfil conservador quanto a questão da subjetividade do *fair value* e quanto ao risco de auditoria.

Com o segundo objetivo, identificar na opinião do auditor, os principais desafios e deficiências frente a contabilidade a FV, os auditores concordaram que os *inputs* não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação são o principal problema enfrentado pelos auditores no critério de mensuração do FV. Quanto aos modelos de avaliação aplicados, foi considerado um impasse, com uma leve tendência a considerar como consistentes e adequados. Foi a questão com menor concordância na opinião dos auditores. A literatura indica que são robustos, contudo há preocupação com variáveis que alimentam os sistemas. (item 2.3.4).

Lopes et al. (2009) indicam que uma dificuldade existente na aplicação dos derivativos é manter um controle separado das outras atividades empresariais financeiras: 27% dos auditores discordam parcialmente da questão e 25% concordaram parcialmente. O impasse talvez tenha sido por considerar que o sistema de controle financeiro é maior que o sistema único de derivativos. Contudo, o risco existente dos derivativos pode ser maior considerando o risco de mercado.

A maioria dos auditores concorda que existe uma dificuldade inerente em afirmações de mudança material no valor dos derivativos que provavelmente deve estar associado a volatilidade do mercado.

Quanto ao aspecto do sistema tecnológico e a dificuldade de identificação dos controles dos riscos envolvidos, que é um problema enfrentado por várias instituições financeiras, os auditores apontaram um maior índice de concordância plena. As respostas foram consistentes com a literatura de falhas em processo de governança corporativa. (BANZAS, 2005; ARAÚJO, 2011).

O terceiro objetivo secundário é o de identificar os motivos de maior risco de auditoria e os efeitos de mitigação desses riscos associados aos procedimentos de auditoria em FV. Como risco de controle foi identificado que há necessidade de um sistema adequado de controle para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para as empresas. Os auditores concordam que o processo de volatilidade e alavancagem no processo de risco é muito alto.

Como risco inerente foi indicado o processo de alavancagem, que pode ser um resultado positivo, mas que pode acarretar um risco na mesma proporção ou maior, sendo observado pelos auditores o risco de mercado como principal fato e como medida cautelar de acompanhamento o processo de abordagem proativo como o acompanhamento das flutuações do mercado.

Para o risco de detecção, faz-se um paralelo com o processo de melhoria nos procedimentos de auditoria, onde foi identificado a formação acadêmica dos auditores como principal ponto. Como foi obtida maior aceitação da questão como ponto a ser melhorado, presume-se que não esteja satisfatório. Essa questão foi levantada pela CVM onde busca, por meio de normativo, um aprimoramento periódico dos auditores. (Questão 3.3.8 – Distribuição da pesquisa).

Dessa forma, para o risco de auditoria conforme modelo de Chang et al. (2008), faz-se um paralelo onde os principais pontos no processo de auditoria de *fair value* são:

- a) um sistema adequado de controle para operações com derivativos;

- b) processo de alavancagem, risco de mercado;
- c) uma formação adequada para o processo.

O quarto objetivo foi apontar as causas e efeitos às possíveis divergências entre mensuração a FV dos instrumentos financeiros entre auditores e administração. Os auditores confirmaram que existe divergência de apuração de valores em estimativas contábeis e 50% dessas divergências não eram relevantes a ponto de considerar erro material.

No quinto objetivo, apontar melhorias no processo de estimativas contábeis na opinião dos auditores independentes, a maioria indicou como principal motivo a formação acadêmica nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis como sendo insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM. Como segundo ponto, a ausência de envolvimento de um especialista em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.

Quanto as hipóteses que sustentaram essa pesquisas, todas foram comprovadas sendo:

- a) Sob o aspecto da relevância da métrica fair value measurement, a subjetividade inerente ao processo de avaliação é um fator determinante. Sim a questão está explícita nas respostas dos auditores, onde foi apontado com maior concordância a questão dos inputs não observáveis e a afirmação das divergência de estimativas contábeis por mais de 86% dos auditores, que corroboraram com as questões de relevância nos relatórios dos auditores.
- b) Os procedimentos de auditoria contidos nos normativos sobre estimativas contábeis contribuem para a mitigação do risco de auditoria em sua essência, contudo não afastam por completo as falhas existentes no processo de verificação, possuindo deficiência de avaliação. Sim, os auditores responderam que os procedimentos contribuem para mitigação dos riscos quando apontaram as características do processo de avaliação da gestão de risco de derivativos, conforme explicitado no item 2.3 (Os procedimentos de auditoria aplicados à mensuração do fair value) e que não afastam por completo as falhas quando apontam as melhorias em um processo normativo e de revisão interna, inclusive sobre norma de comportamento que é o caso do ceticismo profissional que o auditor deve ter.
- c) A presunção da existência de conflitos em avaliações de ativos em valores atribuídos pelos administradores e o auditor foi claramente aceita na questão

predominante das divergências apontadas e suas causas são estruturais com mais de 50% de divergências imateriais.

- d) A última hipótese sobre as normas contribuem de uma forma geral para a minimização dos riscos e dos efeitos em relação à subjetividade inerente do processo também foi aceita quando foi apontado o risco de auditoria no processo sendo uma questão de sistema adequado de controle para operações com derivativos, processo de alavancagem, risco de mercado e uma formação adequada para o processo de mensuração, conforme o item 2.1.4 (O auditor no processo de padrões contábeis baseados em princípios versus regras).

Por meio dos testes estatísticos não paramétricos pode-se contribuir com algumas questões de uma forma mais técnica, como:

- a) a análise de regressão indicou que para os auditores formado em Ciências Contábeis, as variáveis de reconhecimento de mensuração e controle de derivativos apresentaram *p-value* significativo;
- b) para os auditores mais experientes (acima de 4 anos de profissão), as variáveis significativas foram os princípios básicos de controle e dificuldades inerentes em afirmações de mudanças no bloco de mensuração do *fair value*, e um sistema adequado de controle do bloco de risco de controle;
- c) para os auditores acima de 30 anos, as variáveis significativas foram ausência de normas, ausência do envolvimento do especialista no bloco de melhoria, sistema adequado de controle do bloco de risco de controle e princípios básicos de controle no bloco de reconhecimento de mensuração;
- d) na qualificação, foi obtida divergência de opinião quanto ao sócio e gerente de auditoria quanto à questão de falha de supervisão dentro do bloco de melhorias de processo.

Por meio do teste de Kruskal-Wallis, foi identificada divergência de opinião entre o gerente e o sócio de auditoria nas questões sobre:

- a) os modelos de avaliação são consistentes, onde o sócio concorda mais que o gerente;
- b) é necessário um sistema de controle adequado para operações com derivativos;
- c) a classificação do valor justo em hierarquia.

Para o grupo de idades, foi identificado que os auditores acima de 30 anos concordaram mais com as questões que os mais jovens nos itens:

- a) é necessário um sistema de adequado de controle para operações com derivativos;
- b) ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de auditoria de mensuração de valor justo;
- c) ausência de envolvimento de especialista em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.

A Análise de Correspondência teve como objetivo uma maior aproximação das respostas dos auditores e indicou para qualificação dos auditores as questões:

- a) ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de auditoria de mensuração de valor justo;
- b) ausência de ceticismo profissional dos auditores suficientes para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos financeiros;
- c) ausência de envolvimento de especialistas em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.

Para análise da idade do auditor, o teste foi significativo fazendo um paralelo com a idade de maior frequência de 35 anos e qualificação gerente, presumindo um cuidado maior nos controles para o planejamento de trabalho.

- a) um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado.
- b) ausência de ceticismo profissional dos auditores suficientes para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos financeiros. A questão demonstra que a maioria dos auditores que discordaram da questão está na faixa etária de 31 a 35 anos. Os auditores que nem concordam e nem discordam estão na faixa etária acima de 50 anos, e a maioria que concordou está faixa etária mais nova de carreira com até 35 anos de idade. Os auditores mais

jovens, com idade até 35 anos, que ainda executam trabalho de campo, consideram que a ausência de ceticismo profissional pode prejudicar o trabalho de auditoria, o que vai de encontro com a teoria comentada devido à volatilidade, ceticismo e o risco de auditoria.

Como recomendações e fechamento geral pode-se concluir que a pesquisa indica que alguns procedimentos precisam ser melhorados como: a) Uma formação acadêmica mais robusta em finanças e em estimativas contábeis, com cursos mais abrangentes em sua carga horária em matérias específica de finanças e estatísticas, b) Falha em procedimentos internos de supervisão e revisão dos papéis de trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissionais mais experientes, c) Falha comportamental como ausência de ceticismo profissional, imprescindível no desenvolvimento de trabalhos de auditoria, bem como posição mais consistente em questões polêmicas e/ou subjetivas.

Assim, identificados os pontos de maior risco no processo de auditoria de fair value measurement, pode-se recomendar maior extensão e profundidade nos testes de sensibilidade, testes de revisão analítica das informações administrativas e maior avaliação dos controles internos sobre derivativos. Dessa forma, espera-se que a pesquisa tenha contribuído com a identificação dos principais pontos a serem observados pelos auditores de instrumentos financeiros derivativos.

O tema é amplo e várias linhas futuras podem ser seguidas, como exemplo pode-se citar uma concentração maior em eventos contábeis específicos durante a crise e suas causas e efeitos, estudos de *value relevance* sobre a falta de neutralidade da regulação contábil, ou ainda estudos na percepção dos administradores e contadores sobre uma contabilidade a *fair value*. Outros estudos ainda podem ser desenvolvidos em uma escala mais quantitativa sobre os modelos de avaliação a *fair value*. Finalizando, a pesquisa pode ser estendida para o campo da psicologia do trabalho, onde se pode estudar as razões e causas das diferenças apontadas de opiniões entre sócios e gerentes de auditoria.

REFERÊNCIAS

ACUITAS, INC.'S. Survey of fair value audit deficiencies. April, 2012; http://www.acuitasinc.com/documents/Survey_of_Big_Four_Fair_Value_Audit_Deficiencies_as_Reported_in_the_Wall_Street_Journal_-_final.pdf. Acesso em 12/10/2013.

AICPA. 'Valuation of a Business, Business Ownership Interest, Security, or Intangible Asset', Statement on Standards for Valuation Services, AICPA Consulting Services Executive Committee. (2007)

AKGUN, M., PEHLIVAHILI, D.P., GURUNLU, M. A Process design for auditing fair value. *International Journal of Economics and Finance*, vol. 3, nº 3, August. 2011.

ALDERMAN, C.W.; DEITRICK, J.W. Auditors' perceptions of time budget pressures and premature sign-offs: a replication and extension. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*. Winter 1982, pp. 54-68.

ALEXANDER, David; JERMAKOWICZ, Eva. A True and fair view of the principles rules debate. *Abacus*, vol. 42, nº 2, p.132-164, 2006.

ALMEIDA, J. E. F.; ALMEIDA, J. C. G. Auditoria e-learnings managements: um estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas *big four* e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade e Finanças, USP*, São Paulo, vol. 20, nº 50, p. 62-74, maio/agosto 2009.

ALMEIDA, B. J. M.; COLOMINA, C. I. M. Evidencia de las diferencias de expectativas en auditoria em mercados bursatiles de reducida dimension: el caso português. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, vol. 5, nº 1, p. 100-114, jan/mar. 2009.

AL-KHADASH, H.A.; ABJULLATIF, Modar. Consequences of fair value accounting for financial instruments in the developing countries: The case of the Bankig sector in Jordan. *Journal of Business Administration*, vol. 5, nº 4, 2009.

ANTUNES, J. *Contribuição ao estudo da avaliação de riscos e controle internos na auditoria de demonstrações contábeis no Brasil*. Dissertação de Mestrado do Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA/USP, 1998.

ARAÚJO, A. M. H. B., MENDES, P. C. M; SILVA, J. D. G. O Comportamento do Auditor Independente diante dos Prazos “Apertados” dos Programas de Auditoria. In: *II CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ADCONT. 2011*, Rio de Janeiro. 281 – O Comportamento do Auditor Independente diante dos Prazos, 2011.

ARRUÑADA, Benito. La calidad de la auditoria: incentivos privados y regulación. Madrid:Marical Pons, 1997

ASHTON, R.H., Effects of justification and a mechanical aid on judgment performance. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, vl.52,pp 292-306.1992;

AUTORE, D. M., BILLINGSLEY, R. S.; SCHNELLER, M. I. Information uncertainty and auditor reputation. *Journal of Banking and Finance*, vol. 33, p. 183-192, 2009;

BALL, Ray; BROWN, Philip. An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of Accounting Research*, vol. 6, nº 6, p.159-178, 1968.

BANZAS, Manoel Suarez. *Governança Corporativa no Setor Bancário: Evolução Recente no Mercado Brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Administração – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração, Rio de Janeiro, 2005.

BARRETO, Eric. *A Contabilidade a fair value e a Crise Financeira Mundial*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, 2009.

BARTH, Mary E. Fair value accounting: Evidence from investment securities and the market valuation of banks. *The Accounting Review*, 69(1), p. 1-25, 1994.

_____. Fair value and financial statement volatility. In: C. BORIO, W. C.; HUNTER, G. G., KAUFMAN & TSATSARONIS, K. (Eds.) *The Market Discipline Across Countries and Industries*, p. 323-333, Cambridge, MA; MIT Press. 2004

_____. Including estimates of the future in today's financial statements. *Accounting Horizons*: September 2006, Vol.20, nº 3, pp 271-285. 2006

BARTH, Mary E. LANDSMAN, Wayne R. International accounting standards and accounting quality. *SSRN. Eletronic Journal*, 2005. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=688041. Acesso em: 20/12/2011

BARTH, Mary E. LANDSMAN, Wayne R. How did financial reporting contribute to the financial crisis? *European Accounting Review*, vol. 19, nº 3, 399-423, 2010.

BAUWHEDE, H. V.; WILLEKENS, M.; GAEREMYNCK, A. Audit quality, public ownership and firms discretionary accruals management. *Working Paper*. August, 2000. Disponível em: <http://aaahq.org/audit/midyear/01midyear/papers/HVB-MW-3b.PDF>. Acesso em: 24/10/2012.

BEAVER, W. H. The information content of earnings announcements empirical research in accounting: selected studies. *Journal of Accounting Research*, Supplement, vol. 6, nº 6, p. 67-92, 1968.

BECKER, C. L.; DEFOND M. L.; JIAMBALVO J.; SUBRAMANYAM, K. R. The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*. vol. 15, n°1, spring 1998.

BEDARD, J. C.; JOHNSTONE, K. M. Earnings manipulation risk, corporate governance risk, and auditor's planning and pricing decisions. *The Accounting Review*, vol. 79, n° 2, p. 277-304, 2004.

BEHN, B. K.; CHOI, J.; KANG, T. Audit quality and properties of analyst earnings forecasts. *The Accounting Review*, vol. 83, n° 2, p. 327-49, 2008;

BENSTON, G. J. 'Fair-value accounting: A cautionary tale from Enron', *Journal of Accounting and Public Policy*, 25(4), pp. 465-484. 2006;

BENSTON, George J.; BROMWICH, Michael; WAGENHOFER, Alfred. Principles – Versus Rules-Based Accounting Santandards: The FASB's Santandard Setting Strategy. *ABACUS*, vol. 42, n°. 2, 2006.

BENSTON, George J.; BROMWICH, Michael; WAGENHOFER, Alfred. Worldwide Financial Reporting, The Development and future of accounting standards. Oxford University Press, New York (2006). *The International Journal of Accounting*, vol. 42, p. 444-453, 2007.

BESACIER, N. G.; HOTTEGINDRE, G.; FINE-FALCY, S. The impact of recent regulatory changes on perceived audit quality as viewed by French auditors. *European Accounting Association, 34rd Annual Meeting*, Rome, Italy, 19-22, April 2011.

BONNER, S. E.; PALMROSE, Z.; YOUNG, S. M. Fraud type and auditor litigation: an analysis of SEC Accounting and Auditing Enforcement Releases. *The Accounting Review*, vol. 73, p. 503-532, 1998.

BRASIL. Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende as sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 18, 28 dez. 2007.

BRAUNBECK, G. O. De emendas e sonetos: o mercado que o rodízio de auditores? 8° CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. São Paulo, 24 e 25 de julho de 2008.

BRAUNBECK, G.O. *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade- Universidade de São Paulo, 2010

CAPELLETTO, L. Rodrigues. *Mensuração do Risco Sistêmico no Setor Bancário com Utilização de Variáveis Contábeis e Econômicas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – Universidade de São Paulo, 2006.

CARQUEJA, Hernani O. Teoria da Contabilidade – Uma Interpretação. *Revista de Estudos Politécnicos*, vol. iv, nº 7, p. 7-40, 2007.

CARVALHO, L. N. G. *Uma contribuição à auditoria do risco de derivativos*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – Universidade de São Paulo/USP. São Paulo, 1996, 121 p.

CATTY, James P. IFRS: *Guia de Aplicação do Valor Justo*. Tradução: Costa, Francisco Araújo da, Zilio, Leonardo. Porto Alegre. Ed. Bookman, 2013.

CHANG, She-I; TSAI, Chih-Fong; SHIH, Dong-Her; HWANG, Chia-Ling. *The Development Of Audit Detection Risk Assessment System: Using The Fuzzy Theory And Audit Risk Model*. Expert Systems With Applications. Vol. 35 p.1053-1067, 2008.

CHRISTENSEN, John A.; DEMSKI, Joel S.; *Accounting Theory: an information content perspective*; McGraw-Hill Irving, New York, N.Y. 10020. 2003;

COHEN. J., KRISHNAMOORTHY, G., PEYTCHEVA, M., WRIGHT, A. *The Impact of Regulatory Enforcement and the Adoption of Principles-Based Accounting on Auditors' Judgments to Curb Aggressive Reporting*. Work Paper. February 2011. Disponível em: [http://area1.bwl.uni-mannheim.de/fileadmin/files/research_seminar/hws2011/Wright et al WP 2011 Rules Principles.pdf](http://area1.bwl.uni-mannheim.de/fileadmin/files/research_seminar/hws2011/Wright_et_al_WP_2011_Rules_Principles.pdf). Acesso em: 20/01/2012.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. Trad. Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMISSAO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. *Deliberação 539*. Aprova o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, 14 mar. 2008.

COOPER, S. Control, accounting and value-for-money implications of utility regulation: a literature review. *Managerial Auditing Journal*, vol.13, nº 2, p. 117-125, 1998.

CORAN, Paul; NG, Juliana; WOODLIFF, David. A survey of time budget pressure and reduced audit quality among Australian auditors. *Australian Accounting Review*, vol. 13, nº 1, pp. 38-44, mar. 2003.

CUCCIA, Andrew D.; KACKENBRACK, Karl; NELSON, Mark W. The Ability of professional standard to mitigate aggressive reporting. *The Accounting Review*, vol.70, p. 227-248, 1995.

CUPERTINO, C.M. Earnings management: estudo de caso do Banco Nacional. *Revista Contabilidade e Finanças*. São Paulo, nº 41, p.110-120, maio-agosto/2006.

_____ ; MARTINEZ, A. L. Qualidade da auditoria e earnings management: risk assessment através do nível dos accruals discricionários. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, vol. 19, nº 3, p. 69-93, jul/set. 2008.

DANTAS. J. A. *Auditoria em Instituições Financeiras: Determinantes de qualidade no mercado brasileiro*. Tese de doutorado. Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN, 2012.

_____ ; RODRIGUES, F. F.; NIYAMA, J. K. MENDES, P. C. M. Normatização Contábil Baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e risco. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol. 4, p.3/9-29, 2010.

DE DREU, C. K. W., S. Koole, and F. L. Oldersma. On the seizing and freezing of negotiator inferences: Need for cognitive closure moderates the use of heuristics in negotiation. *Personality and Social Psychology Bulletin* 25:348-362. 1999

DE DREU, C. K. W., B. Beersma, K. Stroebe, and M. Euwema. Motivated information processing, strategic choice, and the quality of negotiated agreement. *Journal of Personality and Social Psychology* 90 (6):927-943.2006

DE GRAUWE, P. “Act now to stop the markets’ vicious circle”, *Financial Times*, March, 20 and *CEPS Commentary*, March, 21. 2008.

DE LA DEHESA, G. *La primera gran crisis financeira del siglo XXI. Origenes, detonantes, efectos, respuestas y remédios*, Alianza Editorial. 2009

DESAI, Vikram; ROBERTS, R. W.; SRIVATAVA. An Analytical model for external auditor evaluation of the internal audit function using belief functions. *Contemporary Accounting Research*, vol. 27, Issue 2, p. 537-575, summer 2010.

DIPIAZZA, J., MCDONNELL, D., SAMYN, F.; FLYNN, T.; QUIGLEY, J. H., TURLEY, J. S., *Principles-based accounting standards*. White paper delivered by the CEOs of the International Audit Networks at the Global Public Policy Symposium. 2008 Disponível em: <http://www.globalpublicpolicysymposium.com/?s=Principles-based+accounting+standards>. Acesso em: 20/10/2012.

ERNST & YOUNG – Auditores Independentes. *Estudo sobre as diferenças e similaridades entre as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS e as Normas e Práticas Contábeis Brasileiras – fair value Measurements*, Brasil. 2008.

ERNST & YOUNG, FIPECAFI. *Manual de Normas Internacionais de Contabilidade IFRS versus Normas Brasileiras*. Ed. Atlas. 2009.

FASB. *Statement of Financial Accounting Standards 157 – Fair Value Measurements*, 2007. Ver em www.fasb.org.

FASB. “Determining the fair value of a financial asset when the market for that asset is not active.” *FASB Staff Position*, FSP FAS 157-3, October 10. http://www.fasb.org/pdf/fsp_fas157-3.pdf. Acesso em 12/08/2012

FASB. *Proposal for a Principles-Based Approach to U.S. Standard Setting*. Disponível em <<http://www.fasb.org.br>> Acesso em: 8/8/2012.

—, FAS 159, *The Fair Value Option For Financial Assets and Financial Liabilities Including an Amendment of FASB Statement Number 115*, FASB, February 2007

FARHI, Maryse; CINTRA, Marcelo A.; Macedo. *Informação dos Investidores: Classificação de Riscos, Contabilidade e Conflito de Interesses*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.23, n° 2, p. 761-786. 2002. Disponível em:

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2040/2422>. Acesso em: 14/7/2011.

FIELD, Andy. *Descobrendo a Estatística usando o SPSS*. Tradução Lorí Viali. 2ª Edição. Artmed Editora S.A. 2009

Forbes, Steve. 2009. “End Mark-to-Market.” Forbes. com. March 23. <http://www.forbes.com/2009/03/20/steve-forbes-mark-to-market-intelligent-investingmarket.html>. Acesso em 25/01/2012

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª edição. Ed. Atlas. 2009.

GLAVAN, Silviu. Fair Value Accounting in Banks and the Recent Financial Crisis. *Estabilidad Financiera*, p. 55-69, 2010.

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. *Teoria e Prática de Contabilidade de Gestão*. Lisboa, Rés Editora, 1994.

HAIR JR. et al. *Análise Multivariada de dados*. Tradução: Adonai Schlup Snta’Anna. 6ª Edição. Ed. Bookman. 2009

HODDER, L. D., HOPKINS, P. E.; WAHLEN, J. M., Risk-relevance of fair value income measures for commercial banks. *The Accounting Review*, 81(2), p. 337-3375, 2006(a).

HODDER, L. D.; MAYER, W. J., McANALLY, M. L.; WEAVER, C. D. Employee Stock Option Fair-Value Estimates: Do Managerial Discretion and Incentives Explain Accuracy? *Contemporary Accounting Research*. 23 (4), p. 933-975, 2006(b).

HENDRIKSEN, Eldon S; Van BREDA. *Teoria da Contabilidade*. Atlas: São Paulo, 1999.

IAASB. 'ISA 540 Auditing Accounting Estimates, Including Fair Value Accounting Estimates, and Related Disclosures', International Auditing and Assurance Standards Board. 2008

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB. International Financial Standards Reporting – *IFRS 13 - Fair Value Measurements*, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro Lopes, et al (coord.). *Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDICIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. Uma Investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do fair value. *Revista de Contabilidade e Finanças*. Edição 30 anos de Doutorado, p. 9-18, 2007.

IVASHINA, V., D. S. SHARFSTEIN. Bank lending during the financial crisis of 2008, Working Paper, *Journal of Financial Economics*. 97. p. 319-338. 2010

JOHNSON, S. PCAOB *Ponders how to audit fair value*. Jun. 2007. Disponível em: <http://www.cfo.com/printable/article.cfm/9349986>. Acesso em 25 jan. 2012.

KENNEDY, J. Debiasing audit judgment with accountability: A framework and experimental results. *Journal of Accounting Research* 31 (2). 1993.

———. Debiasing the Curse of Knowledge in Audit Judgment. *The Accounting Review* 70 (2):249-273. 1995

KERLINGER, Fred Nichols. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: E.P.U.: EDUSP, 1980.

KING, Alfred M. *Executives's Guide to Fair Value Profiting from the new valuation rules*. John Wiley & Sons, Inc. 2008

KIRK, N. E. 'True and Fair View' versus 'Present Fairly in Conformity with Generally Accepted Accounting Principles'. *Discussion Paper Series, Massey University, School of Accountancy*. New Zealand, 2001.

KLOTZLE, M. Cabus; ANDRADE Luciana Costa. Governança corporativa e desempenho dos Bancos no Brasil. *Gestão Org. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*. Volume 4, nº 4, set/dez.2006. Disponível em: . www.gestaoorg.dca.ufpe.br. Acesso em: 20/11/2013.

KOTHARI, S. P. Capital Markets Research in Accounting. *Journal of Accounting and Economics*, vol. 31, p. 105-231, 2001.

KRUGLANSKI, A. W. *Lay epistemics and human knowledge: Cognitive and motivational biases*. New York: Plenum.1989

KUMARASIRI, Jayanthi. FISCHER, Richard. Auditors' perceptions of fair-value accounting: developing country evidence. *International Journal of Auditing. Int. J. Audit.* 15, p. 66-87, 2011.

LANDSMAN, W. R. 'Is Fair Value Accounting Information Relevant and Reliable? Evidence from Capital Market Research', *Accounting e Business Research*, pp. 19-30.2007

LERNER, J. S., TETLOCK, P. E., Accounting for the effects of accountability. *Psychological Bulletin*, 125 (2), p. 255-275, 1999.

LIBBY, R.; BLOOMFIELD, R.; NELSON, M. W. Experimental research in financial accounting. *Accounting Organizations and Society* 27: 775-810. 2002

LOPES, Alexsandro Broedel, et al. *A Informação Contábil e o Mercado de Capitais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____ ; IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Sobre a Necessidade de se Estudar Contabilidade e (e não ou) Finanças. Editorial. *Revista Contabilidade & Finanças*, nº 47, p.5, mai/ago. 2008.

_____ ; GALDI, Fernando Caio; LIMA, Iran Siqueira. *Manual de Contabilidade e Tributação de Instrumentos Financeiros e Derivativos*. São Paulo: Atlas, 2009.

_____ ; Implementação de IFRS no Brasil. SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO ADOÇÃO DE IFRS: AVANÇOS E DESAFIOS. CFC, fev. 2011 (Palestra).

LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. *A (In) Justiça do fair value: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon*. Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/172.pdf. Acesso em: 19/11/2011.

MAINES, Lauren A. *et al.* Evaluating concepts-based vs. rules-based approaches to standard setting. *Accounting Horizons*, vol. 17, nº 1, p.73-89, 2003.

MARTINEZ, A. L. Quando o conselho de administração e auditoria evitam earnings management? Evidências empíricas para empresas brasileiras. 8º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2008. São Paulo: USP, 2008.

_____. Novo mercado, auditoria e o gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais no Brasil. 9º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. SÃO PAULO: USP, 2009.

_____; REIS, G. M. R. Rodízio de auditores e o gerenciamento de resultados. 10º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, SÃO PAULO/SP, 2010.

MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS SILVA, Lino. Blog. Disponível em: <http://linomartins.wordpress.com/2008/11/12/valor-justo-face-a-crise-financeira-e-o-papel-dos-contadores/>. Acesso em: 20/11/2011.

MATIAS PEREIRA, Jose. *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. 2ª ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2010.

MILLER, Warren D. *Value Maps: Valuation tools that Unlock Business Wealth*. John Wiley & Sons, Inc. 2010

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. *IFRS Normas Internacionais de Contabilidade para Bancos*. São Paulo. Ed. Atlas, 2010.

NELSON, Mark W. Behavioral evidence on the effects of principles- and rules-based standards. *Accounting Horizons*, vol. 17, nº 1, p. 91-104, 2003.

NELSON, Mark W.; ELLIOTT, John; TARPLEY, Robin L. Evidence from Auditors about Manager's and Auditor's Earnings Management Decisions. *The Accounting Review*, vol.77, p. 175-202, Supplement, 2002.

_____. Behavioral Evidence on the Effects of Principles- and Rules-Based Standards. *Accounting Horizons*, vol. 17, nº 1, p. 91-104, 2003.

NIYAMA, Jorge Katsumi. *Contabilidade Internacional*. São Paulo. Ed. Atlas. 2008^a.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: 2ª Ed. Atlas, 2011.

NOBES, Christopher W. Rules-Based standards and the lack of principles in accounting. *Accounting Horizons*, vol. 19, nº1, p.25-34, 2005.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva (Coord.). *Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade*. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLSON, Mark. PCAOB: *Can Auditors Handle Fair Value?* Jun. 2007. Disponível em: <http://www.cfo.com/printable/article.cfm/9319788>. Acesso em: 25/01/2012.

OTLEY, D. T. & Pierce, B. J. Audit time budget pressure: Consequences and antecedents. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 9 (1), p. 31-58, 1996.

PANNESE, D., DELFAVERO, A. Fair Value Accounting: Affect On The Auditing Profession. *Journal of Applied Business Research*, vol. 26, nº 3, p. 43-50, 2010.

PARKER, R. H.; NOBES, O. W. True and Fair: a survey of UK financial directors. *Journal of Business Finance & Accounting*, p. 359-375, April 1991.

PASQUALI, Luiz, et. Al. *Instrumentação Psicológica: Fundamentos e Práticas*. Ed. Artmed. 2010

PENMAN, S. H. Financial Reporting quality: is fair value a plus or a minus? [Special issue: international accounting policy forum]. *Accounting e Business Research*, p. 33-44, 2007.

PEYTCHEVA, M.; WRIGHT, A. M. The Impact of Principles versus Rules-Based Accounting Standards on Auditors' Motivations and Judgments. *Working Paper*, 2010.

PIERCE, Bernard.; SWEENEY, Breda. Cost-quality conflict in audit firms: an empirical investigation. *European Accounting Review*, vol. 13, nº 3, p. 415-441, 2004.

PLANTIN, G., SAPRA, H; SHIN. H.S. Marking-to-Market: Panacea or Pandora's Box? *Journal of Accounting Research*, 46pp. 435-460. 2008

PRICE WATERHOUSE COOPERS. *IFRS Manual of accounting 2009 Global Guide to International Financial Reporting Standards*, 2009.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. *Understanding new IFRSs for 2009 – A guide to IAS 1 (revised), IAS 27 (revised), IFRS 3 (revised) and IFRS 8*. Global Edition. CCH.a Wolters Kluwer Business, 2009.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. *IFRS Manual of Accounting 2009 Global guide to International Financial Reporting Standards*. CCH.a Wolters Kluwer Business, 2008.

PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD (PCAOB). AU SECTION 328. *Auditing Fair Value Measurements And Disclosures. SAS 101, SAS 113*. Disponível em: <http://www.aicpa.org/Research/Standards/AuditAttest/DownloadableDocuments/AU-00328.pdf>. Acesso em 15 out. 2012.

RICH, J. PCAOB: *Academia Research Report*.2006 Jun. 2007. Disponível em: <http://www.cfo.com/printable/article.cfm/9349986>. Acesso em 25 jan. 2012

RICHARDSON, Scott, TUMA Irem, WYSOCKI, Peter. Accounting anomalies and fundamental analysis: A review of recent research advances. *Journal of Accounting and Economics*. nº 50, p.410-454, out. 2010.

SAPRA.H. *The Economic Trade-offs in the fair value debate*. Chicago Booth Working Paper nº 09-35.2009

SCHIPPER, Katherine. Principles-Based Accounting Standards. *Accounting Horizons*, vol. 17, nº 1, p.61-72, 2003.

_____. The Introduction of International Accounting Standards in Europe: Implications for International Convergence. *European Accounting Review*, vol. 14, nº 1, 2005.

SCOTT, D. R. The basis of accounting principles. *The Accounting Review*, Sarasota, vol.16, nº 4, p. 341-349, Dec. 1941.

SCOTT, William R. *Financial Accounting Theory*. Fifth edition. Person Prentice Hall.Toronto, Canada, 2009.

Securities and Exchange Commission (SEC). “*Report and Recommendations Pursuant to Section 133 of the Emergency Economic Stabilization Act of 2008: Study on Mark-to-Market Accounting*. 2008

SHAFFER, S. Fair value accounting: villain or innocent victim - exploring the links between fair value accounting, bank regulatory capital and the recent financial crisis, Working Paper, *Federal Reserve Bank of Boston Quantitative Analysis Unit*. (2010).

SIEGEL-JACOBS, K.; YATES, J.F., Effects of procedural and outcome accountability on judgment quality. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 65 (1), p.1-17, 1996.

TETLOCK, P.E., Accountability and complexity of thought. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 45, p. 74-83, 1983.

UNITED STATES SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION, *Report and Recommendations Pursuant to Section 133 of the Emergency Economic Stabilization Act of 2008: Study on Mark-To-Market Accounting*.

WALLISON, P. J. Fair Value Accounting A Critique. *American Enterprise Institute for Public Policy Research*. Outlook, Series. July.2008a

WALLISON, P. J.. “Judgment too Important to be Left to the Accountants”, *Financial Times*, May, 1. 2008b

WATTS, Ross L. Conservatism in Accounting – Part I: Explanations and Implications. *Accounting Horizons*, vol. 17, nº 3, p. 207-221, Sep. 2003a. <http://dx.doi.org/10.2308/acch.2003.17.3.207>.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. True and Fair View: um entrave ou um impulso para a Contabilidade? *Revista Contabilidade e Finanças*, vol. 10, nº 17, p. 35-46, jan/abr, 1998.

WHALEN, R. C. “The Subprime Crisis - Causes, Effect and Consequences”, *Networks Financial Institute Policy Brief* No. 2008-PB-04, March. (2008).

ZACK, G. M. *Fair Value Accounting Fraud*. New Global Risks & Detection Techniques. John Wiley & Sons, Inc. 2009.

ZYLA, M. L., *Fair Value Measurements Practical Guidance and Implementation*. Wiley. John Wiley & Sons, Inc., 2010.

APÊNDICE 1 - Carta de Encaminhamento do Questionário



Prezado Auditor (a),

Este é um instrumento preliminar para coleta de dados da tese de doutorado de Paulo Cesar de Melo Mendes, aluno do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UnB, UFPB e UFRN, orientado pelo Professor Dr. Jorge Katsumi Niyama, cujo objetivo é analisar a percepção do auditor em relação aos instrumentos financeiros derivativos avaliados e mensurados ao valor justo e como está sendo o processo de aplicação dos procedimentos de auditoria em relação ao *fair value measurement* em níveis mais complexos de avaliação.

Para alcançar esse objetivo, vimos solicitar a colaboração do (a) senhor (a) para responder esse questionário sobre estimativas contábeis, especificamente sobre mensuração a *fair value*.

Os dados fornecidos serão utilizados para fins estritamente científicos, em nenhum momento serão divulgados os nomes dos respondentes. O êxito da pesquisa depende da integridade das respostas do (a) senhor (a), assim é necessária total atenção na leitura.

Desde já agradecemos a participação!

Atenciosamente,

Jorge Katsumi Niyama

**Professor do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis – UnB, UFPB e UFRN**

Paulo Cesar de Melo Mendes

**Doutorando do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis – UnB, UFPB e UFRN**

APÊNDICE 2 – Carta de Apresentação da Pesquisa



Prezado Senhor(a)

PAULO CÉSAR DE MELO MENDES, aluno do Programa Multiinstitucional e Inter Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, pela UFRN/UFPB/UnB está engajado em um projeto de pesquisa intitulado “Auditoria de Valor Justo em Instituições Financeiras: A Percepção dos Auditores na Mensuração dos Instrumentos Financeiros”. A orientação do trabalho é de responsabilidade do Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama. O objetivo geral da tese é analisar a percepção do auditor em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3, em instituições financeiras, nos aspectos de relevância e avaliação do risco de auditoria.

Diversas etapas da pesquisa já foram percorridas. Atualmente o trabalho está na fase que trata da validação de ações que oferecem maior dificuldade para realização de auditoria e quais as ações que podem mitigar os riscos de auditoria. Para tanto, com o auxílio e apoio do IBRACON – Instituto dos auditores Independentes do Brasil encaminhamos um questionários aos agentes pesquisados: Auditores independentes.

Dessa forma, vimos solicitar a indispensável colaboração de V.Sa. no sentido de conceder ao nosso aluno as respostas ao questionário disponível no link: <https://pt.surveymonkey.com/s/F9THWJC>.

Informamos que os dados fornecidos serão tratados de forma agregada, de maneira que seja impossível a identificação dos respondentes.

Acreditamos que a tese desenvolvida trará contribuição relevante para o avanço de melhorias nos procedimentos de auditoria e avaliação do risco nos instrumentos financeiros a *fair value*.

Atenciosamente,
Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama
Universidade de Brasília

APÊNDICE 2.1– CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DO PRÉ-TESTE DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Prezado (a) Senhor (a)

Programa Multiinstitucional e Inter Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, pela UFRN/UFPB/UnB e estou engajado em um projeto de pesquisa intitulado “Auditoria de Valor Justo em Instituições Financeiras: A Percepção dos Auditores na Mensuração dos Instrumentos Financeiros”. A orientação do trabalho é de responsabilidade do Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama.

O objetivo geral da tese é analisar a percepção do auditor em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3, em instituições financeiras, não aspectos de relevância e avaliação do risco de auditoria.

Atualmente o trabalho está na fase que trata da validação da pesquisa. Para tanto encaminho um questionário aos auditores independentes.

Assim, para verificar se o instrumento está adequado ao objetivo da pesquisa, precisamos realizar um pré-teste. Trata-se de um momento importante da pesquisa que possibilitará averiguar a adequação e clareza das perguntas. Nesse sentido contamos com sua colaboração que terá uma função muito importante, possibilitando que o questionário seja melhorado.

O questionário está disponível por meio do link: <https://pt.surveymonkey.com/s/F9THWJC>.

Agradeço a sua participação e me coloco a disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Cordialmente,

Paulo César de Melo Mendes

Doutorando em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-institucional e Inter Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, pela UFRN/UFPB/UnB

APÊNDICE 2.2– CARTA DE SOLICITAÇÃO DE APOIO AO CRC – DF PARA A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Brasília – DF, 5 de novembro de 2013.

Ao: Conselho Regional de Contabilidade CRC. DF
A/C: Ilmo. Senhor Presidente Adriano de Andrade Marrocos

Venho por meio de este me apresentar como orientador do curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB e apresento também o aluno Paulo César de Melo Mendes, doutorando em Ciências Contábeis que está em fase de elaboração de sua tese sob minha orientação.

O objetivo geral da tese é analisar a percepção do auditor em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3, em instituições financeiras, não aspectos de relevância e avaliação do risco de auditoria

Uma etapa específica se trata da validação da pesquisa por meio de um questionário. Para tanto, será necessário o envio desse questionário para diversos auditores independentes que possuam CNAE.

Nesse aspecto, solicitamos o apoio e contribuição do CRC.DF nessa etapa de envio dos questionários ao entender que a identificação e participação deste Conselho dará maior respaldo e sucesso no processo.

Sua contribuição será valiosa para que nosso aluno possa concluir com êxito seus estudos. Assim transcrevo os dados do aluno e de seu orientador para possíveis contatos:

Paulo Cesar de Melo Mendes (Doutorando)
mendes@unb.br

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama (Orientador)
jorgekatsumi@gmail.com

Grato pela colaboração

APÊNDICE 2.3 – COMENTÁRIOS DIVERSOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES NA PESQUISA

Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de instrumentos financeiros

Caso você tenha concordado com o item 1, descreva os problemas mais comuns em sua opinião.

1. Hoje em dia muitas das instituições financeiras encontram-se em constante revisão da estrutura organizacional visando atender aos padrões exigidos pelo mercado e pelos órgãos, fundos e leis como SOX. Em últimos trabalhos realizados como auditora externa (hoje sou auditora interna), fiz a reestruturação de dois bancos de médio porte mineiros, reformulando comitês executivos, criando comitê de auditoria, conselhos etc.
2. Profissionais estão diretamente interessados no desempenho da empresa em função de bônus etc. Esse aspecto de alguma forma serve como base para diversas outras deficiências também.
3. Inexperiência com controles dessa natureza, já que são temas e riscos mais recentes dos que os demais riscos e temas da área financeira.
4. Falta de controles internos.
5. Não concretização das políticas de investimentos. Descumprimentos de normativos e de aspectos legais. Não acatamento do limite de alçadas. Sistema de avaliação de riscos ausentes ou deficitários ou obsoletos. Órgãos Estatutários com pouca ou nenhuma atuação.
6. Inexistência de profissionais qualificados no mercado.
7. Falta de capacidade do pessoal que lida com o assunto.
8. Sobreposição nas atribuições de funções dos executivos / Utilização e Aplicação de apuração e apresentação de resultados consolidados não propiciam visão e controles suficientes e eficientes.
9. Controles contábeis são renegados ou sua importância é subavaliada.
10. A falta de conhecimento profundo acerca dos instrumentos financeiros causa insegurança aos líderes de mercado o que reflete na elaboração e gestão dos controles que visam a mitigar os riscos nessa área.
11. Nas instituições financeiras esse tema é exceção, mas na maioria das instituições não-financeiras (empresas) é tratado como um assunto de "banco" e confia-se exageradamente na informação prestada pela instituição financeira, contraparte na transação, mas que não necessariamente utiliza as mesmas premissas para mensuração do valor justo que deveria utilizar a empresa.

APÊNDICE 3 – ANÁLISE DESCRITIVA DO QUADRO FUNCIONAL DOS AUDITORES

Dos 14 sócios de empresas de auditoria, 12 são do gênero masculino e 2 do gênero feminino. Dos 21 gerentes de auditoria, 19 gênero masculino, 2 do gênero feminino. Dos 16 seniores 13 são do gênero masculino e 3 do gênero feminino.

Na faixa etária, dos 14 sócios de empresas de auditoria, 5 estão acima de 51 anos de idade. Dos 21 gerentes de auditoria, 7 estão entre 31 a 35 anos de idade. Dos 16 seniores de auditoria, 7 estão entre 26 a 30 anos de idade.

Na análise de formação dos sócios 14 responderam que possuem graduação completa, sendo 13 no curso de ciências contábeis e 1 em Administração. Desses, 1 possui mestrado e 1 com doutorado.

Os gerentes de auditoria, 18 responderam que possuem graduação completa, e 3 com mestrado, sendo 15 com formação em Ciências Contábeis, 4 em Administração e 2 formados em Economia.

Os auditores seniores, 12 responderam que possuem graduação completa, 3 com graduação incompleta e um com mestrado, sendo a formação com 13 em Ciências Contábeis, 1 em Economia e 1 em Direito.

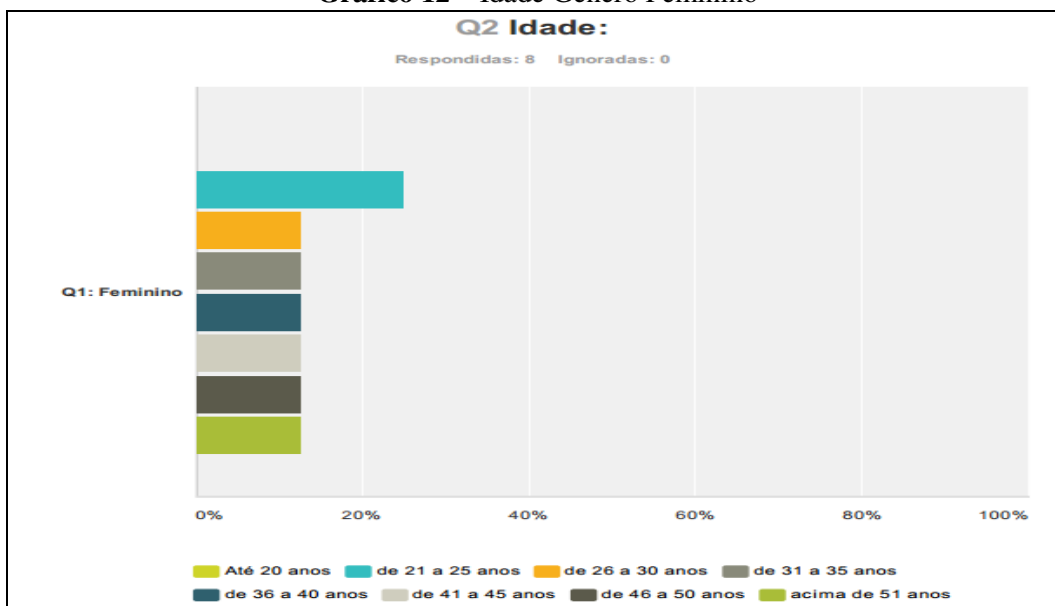
Quanto ao tempo de experiência na função de auditor, apenas 10 seniores responderam que possuem menos que 4 anos, os demais acima desse período, correspondendo as expectativas da pesquisa.

APÊNDICE 4 – ANÁLISE DESCRITIVA DO GÊNERO FEMININO

Foi obtido um número pequeno de respondentes do gênero feminino, contudo é interessante demonstrar o perfil para futuras comparações e estudos tendo em vista sua escala funcional, sua formação acadêmica com mestrado e doutorado.

A faixa etária demonstra uma quantidade de respondentes dividida em todas as faixas expostas, sendo 1 representante em cada faixa e duas representantes da faixa entre 21 a 25 anos. O que demonstra que a classe feminina ainda é muito jovem nessa profissão, contudo com boa formação.

Gráfico 12 – Idade Gênero Feminino

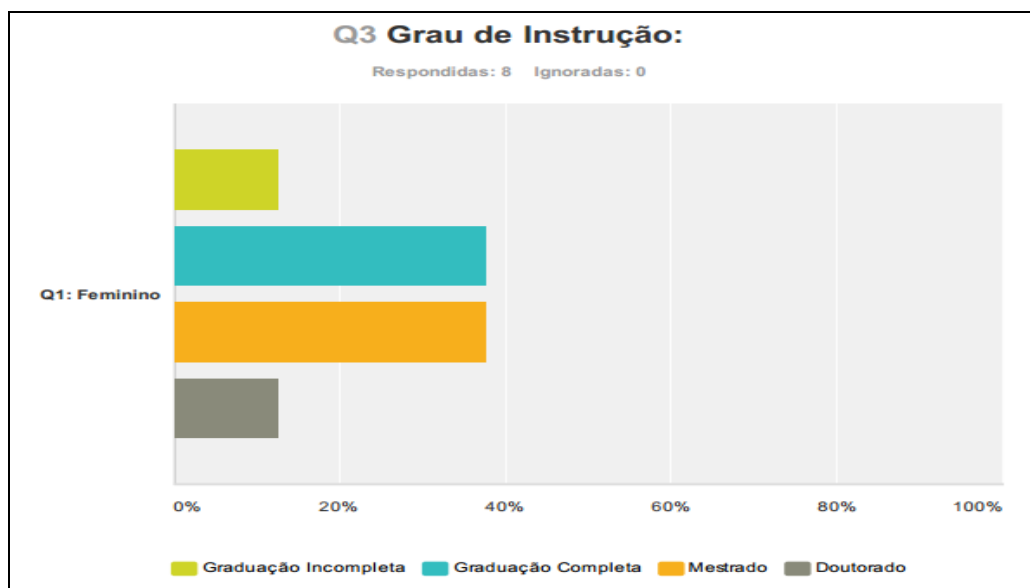


Fonte: elaborado pelo autor.

Foi obtido um total de 3 auditoras com graduação completa, 3 auditoras com mestrado e 1 auditora com doutorado, demonstrando que apesar de uma classe menor representada pelas respondentes, é formada com consistência acadêmica na profissão.

Na área de formação, foi identificado 5 auditoras formadas em Ciências Contábeis, 2 formadas em Administração e 1 formada em Direito.

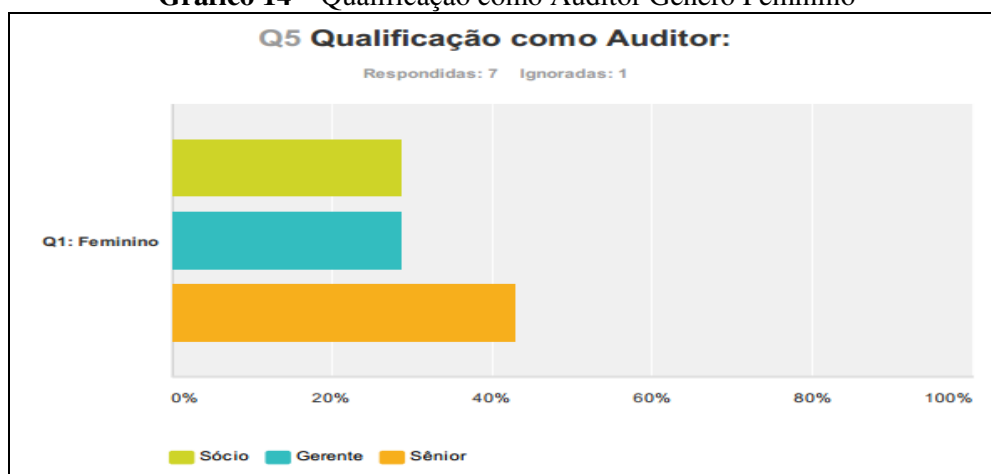
Gráfico 13 – Formação Acadêmica – Gênero Feminino



Fonte: elaborado pelo autor.

Percebe-se uma graduação consistente, junto com as funções identificadas que as respondentes possuem conhecimento teórico sobre o assunto. Na seleção inicial do perfil dos auditores foi constatado que as auditoras selecionadas possuíam experiência funcional e acadêmica, sendo que algumas trabalhavam diretamente com análise de risco de investimentos. No quadro funcional, foram identificadas 2 sócias de empresas de auditoria, 2 gerentes de auditoria, 3 como seniores e 1 como assistente.

Gráfico 14 – Qualificação como Auditor Gênero Feminino



Fonte: elaborado pelo autor.

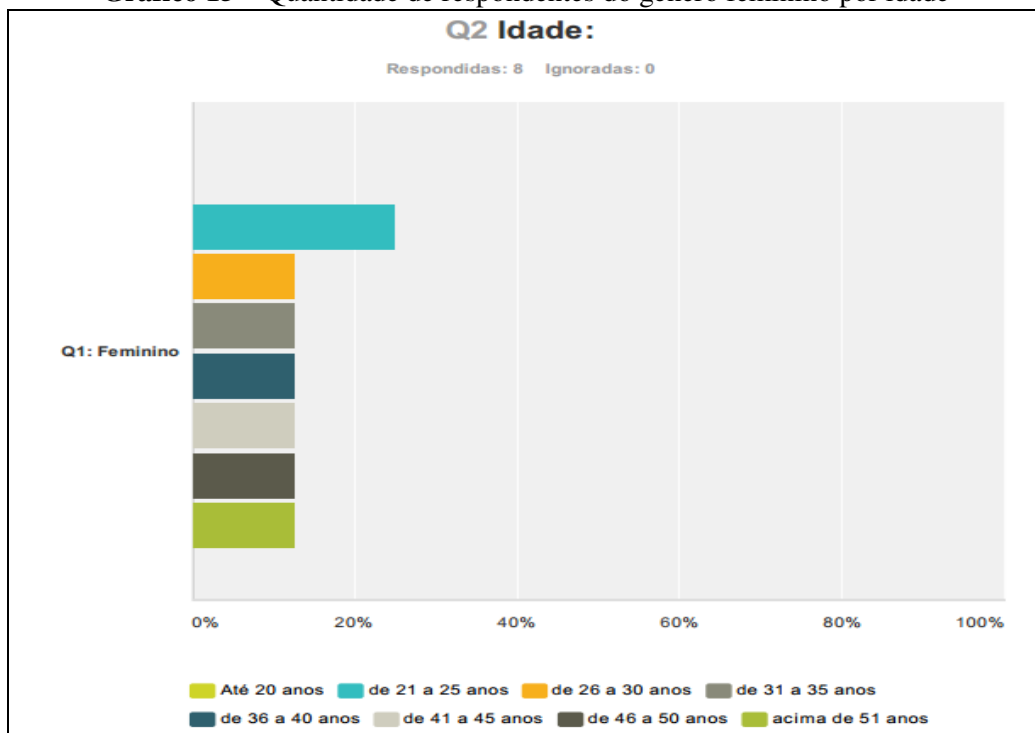
Como tempo de experiência funcional, 5 declararam com experiência acima de 4 anos o que comprova boa experiência funcional.

Tabela 15 – Quantidade de respondentes do gênero feminino

	Masculino	Feminino	Total
Q1: Feminino	0%	100%	8
	0	8	
Total de questionados	0	8	8

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 15 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por idade



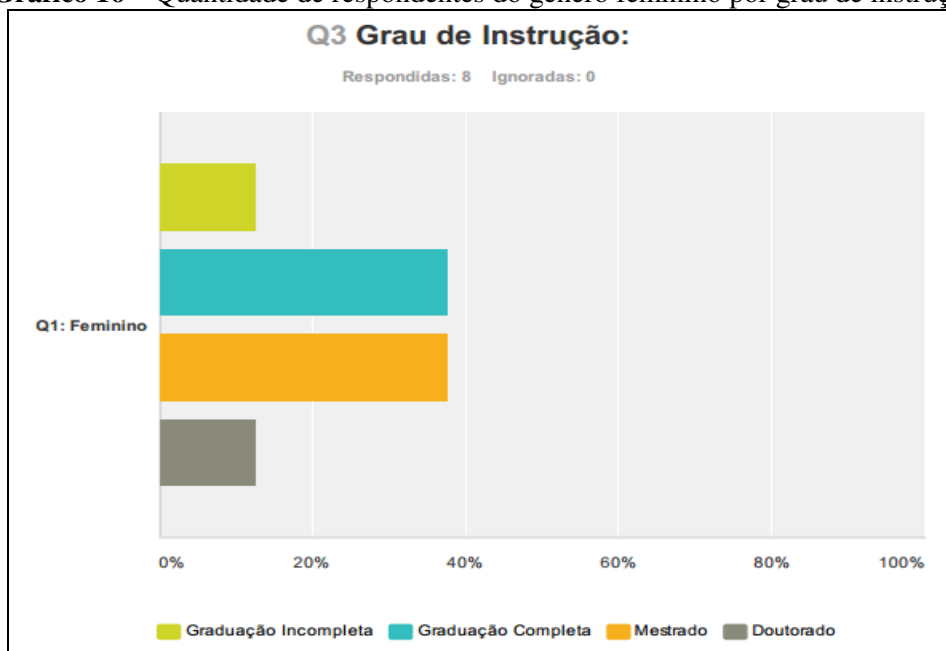
Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 16 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por idade

	Até 20 anos	de 21 a 25 anos	de 26 a 30 anos	de 31 a 35 anos	de 36 a 40 anos	de 41 a 45 anos	de 46 a 50 anos	acima de 51 anos	Total
Q1: Feminino	0%	25%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	8
	0	2	1	1	1	1	1	1	
Total de questionados	0	2	1	1	1	1	1	1	8

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 16 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por grau de instrução



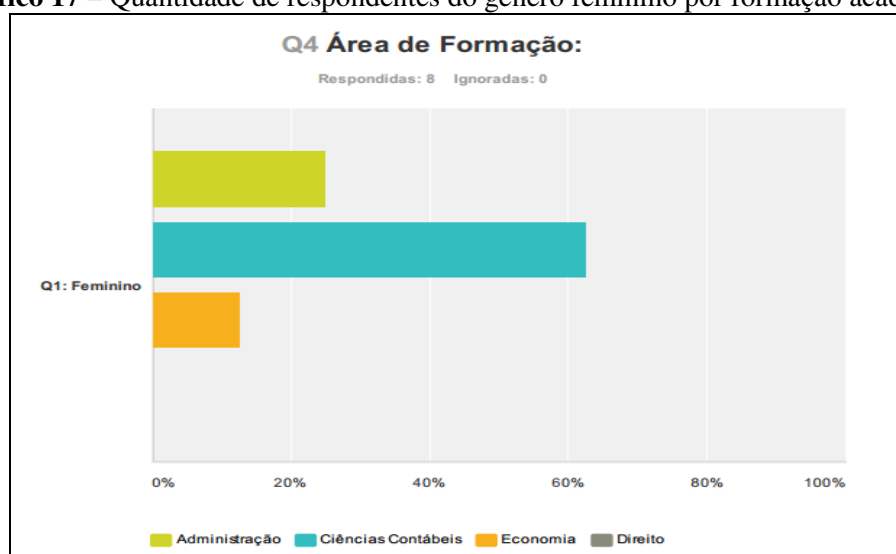
Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 17 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por grau de instrução

	Graduação Incompleta	Graduação Completa	Mestrado	Doutorado	Total
Q1: Feminino	12,50% 1	37,50% 3	37,50% 3	12,50% 1	8
Total de questionados	1	3	3	1	8

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 17 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por formação acadêmica



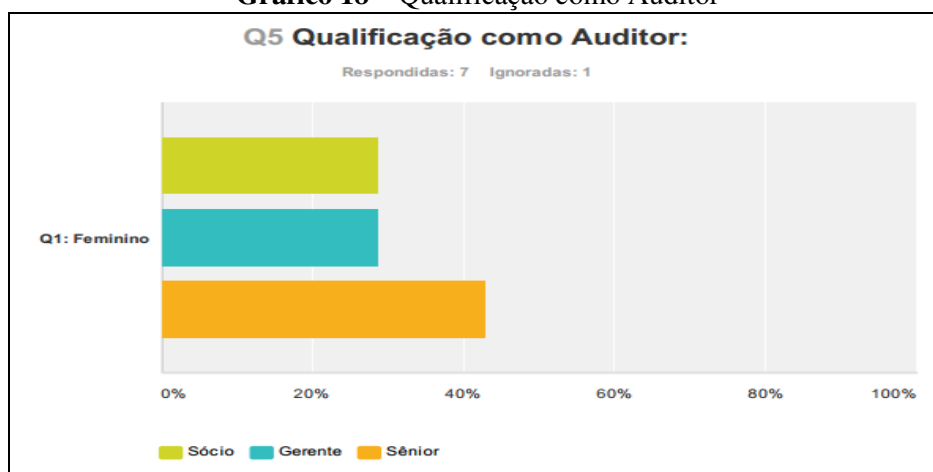
Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 18 – Quantidade de respondentes do gênero feminino por formação acadêmica

	Administração	Ciências Contábeis	Economia	Direito	Total
Q1: Feminino	25% 2	62,50% 5	12,50% 1	0% 0	8
Total de questionados	2	5	1	0	8
			Outra:	Total	
Q1: Feminino				1	1

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 18 – Qualificação como Auditor



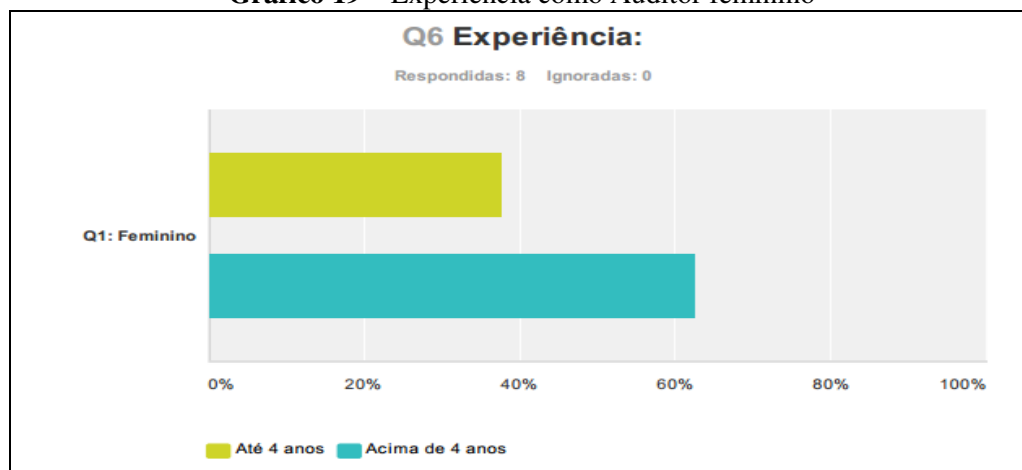
Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 19 – Qualificação do Auditor do gênero feminino

	Sócio	Gerente	Sênior	Total
Q1: Feminino	28,57% 2	28,57% 2	42,86% 3	7
Total de questionados	2	2	3	7
			Outra:	Total
Q1: Feminino				1

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 19 – Experiência como Auditor feminino



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 20 – Experiência do Auditor do gênero feminino

	Até 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Q1: Feminino	37,50% 3	62,50% 5	8
Total de questionados	3	5	8

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 21 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino

1) Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados.						
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total
Q1: Feminino	0% 0	12,50% 1	25% 2	62,50% 5	0% 0	8
2) Os princípios básicos de controle aplicados a outras atividades empresariais financeiras não devem ser os mesmos aplicados com operações com derivativos						
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total
Q1: Feminino	12,50% 1	37,50% 3	25% 2	25% 2	0% 0	8
3) Existe uma dificuldade inerente em afirmações de mudança material no valor dos derivativos.						
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total
Q1: Feminino	0% 0	0% 0	37,50% 3	50% 4	12,50% 1	8
4) Os inputs não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação;						
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total
Q1: Feminino	12,50% 1	0% 0	12,50% 1	62,50% 5	12,50% 1	8
5) O sistema tecnológico e a dificuldade de identificação dos controles dos riscos envolvidos é um problema enfrentado por varias instituições financeiras.						

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 22 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino

1) Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de instrumentos financeiros						
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total
Q1: Feminino	0% 0	12,50% 1	37,50% 3	25% 2	25% 2	8
2) É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa						
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total
Q1: Feminino	0% 0	0% 0	25% 2	25% 2	50% 4	8
3) Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado						
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total
Q1: Feminino	0% 0	12,50% 1	37,50% 3	50% 4	0% 0	8
	Q1: Feminino					Total
Caso voce tenha concordado com o item 1, descreva os problemas mais comuns em sua opinião						3

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 23 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino

1) O problema de avaliação envolvendo subjetividade são as condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto.						
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total
Q1: Feminino	12,50% 1	0% 0	37,50% 3	12,50% 1	37,50% 3	8
2) O maior problema da Mensuração do Valor Justo é a Instabilidade do Mercado Acionário e de Capitais						
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total
Q1: Feminino	12,50% 1	25% 2	25% 2	25% 2	12,50% 1	8

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 24 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino

	Análise em tempo real - tempestividade	Verificação dos limites individuais - limites de riscos estabelecidos	Abordagem proativa - análise do comportamento futuro de preços e taxas	Simulações e testes - teste de stress	Total
Q1: Feminino	25% 2	37,50% 3	25% 2	12,50% 1	8
Total de questionados	2	3	2	1	8

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 25 – Percentual de respostas ao Questionário do Auditor do gênero feminino

	Volatilidade dos produtos	Comportamento futuro dos preços e taxas	Alavancagem dessas Operações (Lucros ou Prejuízos)	Variações de mercado	Total
Q1: Feminino	28,57% 2	28,57% 2	14,29% 1	28,57% 2	7
Total de questionados	2	2	1	2	7

Fonte: elaborado pelo autor.

APÊNDICE 5 – ALFA DE CRONBACH'S

Quadro 5 – Alfa de CRONBACH'S

Reliability Statistics	
Cronbach's Alpha	N of Items
,740	26

APÊNDICE 6 – ANÁLISE CORRESPONDÊNCIA

Quadro 6 – Resultado análise correspondência

Summary						
Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,598	,357			,725	,725
2	,359	,129			,262	,987
3	,080	,006			,013	1,000
Total		,493	22,165	,008 ^a	1,000	1,000

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 7 – Análise de correspondência questão 1

Correspondence Table					
posicao_auditor	Ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de auditoria de mensuração de valor justo				
	discordo totalmente	discordo parcialmente	nem concordo nem discordo	concordo parcialmente	Active Margin
junior	0	4	0	0	4
senior (analista, pleno e regulador)	0	5	1	6	12
gerente (coordenador e supervisor)	0	5	3	9	17
socio ou VP	4	1	2	5	12
Active Margin	4	15	6	20	45

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 8 – Resumo da Análise de Correspondência

Summary		
Dimension	Confidence Singular Value	
	Standard Deviation	Correlation
1	,090	,322
2	,097	
3		
Total		

a. 9 degrees of freedom

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 9 – Análise de correspondência questão

Correspondence Table					
posicao_auditor	Ausência de ceticismo profissional dos auditores suficiente para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos				
	discordo totalmente	discordo parcialmente	nem concordo nem discordo	concordo parcialmente	Active Margin
junior	2	2	0	1	5
senior (analista, pleno e regulador)	0	3	2	9	14
gerente (coordenador e supervisor)	0	7	1	11	19
socio ou VP	0	1	3	5	9
Active Margin	2	13	6	26	47

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 10 – Análise de correspondência questão

Summary						
Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,643	,414			,791	,791
2	,324	,105			,200	,992
3	,066	,004			,008	1,000
Total		,523	24,580	,003 ^a	1,000	1,000

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 11 – Análise de correspondência questão

Correspondence Table					
posicao_auditor	Ausência de envolvimento de especialista em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de expertise do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros				
	discordo totalmente	discordo parcialmente	nem concordo nem discordo	concordo parcialmente	Active Margin
junior	2	1	0	1	4
senior (analista, pleno e regulador)	0	1	0	11	12
gerente (coordenador e supervisor)	2	5	1	10	18
socio ou VP	0	0	2	3	5
Active Margin	4	7	3	25	39

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 12 – Resultado da análise de correspondência

Summary						
Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,561	,314			,578	,578
2	,437	,191			,350	,928
3	,198	,039			,072	1,000
Total		,544	21,229	,012 ^a	1,000	1,000

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 13 – Análise de correspondência questão

Correspondence Table					
posicao_auditor	Falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissional experiente em auditoria de FVM				Active Margin
	discordo totalmente	discordo parcialmente	nem concordo nem discordo	concordo parcialmente	
junior	2	2	1	0	5
senior (analista, pleno e regulador)	1	3	6	3	13
gerente (coordenador e supervisor)	1	2	3	12	18
socio ou VP	0	2	2	3	7
Active Margin	4	9	12	18	43

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 14 – Resultado da análise de correspondência

Summary						
Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,518	,268			,709	,709
2	,311	,097			,256	,965
3	,114	,013			,035	1,000
Total		,378	16,261	,062 ^a	1,000	1,000

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 15 – Análise de correspondência questão 5

Correspondence Table					
posicao_auditor	Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado				
	discordo totalmente	discordo parcialmente	nem concordo nem discordo	concordo parcialmente	Active Margin
junior	0	1	3	2	6
senior (analista, pleno e regulador)	0	5	3	7	15
gerente (coordenador e supervisor)	1	0	9	6	16
socio ou VP	3	3	2	5	13
Active Margin	4	9	17	20	50

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 16 – Resultado da análise de correspondência

Summary						
Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,445	,198			,632	,632
2	,336	,113			,358	,990
3	,056	,003			,010	1,000
Total		,314	15,704	,073 ^a	1,000	1,000

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 17 – Análise de correspondência questão

Correspondence Table					
Idade	Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado				
	Não muito relevante	Fracamente Relevante	Relevante	Muito Relevante	Active Margin
de 21 a 25	0	1	7	1	9
de 26 a 30	1	2	10	0	13
de 31 a 35	0	3	2	4	9
de 36 a 40	0	2	6	0	8
de 41 a 45	0	1	2	2	5
de 46 a 50	0	0	2	4	6
acima de 51	0	0	5	0	5
Active Margin	1	9	34	11	55

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 18 – Resultado da análise de correspondência

Summary						
Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,625	,390			,748	,748
2	,291	,085			,163	,911
3	,215	,046			,089	1,000
Total		,521	28,667	,053 ^a	1,000	1,000

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 19 – Análise de correspondência questão

Correspondence Table						
Idade	Ausência de ceticismo profissional dos auditores suficiente para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos				Active Margin	
	discordo totalmente	discordo parcialmente	nem concordo nem discordo	concordo parcialmente		
de 21 a 25	1	1	0	5	7	
de 26 a 30	0	4	1	7	12	
de 31 a 35	0	5	1	3	9	
de 36 a 40	0	1	0	5	6	
de 41 a 45	0	0	2	1	3	
de 46 a 50	1	0	0	1	2	
acima de 51	0	1	2	2	5	
Active Margin	2	12	6	24	44	

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 20 – Resultado da análise de correspondência

Summary						
Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,603	,363			,522	,522
2	,491	,241			,346	,867
3	,304	,092			,133	1,000
Total		,697	30,656	,032 ^a	1,000	1,000

Fonte: elaborado pelo autor.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

Prezado Auditor(a),

O órgão americano Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) identificou, por meio de suas fiscalizações referentes aos anos de 2008 a 2011, diversas deficiências nos trabalhos de auditoria independente relacionadas a testes de impairment e de mensurações de determinados ativos avaliados a valor justo, em especial quanto à precificação de instrumentos financeiros por parte dos clientes auditados.

Conforme pesquisa realizada pela empresa americana Acuitas, Inc , as inspeções realizadas pelo PCAOB nas auditorias relacionadas nos exercícios de 2008 a 2011, revelaram as deficiências que resumimos no tópico 3 - Descrição das Deficiências Apontadas pelo PCAOB nas Auditorias Relacionadas à Mensuração de Valor Justo” e que foram motivadas basicamente por testes inadequados nos modelos de precificação de ativos e por testes inadequados de impairment quando utilizadas informações financeiras projetadas pela administração das empresas auditadas.

O objetivo da pesquisa é colher a percepção dos auditores independentes brasileiros sobre as motivações que levam às falhas identificadas pelo PCAOB nos trabalhos de auditoria. A partir dos resultados coletados, o pesquisador irá compilar e interpretar os resultados buscando o aprimoramento de procedimentos de auditoria em linha com as normas brasileiras de auditoria atualmente vigentes.

Ressaltamos que sua informação é confidencial e você não será identificado individualmente, uma vez que todos os dados serão divulgados de forma consolidada. Sua contribuição é muito importante e servirá para o aprimoramento e apresentação de sugestões relevantes para a melhoria do processo da qualidade dos trabalhos de auditoria independente relacionados ao Fair Value Measurement (FVM).

Por fim, informamos que esta pesquisa é efetuada para fins de desenvolvimento da TESE de Doutorado do Contador, acadêmico e professor Paulo Cesar de Melo Mendes da Universidade de Brasília (UnB) aluno do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UnB, UFPB e UFRN, orientado pelo Professor Dr. Jorge Katsumi Niyama.

*

DESCRIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS NAS AUDITORIAS A FVM

1. Sexo:

- Masculino
- Feminino

2. Idade:

- Até 20 anos
- de 21 a 25 anos
- de 26 a 30 anos
- de 31 a 35 anos
- de 36 a 40 anos
- de 41 a 45 anos
- de 46 a 50 anos
- acima de 51 anos

3. Grau de Instrução:

- Graduação Incompleta
- Graduação Completa
- Mestrado
- Doutorado

4. Área de Formação:

- Administração
- Ciências Contábeis
- Economia
- Direito

Outra:

5. Qualificação como Auditor:

- Sócio
- Gerente
- Sênior

Outra:

6. Experiência:

- Até 4 anos
- Acima de 4 anos

7. As questões abaixo, buscam identificar as características de um processo de Mensuração a Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - Derivativos. Qual a sua opinião sobre essas variáveis?

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente
1) Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2) Os princípios básicos de controle aplicados a outras atividades empresariais financeiras não devem ser os mesmos aplicados com operações com derivativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3) Existe uma dificuldade inerente em afirmações de mudança material no valor dos derivativos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4) Os inputs não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5) O sistema tecnológico e a dificuldade de identificação dos controles dos riscos envolvidos é um problema enfrentado por varias instituições financeiras.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. O Controle Gerencial de Operações com Instrumentos Financeiros eficaz deve atender as necessidades de informação de seus usuários, garantindo, assim, as condições necessárias para controle de risco. Em sua opinião avalie os itens abaixo sobre o controle gerencial das entidades financeiras

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente
1) Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de instrumentos financeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2) É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3) Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso você tenha concordado com o item 1, descreva os problemas mais comuns em sua opinião

9. Existe uma dificuldade nas projeções das informações financeiras, principalmente em relação ao valor justo dos Instrumentos Financeiros. Esse problema pode ser agravado pela subjetividade inerente ao processo. Em sua opinião, os fatores abaixo agregam risco?

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente
1) O problema de avaliação envolvendo subjetividade são as condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2) O maior problema da Mensuração do Valor Justo é a Instabilidade do Mercado Acionário e de Capitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. Os testes de classificação do valor justo em hierarquia de nível 1, 2 ou nível 3 é considerado:

Irrelevante	Não muito relevante	Fracamente relevante	Relevante	Muito relevante
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Qual a principal característica do processo de avaliação da gestão de risco de derivativos?

- Analise em tempo real - tempestividade
- Verificação dos limites individuais - limites de riscos estabelecidos
- Abordagem proativa - análise do comportamento futuro de preços e taxas
- Simulações e testes - teste de stress

12. Qual o principal fator de risco de operações com derivativos?

- Volatilidade dos produtos
- Comportamento futuro dos preços e taxas
- Alavancagem dessas Operações (Lucros ou Prejuízos)
- Variações de mercado

13. Já houve divergência de valores apurados em estimativas contábeis pela auditoria e pela administração?

- Sim Não

14. Se a resposta anterior foi sim, qual o motivo?

- As divergências não eram relevantes a ponto de considerar um erro material;
 - As justificativas apresentadas convenceram sua opinião;
 - As divergências foram mantidas e o auditor apresentou sua opinião com ressalva no relatório de auditoria;
- Caso tenha OUTRO MOTIVO, favor

descrever

15. Buscando um possível aprimoramento de procedimentos de auditoria em linha com as normas brasileiras, indique os principais pontos que podem comprometer a qualidade do trabalho de auditoria visando a segurança de informações relativas aos instrumentos financeiros:

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente
1) Ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de auditoria de mensuração de valor justo;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2) Ausência de ceticismo profissional dos auditores suficiente para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos financeiros;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3) Ausência de envolvimento de especialista em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de expertise do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4) Ausência de ferramenta disponível no mercado para auxiliar as equipes de auditoria em testar os modelos de precificação de ativos financeiros;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5) Falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissional experiente em auditoria de FVM;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6) Formação acadêmica nos cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM considerando a auditoria de demonstrações contábeis uma atividade privativa de Contador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>